

PAULO ROBERTO SANTANA BORGES

**COMPARATIVO DAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS
MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO - PARANÁ, DURANTE O
PERÍODO DE 1996 A 2006**

CURITIBA
2009

PAULO ROBERTO SANTANA BORGES

**COMPARATIVO DAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS
MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO - PARANÁ, DURANTE O
PERÍODO DE 1996 A 2006**

**Dissertação apresentado ao curso de
pós-graduação em Desenvolvimento
Econômico, Setor de Economia da
Universidade Federal do Paraná como
parte das exigências para obtenção do
título de mestre em Economia.**

Orientador: Prof. Dr. Cássio F. C. Rolim

**CURITIBA
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO ROBERTO SANTANA BORGES

COMPARATIVO DAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO - PARANÁ, DURANTE O PERÍODO DE 1996 A 2006

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Economia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim
Depto. de Economia, UFPR

Prof. Dr. Mauricio Aguiar Serra
Depto. de Economia, UFPR

Prof. Dr. José Chotguis
Setor de Ciências Agrárias, UFPR

Curitiba, 15 de junho de 2009.

Dedico este trabalho a meus pais, Ismael e Dorvalina, a meus filhos Murilo, Humberto, Bruna, Shayenne e Raphael e a Leila, minha querida esposa. Pela paciência, pela formação, pelo tempo roubado e pela inspiração. Pai, mãe e filhos a grande razão de todo esse esforço. Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por estar ao meu lado em todos os momentos.

À Direção da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Paraná – SETI e a Fundação Araucária pelo apoio incondicional a realização e conclusão do curso de pós-graduação nível de mestrado.

A coordenação do MINTER na pessoa do Professor Doutor Mauricio Aguiar Serra, do Departamento de Economia da UFPR e da Professora Doutora Janete Leige Lopes Departamento de Economia da FECILCAM, pela brilhante condução do programa, onde prevaleceu a imparcialidade e o respeito pelos professores e alunos.

Ao Professor Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim, pela confiança, incentivo e, acima de tudo pelo respeito sempre presente durante as aulas do MINTER e pelas orientações antes e durante a realização da dissertação. Professor cuja competência é reconhecida no Brasil e em outros países como uma das mais brilhantes autoridades na área e que muito tem contribuído nos estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento regional. Por sua sábia paciência e pelas aulas que se constituíram na principal razão da escolha do tema e área desse trabalho.

A todos os docentes da UFPR que tão responsavelmente ministraram as aulas do programa de mestrado, cujos ensinamentos e observações foram muito importantes para o meu crescimento acadêmico – científico.

Aos funcionários tanto da UFPR como da FECILCAM que de uma forma ou de outra nos atenderam e nos orientarão. Aos meus colegas de mestrado, em especial, os meus amigos economistas Tito, Denker, Maybuk e Mário que juntos formamos um grupo de trabalho desde o início e multiplicamos nossos conhecimentos.

Aos demais professores e professoras do Departamento de Economia da FECILCAM, até então não citados, Jesus, Leonello, Luciana, Ricardina, Rosângela e Tatiana, que tanto nos incentivaram e apoiaram nessa jornada.

As amigas Edicléia Basso, Janete Prosbt Munhoz e Patrícia Estanislau muito me incentivaram e acreditaram no meu trabalho. Obrigado.

“Os desafios podem ser os degraus numa escada, ou pedras no caminho. Isso depende de como você os encara”
ABRAHAM LINCOLN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hexágono de Vázquez Barquero	51
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento da População no Valor Adicionado Fiscal - Mesorregiões Paranaenses e o Estado do Paraná.....	62
Gráfico 2 – Variação do Emprego Formal - Mesorregiões Geográficas e Paraná – Período 1996 a 2001.....	62

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão Político-Administrativa e Mesorregiões do Paraná - 2000	60
Mapa 2 – Famílias Pobres - 2000	63
Mapa 3 - Mesorregião Centro-Occidental Paranaense (Divisão Político-Administrativa)	64
Mapa 4– IDH-M Da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense	65
Mapa 5 – Mesorregião Oeste Paranaense - (Divisão Político-Administrativa)	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis Analisadas – Campo Mourão e Toledo.....	80
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores para as Mesorregiões Geográficas Paranaenses - 2000	61
Tabela 2 – Densidade Demográfica Período 2001- 2006 (Hab/Km ²)	81
Tabela 3 - Evolução da População Residente, Campo Mourão e Toledo (Período de 1970-2006)	82
Tabela 4 - Evolução da População Residente, Campo Mourão e Toledo Referente ao Período de 1970-2006.....	83
Tabela 5- População Residente por Situação do Domicílio 1970-2000	83
Tabela 6 - Evolução da População e Taxa de Urbanização, Período 1970-2000 (Valores em Percentual).....	84
Tabela 7 – População Residente por Grupos de Idade, período 1970 a 2000 (Valores Absolutos)	85
Tabela 8 – Comparativo entre a Força de Trabalho e a População Dependente.....	86
Tabela 9 – Taxa de Desemprego na RMC, Interior e Estado do Paraná, 1996-2003	87
Tabela 10 – Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil.....	88
Tabela 11 – PEA, Situação de Domicílio – Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	89
Tabela 12 – Comparativo Movimentação de Empregos Formais entre Campo Mourão e Toledo, período 2000 a 2006	90
Tabela 13 - População Ocupada, durante os anos: 1970, 1980, 1991 e 2000	91
Tabela 14 – Unidades Locais por Faixa de Pessoal Ocupado Total - Classificação de Atividades, período 1996-2006.....	92
Tabela 15 – Índice Desenvolvimento Humano Municipal de Campo Mourão e Toledo, Censos do IBGE – Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	94
Tabela 16 – Evolução do PIB A Preços Constantes de 2006, dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Durante o período de 1999 a 2006 (em R\$)	96
Tabela 17 – Crescimento do PIB Municipal de Campo Mourão e Toledo - Período de 1999 a 2006 (Preços Constantes de 2006)	98

Tabela 18 – Participação dos Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo - PIB a Preços Constantes de 2006, período 1999-2006 (em R\$)	100
Tabela 19 – Participação dos Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, o período de 1999-2006 (em Percentual).....	100
Tabela 20 – Renda Per Capita e Percentual de Rendimentos no Trabalho Recebidos - Censos de 1991 e 2000 (R\$ de 2000)	101
Tabela 21 – Transferências Governamentais de Rendimentos no Trabalho Recebidos, Censos de 1991 e 2000 (em Percentual)	102
Tabela 22 – Exportações Brasileiras pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo e o Paraná –Unidade US\$ FOB (mil) 2003, 2004, 2005 e 2006	104
Tabela 23 – Comparativo da Evolução das Exportações Realizadas pela Sadia e Coamo, (em Milhões US\$ FOB) no período 1999-2006.....	106
Tabela 24 – Relação das Empresas Grupo Sadia no Paraná.....	106
Tabela 25 – Comparativo do VAF dos Municípios de Campo Mourão e Toledo com o Paraná a Preços Constantes de 2006 - Período 1996-2006 (em R\$)	108
Tabela 26 – Comparativo do Valor Adicionado Fiscal - Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006 – (em R\$)..	110
Tabela 27 – Distribuição do Valor Adicionado Fiscal - Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, (em Percentual)	110
Tabela 28 – Comparativo de Movimentações Financeiras nos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Durante os Anos de 1991,1996 e 2000 - R\$ de 2000 (Mil)	111
Tabela 29 – Comparativo das Operações de Crédito Rural, nos anos de 1996 a 2004 – Preços Constantes de 2004	112
Tabela 30 – Transferência Constitucionais do Estado para os Municípios de Campo Mourão e Toledo, a Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006.....	113
Tabela 31 – Transferência Constitucionais Federais para Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006.....	114
Tabela 32 – Principais Receitas dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006.....	116
Tabela 33 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total e Condição Legal das Terras - 1996	117
TABELA 34 – Comparativo da Produção Agrícola Total dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006.....	118

Tabela 35 – Comparativo da Produção Agrícola Milho dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006.....	118
Tabela 36 – Comparativo da Produção Agrícola Milho dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006.....	119
Tabela 37 – Comparativo do Valor da Produção das Culturas do Milho e da Soja (%)	119
Tabela 38 – Efetivo dos Principais Rebanhos no Paraná, Campo Mourão e Toledo, durante os anos de 1990, 1996, 2000e 2006 (em cabeças)	120
Tabela 39 – Valor dos Bens E Investimentos Realizados na Agropecuária pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Durante os anos de 1970, 1975, 1980 e1985 (R\$ de 2000)	121
Tabela 40 – Resultados Financeiros na Produção Agropecuária pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo, no período 1996-2006.....	122
Tabela 41 – Relação PIB e População com Variáveis de Receitas, ano de 2006..	123

LISTA DE SIGLAS

CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CNM – Confederação Nacional dos Municípios
FEPAC – Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais
FJP - Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relação Anual de Informação Social
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná
SEMA – Secretaria de Estado DO Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SETR – Secretaria de Estado dos Transportes
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAF – Valor Adicionado Fiscal
VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE MAPAS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiv
SUMÁRIO	15
RESUMO	18
ABSTRACT	19
1. INTRODUÇÃO	20
2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REVISÃO TEÓRICA	23
2.1 ESPAÇO E REGIÃO	23
2.2 DESENVOLVIMENTO	26
2.2.1 O Desenvolvimento e suas Origens	27
2.2.2 Desenvolvimento Contemporâneo	30
2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
2.3.1 Desenvolvimento Regional	34
2.4 A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	37
2.5.1 Uma Nova Epistemologia Regional	42
2.5.2 Um Enfoque Contemporâneo aos Fundamentos do Desenvolvimento Regional	45
2.5.3 A Construção do Capital Sinérgico	47
2.6 A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	49
2.7 INTERAÇÃO DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO	51
2.7.1 Introdução e Defesa das Inovações e Conhecimento	51
2.7.2 Organização Flexível da Produção	52
2.7.3 O Desenvolvimento Urbano do Território	53
2.7.4 A Densidade do Tecido Institucional	54
2.8 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO A PARTIR DE VÁZQUEZ BARQUERO	55
2.9 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA	58
3. CARACTERIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO	60
3.1 MESORREGIÕES PARANAENSES	60
3.2 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE	63
3.2.1 Dados Geográficos, Popacionais, Históricos e Econômicos	64
3.2.2.1 Produção Agropecuária	65
3.2.2.2 Indústria e Agroindústria	66
3.2.2.3 Comércio e Serviços	67
3.2.3 Turismo	67
3.3 MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL	68

3.4 MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	68
3.4.1 Dados Geográficos, Popacionais, Históricos e Econômicos.	69
3.5 MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	72
3.6 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	72
3.6.1 Município de Campo Mourão	72
3.6.1.1 Histórico	72
3.6.1.2 O Município de Campo Mourão: Breve Contexto Sócio-Econômico	73
3.6.1.3 Turismo	75
3.6.2 Município de Toledo	76
3.6.2.1 Histórico	76
3.6.2.2 O Município de Toledo: Breve Contexto Sócio-Econômico	77
3.6.2.3 Turismo	79
4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS COMPARATIVAS	80
4.1 VARIÁVEIS GERAIS	81
4.1.1 Considerações Demográficas de Campo Mourão e Toledo	81
4.1.1.1 População Urbana e Rural	83
4.1.1.2 A População Dependente e a Força de Trabalho	84
4.1.2 Indicadores Sociais	87
4.1.2.1 Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil	87
4.1.3.1 População Ocupada	90
4.1.4 Índices de Desenvolvimento	92
4.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS	94
4.2.1 Metodologia do Produto Interno Bruto	94
4.2.2 Produto Interno Bruto Municipal	95
4.2.3 Rendimentos, Rendas e Transferências Governamentais.	100
4.2.4 Exportações dos Municípios	102
4.2.5 Valor Adicionado Fiscal – VAF	106
4.2.6 Movimentações Financeiras	110
4.2.7 Transferências Constitucionais	112
4.3 AGROPECUÁRIA	116
4.3.1 Estrutura Fundiária por Estabelecimentos	116
4.3.2 Produção Agropecuária	117
4.3.3 Bens e Investimentos Agropecuários	120
4.3.4 Resultados Financeiros da Agropecuária	121
5. ANÁLISE DE RESULTADOS	124
5.1 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO (DADOS GERAIS)	124
5.1.1 A Variável População e os Impactos para o Desenvolvimento	125
5.1.2 O Emprego no Contexto Municipal	128
5.1.3 Índices de Desenvolvimento para os Municípios	129
5.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	130
5.2.1 O Produto Interno Bruto e seus Reflexos Econômicos	130
5.2.2 Renda Per Capita e Transferências do Governo	131

5.2.3	Exportações pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo	133
5.2.4	VAF e sua Importância na Dinâmica de Desenvolvimento	134
5.2.5	Movimentações Financeiras no Contexto dos Municípios	136
5.2.6	Transferências Constitucionais para os Municípios	137
5.2.7	Análise das Transferências Constitucionais para os Municípios	137
5.2.8	Composição das Principais Arrecadações de Campo Mourão e Toledo	138
5.3	VARIÁVEIS AGROPECUÁRIAS COMO FATORES DETERMINANTES	139
5.4	SÍNTESE DA ANÁLISE DE RESULTADOS	140
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
	APÊNDICE 1 - METODOLOGIA	153
	APÊNDICE 2 – PLANILHA DE CONVERSÃO DE PREÇOS	155

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é de identificar as diferentes dinâmicas de desenvolvimento econômico dos municípios de Campo Mourão e Toledo no período de 1996 a 2006. Os dados e as análises mostraram uma dinâmica mais apurada por parte do município de Toledo. Entre os fatores que influenciaram na dinâmica de desenvolvimento, destacam-se, entre outros: o ritmo de crescimento da população, renda per capita, o perfil agropecuário e agroindustrial e IDH. Campo Mourão apresenta algumas vantagens como no resultado das exportações municipais, eixo rodoviário mais importante, e o setor de comércio forte. Os dois municípios apresentam similaridades nas estruturas fundiárias, educacional, além da exploração da cultura da soja, e empresas de representatividade, caso da Coamo e da Sadia. Mas a despeito dessas similaridades o município de Toledo apresentou desempenhos socioeconômicos superiores aos apresentados pelo município de Campo Mourão. A dinâmica setorial, principalmente na agropecuária e no setor industrial de Toledo, apresenta melhor desempenho na base. Os dois municípios ampliaram significativamente sua especialização na cultura da soja, por outro lado, Toledo ampliou, junto com a competitividade das culturas temporárias, a sua pecuária de suínos e aves, ou seja, diversificando mais sua agropecuária. Ao lado disso, a agroindustrialização no Oeste Paranaense parece ser muito maior que na mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Concluiu que no período analisado, houve uma melhor diversificação e integração dos setores do município de Toledo o que se refletiu em melhores condições econômicas e sociais, em comparação com o município de Campo Mourão.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, dinâmica de desenvolvimento, municípios de Campo Mourão e Toledo, agropecuária, agroindústria.

ABSTRACT

This research aims at identifying some dynamics of economic development related to two municipalities: Campo Mourão and Toledo, within the period from 1996 to 2006. The data analysis showed that Toledo city performed more accurate dynamics. The factors that have mostly influenced such development are, among others, the compass of the population growth, per capita income, the agribusiness and industrial profile and the human development index (IDH). In its turn, Campo Mourão has some advantages such as the result of the municipality's exportations, more important highway systems confluence and a stronger trade sector. Both cities present similarities concerning to agrarian and educational structures, the soy beans exploitation and solid and impressive companies such as Coamo and Sadia. But, despite of these similarities, Toledo shows higher socioeconomic performances than those presented by Campo Mourão. The sector dynamics of Toledo, mainly the agribusiness, presents a better performance in the basis. Both cities extended significantly their expertise in the soy cultivation; however Toledo has also expanded its temporary crops, and its animal livestock. Besides, the agribusiness in the west of Parana state seems to be much bigger than in the Center-western mesoregion. It was concluded that from 1996 to 2006 there was a bigger and better diversification and integration among the sectors of Toledo city and it was reflected on better economic, living and income conditions compared to the ones got by Campo Mourão city.

Key-words: Development, dynamics, cities, agribusiness, meso-regions.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é motivado pela necessidade de aprofundar a compreensão dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico e social, além de identificar, as diferenças entre as dinâmicas de desenvolvimento econômico entre os municípios de Campo Mourão e Toledo.

A elaboração dessa dissertação está baseada em informações dos bancos de dados dos principais institutos de pesquisas do país e das teorias de desenvolvimento econômico, regional, local, endógeno, e desenvolvimento territorial e a teoria da base de exportação serão objeto de estudo como forma de subsidiar nos resultados desse trabalho e que serão fundamentais para atingir os objetivos.

Como Objetivo Geral a proposta é de identificar e analisar algumas diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo durante o período de 1996 a 2006.

Para analisar as diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo, os Objetivos Específicos propostos para discussão foram pautados: na revisão teórica a cerca da teoria do desenvolvimento econômico, inclusive regional e local, modelo seguido neste estudo; na comparação da caracterização do perfil socioeconômico das mesorregiões Centro-Ocidental Paranaense e Oeste Paranaense, das microrregiões dos municípios de Campo Mourão e Toledo; na demonstração e análise dos dados econômicos e sociais; em identificar as possíveis causas das diferentes dinâmicas de desenvolvimento econômico dos municípios de Campo Mourão e Toledo; na identificação das estruturas produtivas responsáveis pelo processo de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo; e, comparar e analisar os resultados econômicos dos dois municípios em estudo a luz das teorias do desenvolvimento.

Indicadores, como o PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), demonstraram ser informativos, no sentido de orientar sobre o desempenho e representatividade nos resultados de desenvolvimento econômico e social, com a finalidade de buscar avaliações mais consistentes sobre os mecanismos e as inter-relações que possam interferir na classificação de uma nação ou uma região.

Nesse contexto o presente trabalho está inserido, uma vez que se busca identificar os fatores que influenciaram diferentes dinâmicas de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo, no período de 1996¹ a 2006 - tratando assim de mostrar “a comparação das dinâmicas no desenvolvimento dos municípios”.

A escolha desses dois municípios como objeto de estudo deste trabalho se faz pertinente por algumas razões, a saber: primeiramente, porque os municípios de Campo Mourão e Toledo são municípios cuja inserção regional se faz pertencente a duas importantes mesorregiões do Estado e cada um deles representa a microrregião a que pertence na qualidade de municípios de maior importância. A segunda razão está em função das peculiaridades existentes nas atividades econômicas, em que os produtos do setor primário são os mesmos, notadamente a produção da soja, milho e a pecuária. A terceira razão pelo aspecto institucional do trabalho, em vista de possíveis reflexos que este possa vir a apresentar no âmbito de atuação do governo municipal dos municípios em estudo e na sua política de fortalecimento da economia local em especial daquela que apresenta níveis de desenvolvimento econômico aquém das expectativas.

A expectativa é de identificar os possíveis gargalos existentes no município de Campo Mourão, dado seu desenvolvimento econômico ter sido inferior ao município de Toledo. A investigação será processada através dos históricos de gestão e cooperação pública e privada dos municípios em estudo.

Algumas variáveis como a produção de grãos, a quantidade de indústrias², o dinamismo da agroindústria, a taxa de urbanização e a participação das principais empresas dos municípios a Coamo³ de Campo Mourão e Sadia de Toledo que servirão de referências nas análises.

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foi composta de levantamentos bibliográficos sobre desenvolvimento econômico de forma geral, regional e local, caracterização das mesorregiões, microrregiões e municípios e pesquisas nos banco de dados dos Institutos Oficiais já descritos, para estabelecer

¹ O ano de 1996 representa o fim da emancipação política de ex-distritos dos municípios analisados.

² Segundo o IPARDES, no ano de 2007, o município de Toledo tinha 553 e o município de Campo Mourão 186 indústrias.

³ A Coamo localizada no noroeste do Paraná, é a maior cooperativa da América Latina, comercializa 3,3% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra paranaense (Jornal Coamo).

comparação das atividades econômicas e indicadores econômicos e sociais comuns e exclusivos aos dois municípios, no sentido de avaliar as causas dos diferentes resultados entre um e outro município, bem como as dinâmicas e procedimentos adotados para alcançar o desenvolvimento econômico e demais informações metodológicas disponibilizado no apêndice desse trabalho.

Quanto à estrutura, a dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro se refere à introdução da pesquisa, na qual é apresentado, o seu foco, sobretudo a relevância do estudo com o intuito de atingir os objetivos propostos.

O segundo capítulo tem o foco no desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno e da base exportação e constitui-se na tentativa de definir um marco referencial para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, que articulasse a visão do desenvolvimento local dos municípios de Campo Mourão e Toledo.

O terceiro capítulo compreende um levantamento bibliográfico para um diagnóstico das mesorregiões Centro-Ocidental Paranaense e Oeste Paranaense e dos municípios de Campo Mourão e Toledo sendo explorado o histórico, os perfis municipais, economia local, contas públicas, estrutura produtiva e infra-estrutura.

O quarto capítulo um levantamento para posterior elaboração da análise de resultados por meio de dados, tais como, territoriais, demográficos, infra-estruturas, emprego, economia, agropecuários que poderão levantar os principais problemas, potencialidades e principais fatores endógenos, capacidade no de empreender a base de exportação ao desenvolvimento local.

No quinto capítulo serão discutidos os resultados como forma de identificar os principais focos para detectar as diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento econômico dos municípios de Campo Mourão e Toledo.

No último capítulo, Considerações Finais, referindo-se a avaliação geral do estudo, comentários finais sobre as principais idéias e argumentos centrais trazidos pelo trabalho, enfatizando a oportunidades e os desafios retratados durante a sua elaboração para mostrar as dinâmicas do desenvolvimento dos dois municípios.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo procura-se esclarecer conceitos básicos na leitura do desenvolvimento econômico, regional e local. Inicialmente se fará a distinção entre espaço e região, usando as idéias desenvolvidas, principalmente, por Perroux e Boudeville. A seguir se apresentava um resumo teórico das teorias: 1. desenvolvimento endógeno, 2. desenvolvimento territorial e, 3. teoria da base de exportação que darão o suporte teórico para o trabalho.

Portanto, à luz dessas três teorias se fará uma proposta de interpretação de desenvolvimento regional e local que se estará adotando ao longo deste trabalho, bem como a fixação dos seus principais parâmetros, para que se estabeleça uma estrutura de análise necessária sua elaboração.

2.1 ESPAÇO E REGIÃO

Inicialmente, se faz necessário conceituar o espaço e região, sendo importante esclarecer as dificuldades de estabelecer, ao mesmo tempo, entendimento uniforme dos conceitos entre os economistas, geógrafos, cientistas políticos e etc.

Rolim (2000)⁴, descreve que: dentro da análise regional o conceito de região já foi apresentado com diferentes conteúdos. Na economia regional os esforços de Boudeville (1972) conseguiram conceituá-la na perspectiva da polarização, do planejamento e da homogeneidade. Essa conceituação é à base das principais técnicas de regionalização ainda hoje utilizadas. No entanto elas refletem o “mainstream” da época sobre desenvolvimento regional caracterizado por políticas de “cima para baixo”, do nacional para o local, e por investimentos em grandes projetos que buscavam a constituição dos “pólos de desenvolvimento” (Boisier, 1989).

⁴ Rolim C. (2000) É possível a existência de Sistemas Regionais de Inovação em Países Subdesenvolvidos? 6th. Regional Science Association International World Congress. Lugano, Suíça.

O autor prossegue dizendo que a “essa regionalização, a partir do nível nacional, que muitas vezes redundava em redefinições político-administrativas, raramente contemplava os fenômenos, denominados, em um sentido amplo, do regionalismo. Ou seja, a determinações de regiões dentro de um processo histórico, baseado em experiências culturais, econômicas e de lutas comuns. Vários autores retomaram esse aspecto das questões regionais ainda nos anos oitenta. Entre eles, Coraggio (1980) e Markussen (1987)”.

Afirma Rolim (2000) que essa perspectiva, documentada em intensa literatura no final dos anos oitenta e ao longo da década de 90, é a mais interessante para a discussão dos Sistemas Regionais de Inovações (SRI).

A região passa a ser vista como resultante de um processo de construção onde uma determinada sociedade interagindo com o meio natural constrói um particular subsistema social. Ela deixa de ser vista apenas como um território habitado para passar a ser entendida como um espaço social. O corolário dessa perspectiva é que nem todos os territórios habitados podem ser considerados regiões. Somente aqueles espaços geográficos que consigam também ser espaços sociais poderão ser considerados regiões (ROLIM, 2000).

Nesse sentido a região passe a constituir-se numa,

“...matriz de grupos sociais cujo nexos de articulação seja dado pela consciência coletiva de pertencer a um território comum que, formando parte de um território nacional, possui suficientes especificações (recursos, cultura, paisagem, etnia, etc.) para diferenciar-se em tudo, e cujos interesses fracionais ou de classe estejam subordinados estruturalmente a um interesse coletivo regional, expresso em reais projetos políticos, tanto de caráter permanente como transitório.” Boieser (1989, p.595).

Conclui Rolim (2000) que “esta perspectiva já impõem restrições ao surgimento de Sistemas Regionais de Inovações. Nem todos os territórios habitados conseguem tornar-se uma região. Conseqüentemente nem todos conseguirão montar sistemas que permitam a geração de inovações e nem todos conseguirão tornar-se competitivos. Assim como poucas localidades tem um distrito industrial, poucas regiões reúnem condições para ter um SRI. (Cooke et al., 1998b)”.

A idéia de que a geografia é importante, ou seja, que os fatores locais clássicos (principalmente os baixos custos de transporte proporcionados pela distância ao mercado, seja em relação à oferta ou à demanda) são fatores diferenciadores que produzem vantagens comparativas, as quais podem ser

transformadas em vantagens competitivas foi recuperada pela Nova Geografia Econômica.

Os pontos comuns a esses autores esta na consideração da importância fundamental dos custos de transporte para a determinação da localização ótima da firma. Importância essa contrabalançada pelos custos de mão de obra e por um outro elemento meio misterioso⁵ denominado fator aglomerativo, que passou a ser conhecido na literatura como as economias de aglomeração (ROLIM, 1999, p.1).

O conceito de região se define como uma combinação individualizada, comparável às demais, das quais elementos físicos e humanos formam uma estrutura submetida a uma organização interna a cada momento, cujo território possui vínculos com os elementos contidos em si e com outros territórios.

O espaço econômico, segundo Boudeville (1966 apud FERREIRA, 1989, p. 52), é:

[...] o resultado da aplicação de um espaço matemático abstrato em um espaço geográfico concreto no qual a definição de um objeto que assuma um princípio finalístico, ou seja, a divisão de um espaço geográfico deve ter a sua existência vinculada a uma finalidade predeterminada; uma descrição material que permite a caracterização dos aspectos sociais e econômicos da região e comparação com os demais; e as inter-relações e interdependências sociais, econômicas, políticas, etc., entre as regiões e dentro da própria região.

Segundo Rolim, no módulo II do texto “Introdução ao Desenvolvimento Regional e Local”, onde retrata “Você e sua Região”, descreve sobre a importância da região para aos cidadãos, do valor inestimável quando uma região é bem cuidada, bem administrada, e a responsabilidade de cada morador, pois diz o autor que “quando a sua região vai bem, as estradas estão boas, a maioria das pessoas está empregada, os jovens vão à escola, as pessoas tem saúde e os negócios estão crescendo, as chances de você e sua família estarem indo bem é muito grande”.

Por isso, a participação dos cidadãos nas decisões da região é imprescindível, pois intensidade e a qualidade das atitudes das pessoas⁶, ou seja,

⁵ Misterioso porque era um conceito pouco claro dentro do quadro teórico (ROLIM, 1999).

⁶ “Se você aperfeiçoar o seu trabalho ou o seu produto você estará se tornando mais competitivo e, portanto a região em que você mora também estará tendo algum benefício com isso. Se você ajudar a melhorar os conhecimentos das crianças, das pessoas que trabalham com você além de estar contribuindo para melhorar a vida de uma pessoa conhecida também estará ajudando a melhorar as

com mais pessoas especializadas e qualificadas na região facilita e podem ajudar no desenvolvimento local e regional e que cada pessoa afeta no desenvolvimento da região e conseqüentemente a atitude empreendedora trará resultados que interessa a todos e as chances de crescer serão muito mais concretas.

2.2 DESENVOLVIMENTO

A temática do desenvolvimento surge como uma abordagem interdisciplinar, que procura integrar a análise econômica com questões sociais, políticas, geográficas e históricas. Amartya Sen (2000), diz que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das potencialidades humanas. A expansão das potencialidades humanas pode ser vista como o objetivo final e meio para atingir o desenvolvimento.

Amartya Sen (2000), de acordo com suas características humanísticas, entende que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expressão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Sen (2000), ainda defende que o desenvolvimento requer que removam as principais fontes de privação social, sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Como se retrata o seu perfil, para Sen a liberdade é de fundamental importância para um país, uma região ou uma localidade busque a execução do processo de desenvolvimento, preservando a livre condição dos agentes econômicos e sociais.

Considerando o valor atribuído por Amartya Sen e Edgar Morin as potencialidades humanas no processo de desenvolvimento é complementada com o pensamento de Wilbert Moore, sendo:

"A expressão desenvolvimento econômico significa mudança estrutural além do simples aumento em produção. O desenvolvimento traz consigo o estabelecimento ou a recomposição dos mecanismos fiscal, financeiro e fiduciário. Implicam mudanças institucionais no sentido preciso de alterações nas leis e em outras regras de conduta, mudanças organizacionais na administração da produção e distribuição e, cedo ou tarde, alterações no estabelecimento, definição e motivação da atividade econômica". (MOORE, 1968, p. 16).

2.2.1 O Desenvolvimento e suas Origens

O processo histórico do desenvolvimento pode ser interpretado de diversas maneiras. Existe um conjunto de interpretações que se encontram associadas aos economistas clássicos. Nele o tema do desenvolvimento não aparece explicitamente, porém ao desenvolverem os assuntos sobre o crescimento econômico e o conceito de riqueza nacional, forneceram os primeiros subsídios para pensar o desenvolvimento.

Adam Smith, cronologicamente pode ser considerado o primeiro a abordar o assunto, e sua contribuição se deu, principalmente, no sentido de fixar os motivos que determinam a riqueza de um determinado país ou não. Marx também contribuiu para o debate acerca do desenvolvimento, na medida que abordava as questões relativas ao trabalho e sua relação com o acúmulo de capital e a produção da riqueza nacional. Porém, sua contribuição vai além da economia, atuando principalmente na política.

No caso de Portugal e Espanha, a idéia da negação política de desenvolvimento se revelou fatal para as potências que iniciaram o grande ciclo dos descobrimentos, mas que, dependentes das riquezas advindas da colônia, não prestaram atenção ao desenvolvimento de uma importante capacidade interna de geração de riquezas. Por outro lado, a Inglaterra que não participou do ciclo dos descobrimentos, foi a primeira a constituir uma produção manufatureira interna. Não sem razão, foi em território inglês que se iniciou e se expandiu a Revolução Industrial (1750-1830), que representa o coroamento desta política desenvolvimentista, baseada em uma consistente capacidade interna de geração de riquezas, Furtado (1979).

Neste contexto que surgiram as primeiras reflexões sobre o desenvolvimento, onde cabe destacar *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776. No livro, Smith buscava identificar os fatores responsáveis pela formação da riqueza nacional, esta sim, um indicador confiável do nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

A análise de Smith do mercado como um mecanismo auto-regulador, era muito inovadora. Assim, sob o ímpeto do apelo aquisitivo, o fluxo anual da riqueza nacional podia ser visto crescendo continuamente.

A riqueza das nações e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, cresceriam somente se os homens, através de seus governos, não inibissem este crescimento, concedendo privilégios especiais, que iriam impedir o sistema competitivo de exercer seus efeitos benéficos (Assmann, 1989).

O desenvolvimento para Smith, portanto, ocorrerá quando a quantidade de trabalhadores produtivos for maior que a de trabalhadores improdutivos (voltamos aqui à noção de desenvolvimento pessoal, em detrimento da caridade cristã), com conseqüente aumento da renda média da população.

Os economistas clássicos, sem sombra de dúvida, na construção de suas análises sobre o crescimento e o desenvolvimento, tiveram em mente economias em estágio de desenvolvimento. Em Smith, particularmente, a idéia de desenvolvimento surgiu explicitamente e de forma dogmática. O progresso seria conseqüência de um processo natural, que ocorria em todas as nações, “quase todas as nações, mesmo naquelas que não têm desfrutado de governos dos mais prudentes e parcimoniosos” (Smith, 1989, p. 126). A idéia de progresso e desenvolvimento em Smith se resumia à acumulação de capital, sem perceber suas inter-relações com o progresso técnico e com o aumento de produtividade.

Para os economistas clássicos o ciclo temporal do crescimento efetuou-se com declínio da taxa de lucro e com conflito distributivo. Em Marx, o conflito distributivo realizava-se na órbita do capital e do trabalho, com a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, definidos por Marx como os donos dos meios de produção. Este processo de desenvolvimento, baseado na concentração e centralização da riqueza, para Marx, se dá sobre um crescente desemprego da classe trabalhadora, Souza (2005).

A obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 1911, de Schumpeter (1982), lançou as bases de seu pensamento econômico. Nela, Schumpeter apresentou como desafio de análise a idéia de que crescimento e desenvolvimento não necessariamente estão interligados.

Desenvolvimento para Schumpeter, somente ocorre na presença de inovações tecnológicas, fruto do espírito empreendedor dos empresários, devidamente financiados por farto crédito bancário.

Neste cenário, os lucros seriam fantásticos, principalmente, porque o processo produtivo deixaria de ser rotineiro, e a inovação tecnológica poderia, pelo ineditismo, garantir uma alta lucratividade. Em um cenário apenas de crescimento,

em primeiro lugar não haveria necessidade de crédito, porque não haveria pessoas interessadas em propor inovações tecnológicas, os lucros são normais (aumentam por escala, num cenário demográfico ótimo) e os preços se aproximariam derivados de um cenário de concorrência perfeita (Souza, 2005).

O desenvolvimento, criado pelo processo sempre constante de inovação tecnológica, não prosperaria indeterminadamente, mas alternaria períodos de prosperidade e depressão. Este processo para Schumpeter seria inevitável, pois a acumulação de riquezas derivada das inovações tecnológicas tenderia a diminuir o ritmo das inovações, bem como a escassez de recursos levaria fatalmente à recessão, Schumpeter (1982).

A análise do desenvolvimento em Schumpeter só é possível fazendo-se um estudo mais pormenorizado do crédito bancário, que para ele é a mola mestra do financiamento tecnológico. A análise do sistema bancário é interessante, porque para Schumpeter em um cenário de crescimento sem desenvolvimento, os empréstimos bancários realizados aos produtores, por exemplo, nada mais são do que uma antecipação de receitas futuras, a produção per capita e os níveis de bem-estar são os mesmos de um ano para outro, Schumpeter (1982).

O processo de desenvolvimento carrega em si uma espécie de “destruição criadora”, pois, na medida em que novas inovações e combinações vão surgindo, destrói-se o velho para criar o novo, sempre num processo de desenvolvimento para cima. Existiria, portanto um processo constante de renovação. O desenvolvimento pode ser traduzido por modificações qualitativas e quantitativas das variáveis econômicas. Isto se traduz por um aumento da taxa per capita de bens, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Haveria melhoria da qualidade dos produtos e serviços, assim como da renda dos indivíduos empregados. Tudo derivado da expansão dos negócios, devido às inovações tecnológicas, Schumpeter (1982).

Rostow (1974) formulou sua teoria ao longo de toda a década de 50, portanto se inseria no contexto dos chamados teóricos econômicos do pós-guerra, e sua publicação maior, que encerrou sua teoria, foi publicada em 1960 sob o título *“The stages of economic growth, a non communist manifest”*. Neste livro, Rostow, afirma que o desenvolvimento é descrito como um processo histórico de características lineares em oposição à visão dialética da história.

Ainda, segundo Rostow (1974), cinco fases consecutivas comportariam o processo histórico de desenvolvimento, através destas fases seria possível classificar toda e qualquer sociedade econômica dentro das seguintes categorias: Sociedade Tradicional, Pré-Condição para o Arranque, Arranque, Marcha para a maturidade e Consumo em massa.

O papel relevante dado à industrialização na teoria de desenvolvimento de Rostow implica na obrigatória relação entre crescimento econômico e desenvolvimento. A grande alavanca do desenvolvimento para Rostow seria a industrialização, sua idéia base era de que numerosos países, hoje considerados desenvolvidos, tinham atingido esse patamar à custa da industrialização e a maioria dos países pobres tinha sua economia baseada numa economia de subsistência.

2.2.2 Desenvolvimento Contemporâneo

No passado, o desenvolvimento era visto como o econômico e era identificado basicamente como o crescimento das riquezas do país, do local ou da região. Como exemplo dessa visão, Raimar Richers⁷ (1970) cita de Buchann e Ellis a definição: — “Desenvolvimento significa incentivo às possibilidades do aumento das rendas reais de regiões subdesenvolvidas, provocando mudanças através de investimentos que levem à expansão dos recursos produtivos, na expectativa de aumentar a renda per capita da população”.

Raimar Richers (1970) criticava provocativamente essa postura que, na época, era adotada por economistas, políticos e administradores que se identificavam com a escola desenvolvimentista da acumulação do capital. Criticava aquele conceito de desenvolvimento, que não considerava, entre outros, fatores como as distribuições geográfica e social da renda, afirmando que a própria renda não era o único critério para determinação do bem-estar econômico. E definia desenvolvimento como: — “aquela força de mudança social que se manifesta numa crescente mobilização da uma sociedade, e que se projeta através da ativação dos fatores de produção em potencial”.

⁷ A citação de Raimar Richer referia-se a Norman S. Buchanan e Howard Ellis em – *Approaches to Economic Development*, 1955: (p.21-22).

Furtado (1990), em uma de suas abordagens ao tema, faz observações importantes das disfunções que o processo de desenvolvimento pode acarretar. Ele afirma que o subdesenvolvimento é uma dessas disfunções produzidas pelo capitalismo, a favor das inovações que incidam sobre o estilo de vida, inacessíveis à maioria da população. Inovam-se os padrões de consumo, mas com atraso na produção de métodos produtivos eficazes, ou seja, a assimilação do progresso técnico é quase que exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida do sistema de produção.

Recentemente, Amartya Sen (2000) define o enfoque sociológico de desenvolvimento, afirmando que: — "o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expressão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (Sen, 2000: 17). Ainda segundo Sen: — "O desenvolvimento requer que removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, 2000: 18). A liberdade seria a peça central para o processo de desenvolvimento, como avaliadora, como escala de medição e como razão de eficácia, pela livre condição de agentes das pessoas.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁸ é o nome dado a indicador desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Combina três indicadores - a esperança de vida à nascença habilitações acadêmicas, e renda per capita -, com pesos para chegar a um índice combinado. A idéia global de desenvolvimento humano é uma louvável tentativa de ir além dos conceitos da renda per capita como uma medida operacional de desenvolvimento (RAY, 1998).

Philip Kotler (1994: 81) cita uma definição do Stanford Research Institute (SRI) que sintetiza várias vertentes — "O desenvolvimento econômico é um processo pelo qual nossa comunidade melhorará sua capacidade de crescer e se desenvolver econômica, educacional, social e culturalmente".

A citação de Kotler nos leva a perceber que, em escala nacional ou local, quando se tratar de desenvolvimento é necessário, sempre, incorporar a

⁸ O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD).

comunidade, aqui vista como o conjunto da sociedade envolvida, como centro da discussão desse processo. Até porque muitas das alternativas mais desejáveis a se perseguir serão excludentes com relação a alternativas também desejáveis. Fica claro que o desenvolvimento exigirá escolhas e por isso é importante que a sociedade de cada localidade participe das decisões junto com os seus dirigentes políticos na determinação dos caminhos a se seguir.

Ray (1998)⁹, diz que o termo desenvolvimento econômico é um conceito que se aplica aos vários assuntos, que dá corpo não apenas renda e crescimento, mas também sobre outras frentes de conquistas: redução da mortalidade infantil, maior esperança de vida, os avanços nos índices de alfabetização, acesso generalizado aos serviços médicos e de saúde, e assim por diante. Renda per capita é por vezes utilizado como um (incompleto) para o indicador global de desenvolvimento econômico, mas não devem ser identificados conceitualmente com o desenvolvimento no sentido mais amplo.

Em relação do desenvolvimento econômico, Lucas (1988), entende o problema da mensuração do modelo observado, entre países e ao longo do tempo, em termos de níveis e taxas de crescimento da renda per capita. Pode ser uma definição estreita, talvez seja, pensando nos padrões de renda, necessariamente envolverá refletir sobre muitos outros aspectos da sociedade, por isso sugere a redução de acordos relacionados a essa definição, enquanto não se tiver uma idéia mais clara de onde ela nos levará.

Para Ray (1998) apud Streeten (1994), não se deve perder de vista o objetivo final do exercício de tratar homens e mulheres como fins para melhorar a condição humana, para ampliar as opções das pessoas, existiria unidade de interesse se houvesse rígidas ligações, entre o produto econômico, medido pela renda per capita, e desenvolvimento humano refletido por indicadores sociais como expectativa de vida ou de alfabetização ou realizações, tais como auto-respeito que não é facilmente medido. Porém há de considerar que esses dois conjuntos de indicadores não muito estreitamente relacionados.

O desenvolvimento é o principal objetivo da maioria das nações do mundo, diz Ray (1998), cuja verdade é aceita quase sem controvérsias. Haja vista, que a

⁹ O sub capítulo 2.2.3 foi baseado no capítulo 2 do livro *Development Economics*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, de Debraj Ray (1998).

melhora de qualidade de vida, através do aumento da renda, bem esta social, qualificação das pessoas, são fundamentais e passam a ser desafios para os promotores do desenvolvimento. Nessa busca incessante pelo desenvolvimento são investidos e aplicados volumes significativos em políticas de desenvolvimento e com isso os países chegarem mais perto dos objetivos. Resta saber os caminhos a seguir para atingir os resultados, além da avaliação do grau de desenvolvimento a que se submete um país com características de país desenvolvido ou subdesenvolvido.

2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Qualquer economia, seja de mercado ou de planejamento centralizado, se fundamenta na interação social e na interação espacial. Nenhuma economia pode existir sem que haja relações entre os seres humanos, relações essas que ocorrem em um dado espaço geográfico, influenciando esse espaço e sendo por ele influenciadas. “Os atributos [do espaço] influenciam o homem nos seus comportamentos, percepções e escolhas e este age sobre o espaço para modificá-lo [...]” (POLÈSE, 1998).

Indaga Pòlese (1998), “[...] Como é que se organiza o homem para satisfazer as suas necessidades econômicas, tendo em conta as restrições que lhe são impostas pelo espaço geográfico? [...]”.

Esta questão situa-se como pano de fundo em todo este trabalho, particularmente neste capítulo onde se analisa, em um primeiro momento, dentro de uma perspectiva evolutiva, os conceitos de base econômica e geográfica que se traduziram em contribuições pioneiras ou seminais para o desenvolvimento das teorias do crescimento regional e, em um segundo momento, os próprios modelos de crescimento regional nas diversas vertentes que foram tomando forma e se diferenciando com o passar do tempo.

Ressalta-se que não se tem a pretensão de explorar exhaustivamente todos os conceitos e modelos relacionados à tão expressiva e complexa questão, mas sim de se deter naqueles que representam marcos bem característicos na evolução do arcabouço teórico da análise regional, constituindo-se nos mais relevantes para o enquadramento da dinâmica de desenvolvimento dos municípios objetos desse trabalho.

2.3.1 Desenvolvimento Regional

A questão regional sempre esteve presente nos objetivos de desenvolvimento da política pública brasileira. O problema das desigualdades econômicas e sociais que ao longo do tempo marcam o processo de regionalização é uma constante preocupação dos governantes que buscam, através de uma política diferenciada para regiões periféricas, impulsionar o crescimento econômico e sua inserção no novo paradigma da economia regional, nacional e internacional.

Segundo dados extraídos de POLÉSE (1998)¹⁰, questiona-se: O que é que se entende por "região"? Em que é que a análise econômica das regiões coloca problemas particulares? Como explicar o nível de atividade de uma região? Que fatores estão na base do desenvolvimento econômico das regiões?

O texto citado por Rolim¹¹ (2007) com o título: As Bases do Desenvolvimento Regional destaca o desenvolvimento, em que se personaliza a idéia de desenvolvimento não só em termos econômicos, mas também com foco e cuidados na qualidade de vida dos seres humanos, tendo como referência o conceito de Desenvolvimento Humano.

O desenvolvimento regional oportuniza a visualização das potencialidades em relação a sua capacidade produtiva, tornando-se especialistas e com vantagens competitivas em determinados produtos e/ou serviço em que à comercialização possa ocorrer além fronteira regional e chegando a exportação, quando diz:

“Nessa perspectiva o crescimento da região tem como fator impulsionador a demanda que o resto do mundo exerce sobre os seus produtos. Isso não é difícil de entender. Se o resto do mundo não estivesse interessado em soja o Oeste Paranaense não seria o que é hoje” (ROLIM, 2007, p. 3 do Texto 3).

Para Polèse (1998), o desenvolvimento econômico regional acontece quando há uma descentralização de políticas, deixando livres os espaços regionais. Assim, é importante observar a base econômica, deixando que o capital, o trabalho e as tendências econômicas fluam como suporte da região, seja esta agrícola, industrial

¹⁰ Transcrição do texto A Região na Análise Econômica por Cássio Frederico Camargo Rolim.

¹¹ Texto 3 – As Bases do Desenvolvimento Regional, Cássio Frederico Camargo Rolim.

ou comercial. São as riquezas naturais das regiões aliadas ao fator humano (cultura, costumes, práticas de trabalho, etc.) que adaptarão a economia nos moldes próprios de suas particularidades. Com esses suportes produtivos regionais traçar-se-á planos de desenvolvimento aliados ao dinamismo da economia nacional e mundial.

As teorias de desenvolvimento econômico regional emergem e passam a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento definindo estratégias que visam impulsionar o desenvolvimento econômico (AMARAL FILHO, 2001).

Desta forma, uma questão importante no ambiente dinâmico e globalizado é fazer com que as economias locais e regionais possam identificar os processos de acumulação de capital que impulsionem o seu desenvolvimento econômico. Surge então, a necessidade de discussão sobre o tema do desenvolvimento regional.

Nos últimos anos as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais (AMARAL FILHO, 2001, p. 261).

Segundo Amaral Filho (2001) tendo por base um desenvolvimento econômico estruturado nos modelos de produção da organização industrial, conceitos como concentração industrial e aglomeração produtiva ganharam evidência e passaram a ocupar lugar de destaque nas teorias econômicas.

Hirschman (1974) afirmava que era através dos encadeamentos produtivos, advindos do processo de industrialização de uma região, que se produzia a seqüência de eventos necessários à sustentação e ao complemento do crescimento econômico regional. Com isso, Hirschman (1974) direcionou seus estudos para modelos que pudessem explicar o desenvolvimento econômico regional dos países subdesenvolvidos, ou como o próprio autor denomina os países com escasso desenvolvimento ou economia atrasada.

Para que se possa compreender a dimensão do conceito de desenvolvimento econômico regional de Hirschman (1974) e sua concepção de encadeamentos produtivos, por isso necessário é compreender sua concepção entre economias desenvolvidas ou avançadas, das economias subdesenvolvidas ou atrasadas.

Como o desenvolvimento econômico regional é obtido através de uma seqüência de eventos, resultados de encadeamentos produtivos que alteram a

estrutura física e social de uma região, e de seus processos de industrialização de bens de consumo, Hirschman (1974) alerta que o êxito deste procedimento somente será alcançado quando ocorrerem os encadeamentos antes e após do processo de industrialização. Para o autor, estes encadeamentos são os movimentos que efetivamente desencadeiam a expansão econômica regional, a qual por sua vez leva ao seu desenvolvimento econômico.

Os benefícios do desenvolvimento econômico não se repartem de forma igual pelo território nacional: em todos os países se podem observar disparidades econômicas entre regiões. O que se entende por disparidades? Serão as disparidades inevitáveis? Como surgem? Haverá mecanismos para corrigi-las? As respostas a esses questionamentos estão ligadas aos mercados regionais de trabalho e considerando a análise das migrações inter-regionais. Nas regiões as diferenciações são medidas pela arbitragem entre a oferta e a procura de trabalho que determina os diferentes níveis salariais entre as regiões. (POLÉSE, 1998).

O autor frisa bem os tipos de desigualdades existentes para não causar confusão quanto ao entendimento da questão, ou seja, elas podem ser: a) em relação ao nível de bem-estar ou no nível de rendimento real dos particulares ou das famílias, e b) que as desigualdades podem ser identificadas na repartição espacial das atividades econômicas e das populações.

O espaço geográfico quando transformado pelo homem para satisfazer suas necessidades torna-se espaço econômico, que pode ser homogêneo, polarizado ou de planejamento¹². Desta forma, o espaço econômico se origina das relações e das ações humanas. As atividades que surgem quando o homem estabelece relações de troca constituem um espaço econômico. Como na sociedade moderna, é no âmbito das cidades que ocorrem a maior parte das relações e ações humanas, as regiões metropolitanas são ótimas expressões de espaço econômico¹³.

Boudeville (1972) estabeleceu três noções de região: (a) região homogênea; (b) região polarizada; e (c) região-plano. Boudeville, diz que a região homogênea “relaciona-se com a medida dos fatos”, a região polarizada “com a medida dos processos” e a região de planejamento “com a medida dos fatos”.

¹² Essa definição de espaço econômico é consoante com a descrição clássica de Perroux (1967).

¹³ Conforme Rolim (1982, p.12), espaço geográfico é o lugar onde os homens habitam e as empresas estão instaladas e é geralmente estável. Já o espaço econômico é completamente mutável e apresenta características dinâmicas.

Ainda com inspiração nas idéias de Boudeville, as disparidades regionais agravam-se com o crescimento desigual, independentemente do “locus” onde se coloca as fronteiras. Se a região é homogênea, polarizada ou plano, passa a ser um problema menor. Determinar as causas das disparidades regionais tornou-se a fundamental importância na análise regional.

Boudeville (1973) os problemas das cidades centrais de uma região não se encerram em suas fronteiras, eles se superpõem nas cidades limítrofes que formam o espaço de planejamento dessa aglomeração urbana. O inverso também é verdadeiro. Nessas cidades o planejamento deve visar sua transformação em região homogênea.

Para Boudeville, as cidades polarizadas mantêm ligação de interdependência com as cidades limítrofes. À medida que se desenvolvam e ampliem os canais de comunicação que as unem, as relações sócio-econômicas se intensificam e os problemas urbanos aumentam.

A separação das regiões de acordo com a classificação de Perroux e Boudeville (1967 e 1973 *apud* OLIVEIRA et. tal, 2007), na maioria das vezes, não pode ser verificada na prática, pois o homem tende a planejar, mesmo que de forma rudimentar e insipiente, a ocupação do espaço geográfico e sua posterior transformação em espaço econômico¹⁴.

2.4 A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO

Segundo North (1955) em seu artigo Location Theory na Regional Economic Growth, in JOURNAL OF Political Economy, a principal diferença entre a teoria da base de exportação e da base econômica, é de que a primeira se preocupa com o processo de desenvolvimento de longo prazo e a teoria de base econômica tem sua aplicação limitada ao curto prazo e não é capaz de explicar, por si só, o desenvolvimento ou o declínio a longo prazo das cidades ou regiões.

O artigo “Teoria da Localização e Crescimento Regional”, de North (1955), é reconhecidamente o marco inicial da teoria da base de exportação. Apesar do

¹⁴ Aglomerações urbanas aparecem e podem fugir do controle do plano de ocupação estatal. Isso ocorre, geralmente, em áreas públicas ou insalubres como áreas de expansão do equipamento urbano. No Brasil, após a criação do Sistema Financeiro de Habitação, em 1964, e do extinto BNH (Banco Nacional de Habitação) o Governo Federal tentou solucionar o problema da habitação com a criação de gigantescos conjuntos habitacionais nas áreas periféricas das grandes cidades.

conceito de base econômica ter sido empregado anteriormente por outros estudiosos, é North que dá a esse conceito o caráter de teoria do desenvolvimento regional.

A Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento. O crescimento nesta teoria depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. As atividades básicas vendem seus produtos em outras regiões, sendo, portanto, a força motriz da economia. As atividades complementares dão suporte às atividades básicas (NORTH, 1977).

No artigo citado anteriormente, North discorda de pensadores como E. M. Hoover e J. Fischer, que vêem o crescimento regional como seqüência dos estágios primário, secundário e terciário, que as regiões percorrem no curso de seu desenvolvimento e afirma: “Essa concepção não se aplica ao entendimento do crescimento das regiões dos Estados Unidos, o crescimento de uma região está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações” (NORTH, 1977, p. 297). Esse sucesso pode resultar na melhoria das exportações existentes em relação às áreas competitivas, ou como resultado do desenvolvimento de novas exportações.

North, no mesmo artigo, evidencia ter-se inspirado nos insights de Harald Innis sobre o crescimento econômico canadense. As pesquisas de Innis convenceram-no da importância crucial dos produtos exportáveis primários na configuração das novas economias. O conceito empregado por Innis para designar o principal produto produzido pela indústria extrativa de uma região é produto primário e, em North, esse conceito é ampliado para produto de exportação de uma região, incluindo produtos primários, secundários e terciários. Ele usa a expressão produto de exportação ou serviço para se referir aos itens individuais e a expressão base de exportação para designar coletivamente os produtos de exportação de uma região.

Reconhece o autor que se tratando de regiões novas, tipicamente baseadas na indústria extrativa, o seu conceito de produto de exportação é sinônimo do conceito de Export Staples de Innis¹⁵

¹⁵ Os estudos de Innis fundamentam a teoria Staples que, semelhante ao conceito da base de exportação, baseia-se no estudo sobre as características do produto de exportação e o exame das relações entre os fatores locais e o desenvolvimento regional. O conceito Staples, contudo, trata apenas de exportações primárias.

A teoria da base de exportação, desenvolvida por North, diz que o subdesenvolvimento é consequência da carência de exportações especializadas de setores dinâmicos, e apresenta certo número de traços gerais importantes. Primeiro, é uma teoria keynesiana de renda aplicada a uma economia aberta e adaptada à análise de longo prazo, tendo as exportações à função de elemento-chave. Em segundo lugar, a teoria encara a base de exportação como homogênea, não dando atenção à fonte do aumento na demanda de exportações. Por último, têm a vantagem de considerar os vínculos inter-regionais como relações comerciais.

A contribuição específica de North (1955), para uma definição mais completa de região, foi a de fornecer elementos teóricos para romper com a natureza de economia fechada, subjacente, da definição original, pela introdução da idéia de base exportadora regional. A partir da exploração de vantagens comparativas, a exportação de bens para localidades fora da área de mercado regional constitui fator decisivo de integração inter-regional e realimentação do crescimento do lugar central, em função de retornos crescentes de escala ou economias de especialização regional. Por sua vez, a expansão da oferta de bens residenciais de baixa transportabilidade, constituídos fundamentalmente pelos serviços, constitui fator decisivo de consolidação da integração intra-regional e desenvolvimento de economias de urbanização.

De acordo com North (1955) apud Schwartzman (1975) esta teoria destaca a importância das exportações¹⁶ como fundamental fonte propulsora do processo de desenvolvimento. Na teoria da base de exportação, as atividades econômicas de uma região se dividem entre as que são produzidas para o mercado exportador (atividades de exportação ou básicas) e as que são produzidas para o mercado interno (não básicas ou residenciais). As atividades básicas representadas pelas fontes motriz da economia, pois vendem seus produtos em outras regiões, sendo que as atividades não-básicas dão sustentação às atividades básicas.

Nessa teoria as atividades econômicas de uma região se dividem em dois tipos: as básicas, que vendem seus produtos além de suas fronteiras, e as não básicas ou residenciais, que servem de apoio às atividades básicas, que, por suas

¹⁶ O conceito de exportação nesta visão é: toda comercialização dos produtos gerados internamente, fora da região produtora. Não se trata especificamente de comércio internacional.

vendas, possibilita a importação de bens e serviços não produzidos localmente e induz o crescimento das atividades básicas.

As atividades básicas independem do nível da renda interna e constituem o motor do crescimento e desenvolvimento regional, porque provocam um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que delas dependem. Assim, o município e a região podem crescer mesmo se grande parcela de sua população não tenha poder de compra em expansão.

Alguns dos pressupostos da teoria, como esboçada por North, referem-se a regiões que ainda não conheceram nenhum processo significativo¹⁷ de desenvolvimento, têm baixa renda, pequena população, numa época em que predomina o sistema capitalista no cenário mundial, o que não inclui regiões subdesenvolvidas, as quais, via-de-regra, já experimentou um processo de desenvolvimento significativo.

Segundo North (1955) a principal hipótese da teoria da base de exportação é que ela possui um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e *per capita* de uma região. Portanto, passam a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso às regiões jovens, e seu alcance é determinado através do efeito multiplicador que as exportações criam nas demais atividades não básicas.

A teoria da base de exportação está condicionada aos limites de seus pressupostos, por isso sua aplicação não pode ser indiscriminadamente a qualquer situação. Nesse particular, recomenda-se a não aplicação em regiões subdesenvolvida ou regiões mais altamente desenvolvidas com elevado grau de complexidade e com muitas ligações inter-regionais.

Logo, as exportações constituem-se numa condição necessária para o desenvolvimento regional, mas não são suficientes. Sua importância está no fato de que proporciona a estrutura teórica para muitos estudos empíricos do multiplicador regional. A análise regional utilizou, em parte, o conceito dinâmico de base e afirmou que existe uma relação entre as exportações e seu crescimento global, pois, neste caso, o investimento regional seria induzido pela própria exportação¹⁸.

Esta teoria desenvolvida por North (1955) sustenta que as exportações das regiões com alta especialização local na produção de produtos agrícolas, seriam

¹⁷ Mas que são importantes no caso do Brasil.

¹⁸ O contexto central é que as atividades econômicas não básicas são induzidas pela expansão ou declínio das indústrias de exportação, North (1955, *apud* BENITEZ1998).

decisivas para o seu desenvolvimento, dadas a existência de um mercado (mundial) capitalista já estabelecido. Após esta fase, a especialização passaria a ser inter-regional, que abriria os caminhos para a industrialização e posterior surgimento das atividades terciárias.

No entanto, o desenvolvimento econômico regional não se fará automaticamente dada uma base de exportação. A existência de uma base de exportação é uma condição necessária para o desenvolvimento das regiões, pois se constituem no impulso inicial para o desenvolvimento regional. Entretanto, não é uma condição suficiente, é preciso que a "base" provoque efeitos sobre outros setores, desenvolvendo-os também, e que a renda se distribua razoavelmente entre a população. A expansão da atividade básica da região pode resultar em:

- do crescimento da demanda do bem exportado pela região, devido a um aumento na renda na área do mercado, ou decorrente de mudança no gosto;
- por melhoramento nos custos de processamento ou de transferência (transporte) dos produtos exportados da região em relação às regiões competidoras.

A idéia principal da teoria da base de exportações é que o desenvolvimento de uma região está vinculado à expansão de sua base de exportação e fundamenta-se na hipótese de que esta tem um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região.

North (1977) relata que o fator primordial que determina o grau de integração entre regiões é a “capacidade de estabelecer bases exportadoras regionais”, decorrentes da exploração de suas vantagens comparativas.

2.5 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA VISÃO DE BOISIER

Considerando as teorias de Boisier sobre o desenvolvimento local e regional está estruturada em quatro blocos distintos.

O primeiro expõe um conjunto de suas idéias relativas às novas características do desenvolvimento regional e territorial, no período atual.

No segundo, são apresentados novos conceitos, sobre os fatores causais do desenvolvimento em escala territorial – a causalidade do desenvolvimento regional, com a insistência de formulação de um projeto político para uma articulação consistente, densa e inteligente desses fatores. Conforme Boisier (1996), “a inteligência está na necessidade de tornar mais densas as conexões entre os

fatores, de modo a provocar efeitos de sinergia, retro-alimentação e desenvolvimento”.

No terceiro bloco, registra-se a leitura dos chamados capitais intangíveis determinantes do real processo de desenvolvimento, capital: econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social, cívico, humano e sinérgico.

No último bloco trata do reconhecimento de construção do chamado “projeto político de desenvolvimento”, a partir da avaliação do estoque disponível de tais capitais intangíveis, e a necessária articulação e acertos de conflitos e interesses coletivos com os atores e instituições locais.

Assim em qualquer região ou território organizado, devem ser avaliados dois aspectos: como está estruturado cada um dos elementos e como eles se articulam entre si. E prossegue: “para um território, a tarefa básica do desenvolvimento é a de modernizar seus componentes e gerar um projeto coletivo que o articule e direcione” (Boisier, 1996).

2.5.1 Uma Nova Epistemologia Regional

Considerando a nova epistemologia regional, na globalização, muitas são as mudanças políticas e econômicas de escala mundial, que estão afetando, não apenas a esfera material, mas também a esfera das idéias e dos conceitos. Impõem-se, desta forma, o reconhecimento dessas novas tendências e suas conseqüências sobre o desenvolvimento territorial.

De acordo com Boisier, o desenvolvimento regional se apresenta como um processo em curso e de recente configuração. Para o autor, o processo pode ser descrito a partir de três cenários independentes: *contextual, estratégico e político*.

O novo cenário contextual, segundo o autor, trata-se do processo da abertura externa, impelido pela força da globalização, e do processo de abertura interna, impulsionado pela força da descentralização (BOISIER, 1996). O primeiro é um processo essencialmente econômico, já o segundo é um processo é impulsionado pela força da descentralização e, portanto, de caráter político.

Por trás da globalização, considerado como abertura externa, conforme o mesmo autor pode-se identificar uma dupla de elementos básicos: a microeletrônica que torna a globalização tecnicamente possível e a nova ordem política

internacional, caracterizada por monopolaridade política, multipolaridade econômica e regionalismo aberto (BOISIER, 1996).

Outros autores sustentam posição semelhante em relação ao fenômeno. Para Kenichi Ohmae, citado por Sérgio Boisier, é importante considerar que os territórios organizados¹⁹ exercem um papel completamente novo na atualidade, principalmente ao entrarem definitivamente na busca de competência e competitividade (BOISIER, 1996). Deve-se observar, porém, que a noção de território organizado não depende da escala de tamanho.

Com o novo cenário contextual, já não é mais possível pretender que um país seja competitivo, mantendo estruturas decisórias centralizadas. A descentralização passa a ser, portanto, o centro do debate por razões puramente macroeconômicas.

A abertura interna tem por sua vez como alvo incluir a população na dupla condição de equidade e participação, ou seja, distribuir os lucros obtidos com a abertura externa de um modo mais eqüitativo do que ocorreu no passado, e de outorgar a população um papel mais destacado na condução do território. Neste cenário, há um enorme desafio posto aos governos de nível regional, estadual e municipal, “como ajudar seus território a alcançar condições de competitividade e modernidade, sem perderem a equidade e a participação?”. Boisier (1996) afirma que a resposta para essa pergunta, “leva à formulação de outras duas: qual é a configuração territorial mais adequada para isso? Qual é a que oferece as maiores possibilidades de êxito?”.

Tais perguntas são à base do *cenário estratégico* está sendo construído mediante dois processos: novas modalidades de *configuração regional*, as quais geram uma nova geografia política com componentes virtuais, ditados pela lógica de sistemas mais voluntaristas do Estado; e novas modalidades de *gestão regional*, as quais introduzem tanto critérios políticos no plano de gestão dos governos locais, para modificar as situações de dependência, como critérios empresariais - principalmente de planejamento estratégico - com o objetivo de aumentar a eficiência do governo.

¹⁹ O conceito de território pode ser adjetivado como natural, equipado e organizado. O primeiro descreve um território sem intervenção humana; o segundo refere-se exatamente ao equipamento físico derivado da ação do homem; e, finalmente, o terceiro nomeia um território em que vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais (BOISIER, 1996).

Os elementos estratégicos conduzem a atenção na divisão político-administrativa tradicional, a qual, no caso do Brasil, são os Estados. Dessa forma, surgem diferentes arranjos territoriais, hierarquicamente ordenados, que tem como base o que o autor denomina de *região pivotal*, definida como menor território organizado e que, simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (capaz de gerar identidade) e resiliência.

As regiões pivotais podem associar-se a outras regiões pivotais ou simplesmente a outros territórios organizados, cujo único requisito é a contigüidade geográfica, dando origem a regiões de maior tamanho, denominadas por Sérgio Boisier (1994) de *regiões associativas*.

Então, essas regiões pivotais ou regiões associativas podem formular acordos e compromissos estratégicos de longo prazo com outras regiões - para elaborar novos produtos de alta tecnologia – e mecanismos regulatórios específicos, a fim de produzir verdadeiras regiões virtuais, similares às corporações virtuais que já existem no mundo internacional dos negócios (BOISIER, 1996).

A forma de permitir o surgimento de regiões é essencialmente democrática, pois entrega a iniciativa e a sanção para as próprias comunidades locais. Nesse sentido, é fundamental entender a flexibilidade que deve acompanhar a atual percepção do conceito de região, o que é elucidada por Liana Carleial:

[...] a categoria regional deve representar unidades espaciais que se diferenciam e que podem estar referidas em diferentes níveis de análise. Pode-se utilizar a categoria regional para se tratar de questões que se dão em nível de estado, município ou parte de quaisquer desses níveis como regiões urbanas, rurais, agrícolas ou industriais (CARLEIAL, 1993, p. 47).

As políticas regionais são ações públicas deliberadas com objetivo de promover o desenvolvimento em um determinado espaço geográfico. Essas políticas são, normalmente, promovidas pelo Estado. Conclui-se, portanto, que os novos cenários do desenvolvimento regional, em economias de mercado abertas e descentralizadas, propõem um grande desafio, para qualquer governo, seja estadual ou municipal, o qual consiste em encontrar uma maneira de auxiliar sua região a inserir-se no contexto do comércio nacional e internacional, de forma eqüitativa e participativa.

2.5.2 Um Enfoque Contemporâneo aos Fundamentos do Desenvolvimento Regional

No enfoque contemporâneo aos fundamentos do desenvolvimento regional, merece destaque a distinção feita por Boisier sobre alguns conceitos de desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, e crescimento econômico e desenvolvimento. Em seu artigo “Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?” Boisier (2001), reflete sobre a crescente nomenclatura do desenvolvimento analisando, em primeiro lugar, a gênese do conceito, sua crescente subjetivação e os distintos adjetivos que comumente se associam no debate contemporâneo: territorial, regional, local, endógeno, descentralizado, de baixo para cima”.

Na conceituação de desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno, Boisier (2001) argumenta que ambos os conceitos tem um amplo campo de superposição, evidenciando o primeiro como mais geográfico e o segundo mais estrutural. Desenvolvimento local é uma modalidade de desenvolvimento que busca responder “de baixo para cima” à crise estrutural do ajuste próprio do capitalismo tecnológico atual. O desenvolvimento endógeno, por sua vez, diferentemente do desenvolvimento local, possui segundo o autor uma carga teórica relativamente sólida, que o define diversas formas e sempre a mesma interpretação e pressupõe: uma autonomia crescente do território, uma capacidade crescente para reinvestir o excedente no próprio território, uma capacidade para gerar conhecimento e inovações, com conseqüente fortalecimento da identidade cultural e do sentido de pertinência territorial.

O desenvolvimento exige crescente sinergia entre os diversos fatores de uma economia; para tanto, necessita se fazer a pergunta: como se articulam, para que se possa estrategicamente planejar e implementar o desenvolvimento? Segundo Boisier, o desenvolvimento territorial de economias de mercado aberto e descentralizado depende da potencialização de fatores endógenos. Boisier ressalta que o desenvolvimento ocorre mais pela ênfase na diversidade (impacto frente aspecto e experiências diferentes), do que na alteridade (“em que os outros fazem por nós”).

Territórios organizados exercem, no período atual, um papel completamente novo ao entrarem de vez na busca de competência e competitividade. Boisier

observa que a noção de território organizado não depende em nada da escala de tamanho.

Segundo Boisier (1996), a relevância do fundamento conceitual está na tese de que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos para se avaliar a capacidade organizacional, sendo:

- Atores ou agentes de desenvolvimento, são identificados por categorias: os de natureza individual; os de natureza corporativa e os de natureza coletiva; atividade necessária para se conhecer a estrutura de poder regional e para iniciar um processo participativo de preparação do projeto.
- Instituições, com a tarefa de reconhecer e avaliar as instituições públicas e privadas presentes na região, são flexíveis, velozes, inteligentes, virtuais. A inteligência institucional diz respeito, principalmente, a capacidade de aprender e a capacidade de estabelecer articulações com outras instituições.
- Cultura, dois são os elementos de interesse com relação a cultura regional e a sua incidência nos processos de desenvolvimento: a presença da cultura competitiva/individualista ou o predomínio de uma cultura cooperativa/solidária, e, ainda importa reconhecer a capacidade da cultura do lugar para produzir auto-referência, ou seja, identificação da sociedade com seu próprio território.
- Procedimento, importa reconhecer a natureza da gestão do governo territorial e seus procedimentos administrativos concernentes ao manejo orçamentário, administração de pessoal, gestão de projetos de investimentos e relações públicas.
- Recursos são quatro as categorias que interessam ao desenvolvimento: recursos materiais (recursos naturais, infra-estrutura e capital); recursos humanos, em quantidade e qualidade; recursos psicossociais, como autoconfiança coletiva, a vontade coletiva, a perseverança, o consenso, etc.; e, finalmente os recursos de conhecimento.
- Entorno como meio externo que se relaciona com tudo o que é externo à região, se trata fundamentalmente, do mercado em sentido lato, do Estado e do tecido de relações internacionais.

“O desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional” ou, como afirma o autor, “do contrário, não se terá senão uma caixa preta, cujo conteúdo e funcionamento se desconhecem”.

2.5.3 A Construção do Capital Sinérgico

Ao argumentar que o desenvolvimento é um conceito complexo, axiológico e multidimensional, “qualitativo em sua essência é intangível por consequência”, Boisier (1999) reconhece que “o crescimento econômico é um resultado material e está sobre as bases de fatores também materiais, tendo o capital econômico em primeiríssimo lugar”. Por sua vez “o desenvolvimento é um resultado imaterial ou intangível” e, em decorrência, são também intangíveis os fatores que o determinam.

Nesse sentido, Boisier confunde os enfoques do desenvolvimento de corte mais tradicional e constrói os conceitos de “capitais intangíveis”, que devem ser articulados, potencializados e direcionados por uma forma superior de capital, que é chamada pelo autor de “capital sinérgico”²⁰. O principal ponto desta reflexão é que os capitais intangíveis e, em geral, o capital sinérgico, são mais freqüentemente mobilizáveis em espaços sociais e territórios pequenos, onde as relações pessoais, os costumes e as tradições constituem elementos de grande valor.

O autor tem insistido que o desenvolvimento territorial, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis, determinantes do processo de desenvolvimento, na região ou localidade. Com esse entendimento, pode-se considerar que um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e também acrescentado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de seus recursos humanos, materiais e institucionais, em determinado território.

Uma outra conceituação sobre desenvolvimento territorial é estudada por Boisier que aborda suas pesquisas nas diversas formas de capital que se encontra num território e que se articuladas deveriam produzir o desenvolvimento. Essa articulação refere-se à forma de capital mais poderoso que se encontra no seio da comunidade: o capital sinérgico. Desse modo, Boisier (1998) afirma:

²⁰ Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as demais formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Capital sinérgico como a capacidade social, ou melhor, a capacidade societal (como expressão mais totalizante), de promover ações em conjunto dirigidas a fins coletivos e democraticamente aceita com o reconhecido resultado de obter-se assim um produto final que é maior que a soma dos componentes. Trata-se de uma capacidade normalmente latente em toda sociedade organizada.

A delimitação conceitual deste estudo aporta-se nos conceitos do estudioso Boisier (1998), fundamentado na perspectiva do Desenvolvimento Local, a partir da construção do capital sinérgico.

Segundo Boisier, o capital Sinérgico é o elemento catalisador das demais formas de capitais. E para o modo de explorar o potencial endógeno de desenvolvimento e para produzi-lo se “requer uma escala territorial e social adequada e um agente indutor”.

2.5.4 Projeto Político de Desenvolvimento

Para Boisier (2003) o projeto político opera em situações de poder difuso, com elevado número de agentes sociais; um projeto político reconhece diferentes racionalidades distintas da economia e tem natureza de construção. Opera não somente com recursos de mercado, como um plano ou estratégia, mas também envolve os recursos intangíveis e é defendido pelo autor que contrapõe a idéia de “um plano ou uma estratégia” ²¹. Supõem, desta forma, grande complexidade do território e sua dinâmica e tem caráter holístico²² e sistêmico (nada mais é do que perceber o movimento integrado entre o ambiente, nossas decisões e nosso futuro).

Como resultante, o projeto político de desenvolvimento a ser construído abrangeria a visão de sociedade na conquista de uma supremacia, que poderia ser diferente em um momento histórico anterior, da mesma forma que outras cidades e outras regiões.

O projeto político de certa forma exige uma seqüência de tarefas necessárias para sua formulação, são elas: o reconhecimento do território, seu entorno e suas especificidades, seminários participativos, e assim ter por base o fortalecimento e modernização dos governos locais/regionais, entendido como a chave para o

²¹ Um plano supõe um único agente, com o controle total do meio, e uma estratégia supõe um agente hegemônico operando em conjunto com outros agentes (Boisier, 2003).

²² É, por conseguinte um termo que ao mesmo tempo indica uma tendência ao ver o todo além das partes.

sucesso. Neste projeto político, agentes do desenvolvimento territorial realizam funções de integração (lógica do território), mediação (interesse de atores) e inovação (necessidades e projetos).

A afirmação de Boisier (2004) quando se refere ao projeto político de desenvolvimento, “nada disso é possível sem colocar o esforço do desenvolvimento nas mãos da gente, ou seja, nada disso é possível sem uma adequada e flexível combinação de descentralização e centralização. Há que baixar a terra a sempre etérea discussão sobre desenvolvimento”. Com isso, as regiões, as cidades devem se preparar para disponibilizar infra-estruturas que possam atender e facilitar o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizados e que ao mesmo tempo tenham capacidade de governança local.

2.6 A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Vázquez Barquero (2001) acredita que processo de desenvolvimento endógeno se produz mediante a utilização do potencial e do excedente gerado localmente e da atração, eventual, de recursos externos. A iniciativa e o controle que os atores locais e a sociedade civil realizam, favorecem o processo de transformação das cidades e regiões e o desenvolvimento local.

O Manual de Desarrollo Local, Instituto Latino Americano Y Del Caribe de Planificación Económica Y Social -ILPES (1998) define que:

[...] desenvolvimento econômico local é aquele processo reativador e dinamizador da economia local, que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes de uma determinada zona, é capaz de estimular o crescimento econômico, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população.

Amaral Filho (2001) afirma que a endogenização no desenvolvimento econômico local consiste na realização de ações coletivas, e essas só se desenvolvem com eficiência se forem institucionalizadas. Assim, o papel do Estado, neste paradigma, está baseado no resultado de processos e de dinâmicas econômico-sociais determinados pelo comportamento dos atores, dos agentes e das instituições locais.

Amaral Filho (2001), ainda, coloca que há amplo consenso em relação à idéia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. Nessa

perspectiva, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e com consumidores finais.

Devido à sucessão das mudanças, as localidades em que se inserem os territórios, regiões e municípios, começam a transformar seu conjunto de recursos potenciais em economias de escala capazes de iniciar o processo de desenvolvimento local. Nesse sentido, Cuadrado Roura (1995) aponta que as políticas de ação locais devem seguir mediante a ação sobre: apoio às iniciativas empresariais locais (aí inseridas as micro e pequenas empresas); incentivos (fiscais, monetários e administrativo-político); os chamado “incentivos reais” (aí inseridos a disponibilização de terrenos, serviços às empresas, melhoramento e disponibilização de boa infra-estrutura urbana e de escoamento para outras localidades e a criação de empregos); formação de profissionais (gastos com educação); e difusão de novas tecnologias e inovações.

De acordo com os requisitos básicos, o desenvolvimento endógeno deve considerar a realidade de cada localidade e quais as tendências manifestadas em seu entorno, uma vez que, o estabelecimento das estratégias de atuação significará o resultado de um modelo econômico-social, para que possa ser alcançada uma elevação do nível de qualidade de vida e melhoria do bem-estar da população em termos reais e alinhados com uma gestão de seus ativos e recursos existentes.

O desenvolvimento local, além de favorecer os aspectos produtivos, cogita a inserção de diferentes dimensões, e muitas vezes alavancado por políticas criadas pelos municípios. O desenvolvimento, visto como um processo sistêmico (BOISIER, 2003), exige dos governos locais maiores flexibilidade e a presença de uma nova gestão pública.

Boisier (2001a) relata que dependendo do tamanho dada à intrínseca complexidade do processo de desenvolvimento, evidencia um recorte conceitual e analítico para a abordagem desenvolvimentista. É considerar o local como um espaço que “reinventa novos desenhos para as políticas públicas e sua gestão” sendo capaz de dinamizar as transformações tanto no campo de atuação, como no âmbito nacional.

O desenvolvimento local surge também das próprias iniciativas locais, buscando novas alternativas frente à ruptura do modelo estruturalista antes vigente,

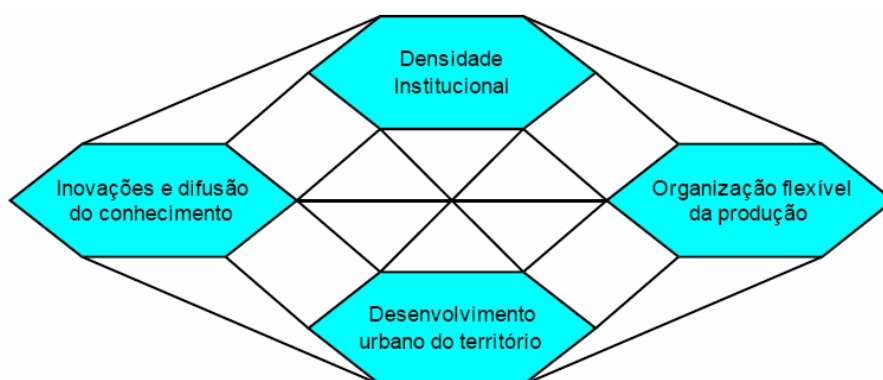
na formulação de políticas mais condizentes com o consenso dos atores e na busca de analogia própria para cada território (ALBUQUERQUE, 1998).

A política econômica local os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle e pretende superar os desequilíbrios das economias regionais, através do fomento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo.

2.7 INTERAÇÃO DOS FATORES DE DESENVOLVIMENTO

Vázquez Barquero (2001) afirma que o desenvolvimento econômico produz como consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e da atração, eventualmente, de recursos externos, assim como a incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos. A interação entre os fatores determinantes que geram o desenvolvimento local, consequente do processo de acumulação de capital:

Figura 1 – Hexágono de Vázquez Barquero



Fonte: Vazquez-Barqueiro (1999)

2.7.1 Introdução e Defesa das Inovações e Conhecimento

O primeiro aspecto destacado por Vázquez Barquero (2001), diz respeito à introdução e defesa das inovações e conhecimento. Estes fatores combinados impulsionariam a transformação e/ou renovação do sistema produtivo vigente uma vez que, na era da globalização, a acumulação de capital se reveste da acumulação de tecnologia e conhecimento.

As empresas que tomam as suas decisões em um entorno competitivo e globalizado devem se esforçar para aumentar a rentabilidade das suas “invenções”, além de ampliar a presença destas no mercado – o que constitui fator-chave do processo de inovação. Desta forma, as inovações e novas tecnologias surgem no sistema econômico, sendo endógeno ao sistema produtivo e a própria sociedade local (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999).

De acordo com Schumpeter (1964), o conceito de inovações faz referência a produção de novos bens, a introdução de novos métodos de produção, a criação de novas formas de organização ou a abertura de novos mercados de produtos ou fatores. Porém Vázquez Barquero (1999) sinaliza que a diferença de Schumpeter para a teoria do desenvolvimento endógeno, é que esta entende que as melhoras incluem tanto as inovações radicais quanto as incrementais, ou seja, trata-se também das mudanças de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações que permitem às empresas a aos sistemas de empresas darem uma resposta eficaz aos desafios, que significa o aumento da concorrência nos mercados.

2.7.2 Organização Flexível da Produção

Nesse aspecto Vázquez Barquero (2001) ao processo de organização flexível da produção. Com o advento do aumento da concorrência entre os mercados e a mudança do papel de liderança nas regiões – o Estado cedendo lugar às empresas inovadoras entre a organização do sistema das cidades e regiões e a dimensão global, através da introdução de uma nova organização produtiva pautada na flexibilidade e definida pelo entorno local.

Segundo Amaral Filho (2001), para que haja a concentração industrial, é preciso mais do que uma política de investimentos em capital físico ou mais precisamente em infra-estrutura (e conseqüentes externalidades para o capital privado como: redução de custos de transação, de produção e de transporte; acesso a mercados, etc.).

Amaral Filho (2001) comunga que a noção de “economias de aglomeração”, contribui para o desenvolvimento local, faz com que as “economias externas” não sejam somente dinâmicas, mas provocadas por uma ação conjunta da coletividade local, sendo esta ação caracterizada por dois tipos: cooperação entre as firmas

individuais e reunião de grupos em forma de associações. Essa divisão pode ser vista através de um corte em que divide “cooperação horizontal” (entre competidores) e “cooperação vertical” (entre empresa cabeça e empresa subcontratada).

Amaral Filho (2001) explica que esse tipo de economias externas é identificado por ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas, implicando num forte processo de reciprocidade entre os mesmos, numa relação de concorrência e cooperação entre as empresas, e com uma lógica de funcionamento extrovertida, embora com raízes mais profundas com o território que acolhe tal aglomeração.

2.7.3 O Desenvolvimento Urbano do Território

Num cenário mais contemporâneo caracterizado pela globalização da produção, dos intercâmbios e do aumento das atividades e serviços, as cidades converteram-se em um espaço favorável ao desenvolvimento, já que são nelas que tomam as decisões de inversão e de localização da indústria dos serviços. Seu potencial de desenvolvimento lhes permite responder aos objetivos que apresentam o aumento da competitividade, vinculando os processos de ajuste produtivo e organizativo a utilização dos recursos próprios, à difusão das inovações e ao fortalecimento das relações com outras cidades (BARQUEIRO, 1999).

Em suas afirmações, Vázquez Barquero (2001), argumenta que a cidade é o espaço no qual se propaga o desenvolvimento endógeno, já que neste local são geradas as externalidades capazes de trazer rendimentos crescentes para as empresas, bem como o espaço em que as redes, ou relações entre os atores, difundem seus conhecimentos, estimulando os processos de inovações e aprendizagem das empresas²³.

Vázquez Barquero (2001) afirma, ainda, que as cidades são territórios para criação e desenvolvimento de novos espaços industriais e de serviços devido as suas potencialidades de desenvolvimento e a capacidade de gerar externalidades. Além do mais, todo o espaço de competitividade, criado pelo processo de

²³ Quanto mais organizada a produção estiver no território mais rápido acontece o processo de inovação.

globalização, induz as cidades responderem estrategicamente através de iniciativas locais que estimulam os processos de desenvolvimento endógeno.

Além disso, a diversidade produtiva, comercial e cultural da cidade, faz com que haja uma variedade de atores, atividades e mercados que colaboram para a interação e formação de economias de escala, já que as mesmas trazem vantagens econômicas²⁴; vantagens no mercado de trabalho²⁵; e vantagens na difusão do conhecimento no tecido produtivo local²⁶. Assim sendo, o crescimento e desenvolvimento endógeno da cidade são resultados desta diversidade (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

2.7.4 A Densidade do Tecido Institucional

Segundo Vázquez Barquero (2001), os processos de desenvolvimento não se produzem no vazio uma vez que possuem profundas raízes institucionais e culturais, ou seja, uma sociedade que tem a sua própria cultura e formas e mecanismos próprios de produção. Deste modo, cada sociedade provoca o desenvolvimento por meio de formas específicas de organização e de instituições, sendo estas capazes de facilitar ou não a atividade econômica, haja vista que os agentes econômicos acabam tomando as suas decisões baseadas neste entorno organizativo e institucional (o que faz com que não se baseiem sempre nos modelos econômicos conhecidos).

A globalização faz com que os sistemas produtivos e as instituições e organizações das diferentes sociedades se relacionem umas com as outras e se adaptem aos condicionantes de cada entorno. Diante disso, o aumento da competência dos mercados implica no fato de que cada um deles seja cada vez mais competitivo – o que depende do bom funcionamento das redes institucionais, estruturas no entorno em que as empresas estão radicadas.

Sendo assim, terão mais capacidade para competir aquelas cidades e regiões que tenham um sistema de instituições que lhes permitam produzir bens públicos e gerar as relações de cooperação entre os atores, para impulsionar a aprendizagem e a inovação.

²⁴ Compartilhamento de recursos, fatores produtivos, redução de custos de transações, diferenciação de matérias-primas e produtos acabados e redução de instabilidade nos mercados.

²⁵ Através da especialização da mão-de-obra.

²⁶ Devido a existência de redes de cooperação para interação e intercâmbio de idéias.

O desenvolvimento toma força somente naqueles territórios onde há um sistema institucional completo, isto quer dizer quando há uma densa rede de empresas integradas no território por meio de suas relações entre si, coma as instituições de formação e investigação (P&D), com associações de empresários e sindicatos e com os governos locais. As barreiras de desenvolvimento aparecem, frequentemente, como consequência das carências e mau funcionamento da rede institucional que dificultam o desenvolvimento dos processos de crescimento auto-sustentável (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Para Vázquez Barquero (2001) o novo pensamento institucional é provido de argumento em que a relevância estratégica das instituições nos processos de desenvolvimento permite reduzir os custos de transação e produção, aumenta a confiança entre os atores econômicos, estimula a capacidade empresarial, propicia o fortalecimento das redes e a cooperação entre os atores, e estimula os mecanismos de aprendizagem e de interação. Em outras palavras, as instituições condicionam os processos de acumulação de capital e, portanto, o desenvolvimento econômico das cidades e regiões.

2.8 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO A PARTIR DE VÁZQUEZ BARQUERO

Vázquez Barquero (2001) constrói um modelo para interpretar a dinâmica econômica das cidades e territórios, fundado na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. Neste estudo, o autor sustenta que a difusão das inovações e do conhecimento entre as empresas e organizações, a adoção de forma flexível para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território e a complexidade do tecido institucional constituem os fatores chaves que condicionam a acumulação do capital nas cidades e regiões.

Desta forma, Vázquez Barquero traz uma importante contribuição à conceituação do desenvolvimento endógeno. De fato, ele mostra como a interação entre processos – como desenvolvimento urbano, a dinâmica institucional, a formação de redes no sistema produtivo e a difusão da inovação e do conhecimento – produz um efeito sinérgico com amplas repercussões no âmbito do desenvolvimento de cidades e países. Discute, também, a importância da política de desenvolvimento local, surgida espontaneamente na Europa e na América Latina durante as últimas décadas, como um fator de estímulo a tais processos.

Vázquez Barquero (1999) entende desenvolvimento endógeno como “um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local utilizando o potencial de desenvolvimento, que conduz a melhora de vida da população local”.

Nos processos de desenvolvimento endógeno, Vázquez Barquero (1999) ainda, identifica pelo menos três dimensões: “uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção que permite aos empresários locais usar eficientemente, os fatores produtivos e alcançar os níveis de produtividade que os permitem ser competitivos nos mercados; outra sociocultural, em que os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais formando um sistema denso de relações que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento; e outra, política, que se instrumentaliza mediante as iniciativas locais e que permite criar um entorno local que estimula a produção e favorece o desenvolvimento sustentável”.

Segundo Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que configura: i) uma ampliação contínua da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção e a capacidade de absorção da região; ii) retenção na região do excedente econômico gerado e iii) atração de excedentes oriundos de outras regiões.

Enquanto as teorias de desenvolvimento valorizavam o crescimento quantitativo e a maximização do Produto Interno Bruto - PIB²⁷, apoios financeiros e tecnológicos externos se destacam, no desenvolvimento local, a preocupação com as necessidades da população e a potencialização dos recursos próprios, com o controle do processo por parte dos atores locais.

Diferentemente de influenciar o desenvolvimento exógeno, o desenvolvimento endógeno mostra-se como um papel muito diferente à medida que se desce para uma escala local. (BOISIER, 2001b). O endógeno se manifesta em uma esfera do plano político, como a capacidade de se tomar decisões em diferentes opções,

²⁷ PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente).. Ele é um importante indicador da atividade econômica de uma região, representando o crescimento econômico. Vale dizer que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia). A Fórmula para o cálculo do PIB de uma região é a seguinte: $PIB = C + I + G + X - M$. O PIB per capita (por pessoa), também conhecido como renda per capita, é obtido ao pegarmos o PIB de uma região, dividindo-o pelo número de habitantes desta região. .

estilos, instrumentos de desenvolvimento ou de desenhar e aplicar políticas desenvolvimentistas.

Diz respeito ao plano econômico no sentido de reversão regional, a fim de diversificar a economia regional e ao mesmo tempo, buscando sustentação em longo prazo. O plano científico e tecnológico, no local em questão – a capacidade interna para gerar seus próprios suportes, sendo eles tecnológicos ou não, capazes de realizar modificações qualitativas no mesmo, e a endogeneidade no plano cultural, sendo ele a matriz que gera a identidade social territorial (BOISIER, 2001b).

As linhas que marcam a perspectiva teórica do desenvolvimento endógeno são duas: uma definida por autores como Piore e Sabel (1984) e Porter (1989) com a linha da teoria organizacional industrial, em que a análise é realizada dentro das organizações, com o estudo dos relacionamentos entre as mesmas e dos sistemas produtivos, na formação de clusters ou aglomerações como distritos industriais, como forma de substituição dos modelos de produção fordista.

A outra linha estudada por Vázquez Barquero e Polése dá ênfase à teoria do desenvolvimento e analisa como os sistemas produtivos locais podem contribuir para a maior competitividade das empresas, dos territórios e influenciar o desenvolvimento local. As duas linhas aceitam que a teoria do desenvolvimento endógeno é uma forma de explicar as dinâmicas das cidades e regiões frente às mudanças atuais. Muitas explicações da teoria do desenvolvimento endógeno derivam-se da própria teoria do desenvolvimento, como proposições relacionadas ao desenvolvimento por parte dos atores locais (AMARAL FILHO, 2001).

Vázquez Barquero (2001) aponta que a teoria do desenvolvimento contribui com os princípios de que as externalidades são condições para o desenvolvimento das cidades ou de regiões, o conglomerado de empresas contribui para a geração de novas frentes ou mercados, dinamizando a economia, no qual o desenvolvimento endógeno não considera o tamanho das empresas, mas sim o sistema de empresas existentes.

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe alguns fatores que se diferenciam dos paradigmas, como a participação da população na busca do bem-estar econômico, social, cultural e ambiental; enfoque no local, para o funcionamento do sistema produtivo, em que os atores aproveitam os recursos econômicos, humanos, culturais e institucionais para fortalecer o potencial de

desenvolvimento, principalmente no tocante as pequenas e médias empresas. (POLÈSE, 1999, VÁZQUEZ BARQUERO, 2000).

A orientação para a ação da teoria do desenvolvimento endógeno é de criar condições e suportes para enfrentar os desafios e problemas relacionados às mudanças de ordem produtiva, dentre aquelas relacionadas com a geração de emprego, de criação de novas frentes de produção e de mudanças estruturais da economia.

Com isso, as cidades e regiões tornam-se mais competitivas e fortaleçam suas comunidades locais (associações, instituições públicas, sindicatos, empresas e governo local), objetivando impulsionar o desenvolvimento local. Como cada local possui seu mercado de trabalho, seu sistema produtivo, organização da produção, historicidade, infra-estrutura, capacidade empreendedora, entre outros componentes que dão uma idéia da identidade local, cada um também possui potenciais de desenvolvimentos diferenciados (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Vázquez Barquero (2001), afirma “foi adotada uma visão territorial do desenvolvimento, onde a preocupação com o desenvolvimento de cidades e regiões foi colocada no centro da política regional; a utilização do potencial de desenvolvimento endógeno foi estimulada em um momento em que as administrações centrais se mostravam incapazes de administrar o emprego e a inovação; a gestão local das ações de desenvolvimento foi incentivada através de organizações intermediárias que prestam serviços diretamente as empresas”.

2.9 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo teve o objetivo de apresentar idéias a cerca da teoria do desenvolvimento econômico regional. Nesse estudo, o conceito de desenvolvimento regional teve papel de destaque, chegando-se à conclusão que a proposta de sua interpretação ao longo dessa dissertação foi comparada o significado e a utilização do conceito de desenvolvimento econômico para as teorias do desenvolvimento regional.

A partir dessa revisão teórica pretende-se situar na análise que se configura a região econômica em que os municípios em estudo estão inseridos e, a partir daí estabelecer um elo entre o ambiente macroeconômico, a realidade encontrada nos municípios e posterior análise quanto às possibilidades para o incremento do

processo de desenvolvimento local endógeno, as teorias da base de exportação e o desenvolvimento territorial.

A revisão teórica possibilita definir o que será utilizado ao longo da dissertação para atingir aos objetivos propostos. Como o enfoque é desenvolvimento regional e dentro dele com ênfase, principalmente, ao desenvolvimento endógeno e a teoria da base de exportação, algumas variáveis extraídas dessas teorias são trabalhadas ao longo dessa dissertação.

As variáveis trabalhadas a luz da teoria da base de exportação são entre outras: produção, exportação, renda, vantagens comparativas, crescimento da economia regional. Quando utilizado o desenvolvimento endógeno variáveis como a produção, renda, população, investimentos, localidade, emprego, sistemas produtivos, estrutura produtiva.

O capítulo seguinte apresenta a caracterização das mesorregiões Oeste e Centro-Ocidental Paranaense, das microrregiões e dos municípios de Campo Mourão.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as caracterizações da mesorregião Oeste Paranaense e das suas três microrregiões com sede em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; e da mesorregião Centro-Occidental Paranaense e as duas microrregiões que a compõe, as quais são denominadas de Campo Mourão e Goioerê e por último às caracterizações dos municípios de Campo Mourão e Toledo.

As informações constantes nesse capítulo juntamente com a revisão teórica têm a função de subsidiar os capítulos posteriores em relação aos resultados desse trabalho.

3.1 MESORREGIÕES PARANAENSES

O Paraná conta com dez mesorregiões geográficas, sendo Norte Central, Oeste, Metropolitana de Curitiba, Sudeste, Noroeste, Centro-Sul, Sudoeste, Centro-Oriental, Norte Pioneiro e Centro-Occidental que compõem as mesorregiões do Estado do Paraná.

Mapa 1 – Divisão Político-Administrativa e Mesorregiões do Paraná - 2002



As mesorregiões possuem características diferenciadas economicamente e socialmente com isso identificam-se aquelas com maiores níveis de desenvolvimento a partir das particularidades municipais. Alguns indicadores mostram a heterogeneidade em relação a alguns parâmetros conforme demonstra a Tabela 1.

Como se nota a mesorregião Centro-Ocidental apresenta os níveis populacionais inferiores as demais mesorregiões e a menor taxa de crescimento populacional e alta taxa de desemprego, enquanto a mesorregião Oeste apresenta um desempenho que a coloca entre as mesorregiões mais desenvolvidas do Estado.

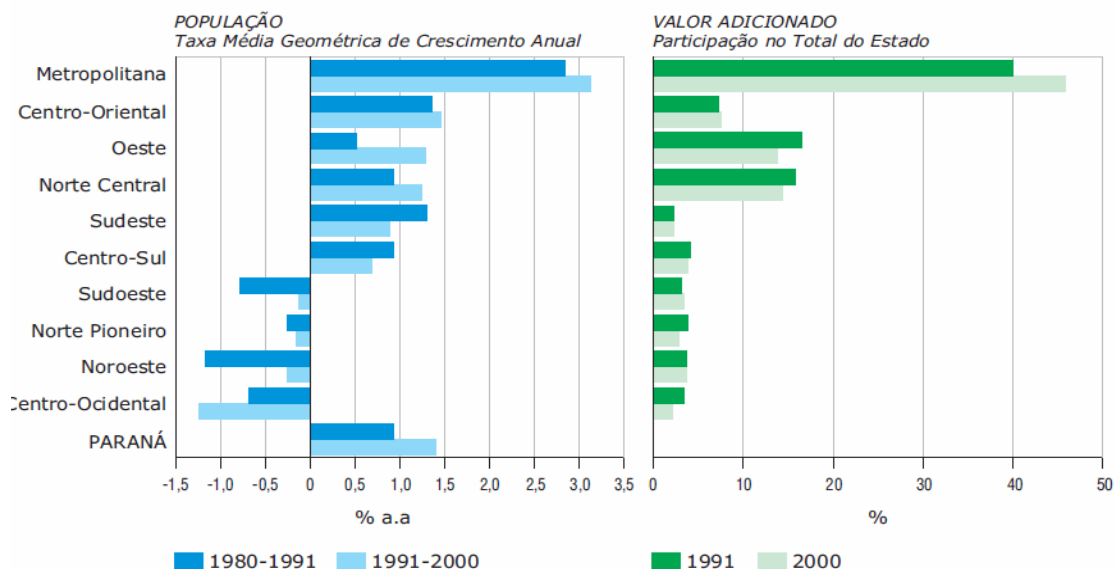
Tabela 1 – Indicadores para as Mesorregiões Geográficas Paranaenses - 2000

MESSORREGIÃO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO 1991-2000	GRAU DE URBANIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DO V.A.F.	TAXA (%) DE DESEMPREGO
Noroeste	61	641.084	-0,25	77,3	3,7	10,7
Centro Ocidental	25	346.648	-1,24	72,6	2,2	13,7
Norte Central	79	1.829.068	1,24	88,4	14,3	12,4
Norte Pioneiro	46	548.190	-0,15	75,1	2,8	11,9
Centro Oriental	14	623.356	1,46	81,2	7,6	14,1
Oeste	50	1.138.582	1,28	81,6	13,8	12,8
Sudoeste	37	472.626	-0,13	59,9	3,5	8,4
Centro Sul	29	533.317	0,69	60,9	3,9	11,5
Sudeste	21	377.274	0,89	53,6	2,3	9,0
Metrop. Curitiba	37	3.053.313	3,13	90,6	45,9	14,7
Paraná	399	9.563.458	1,40	81,4	100,00	12,8

Fontes: IBGE – Censo Demográfico, SEFA

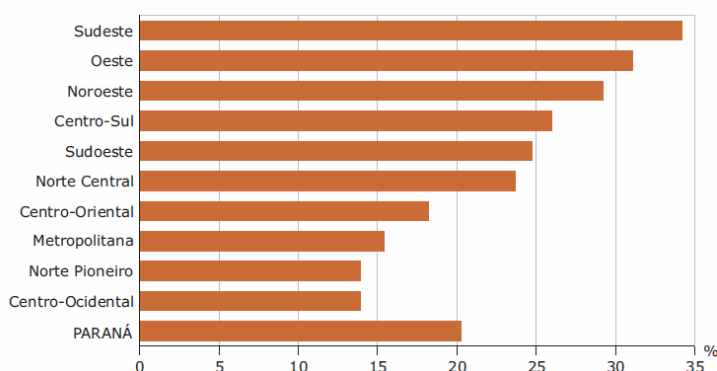
Considerando os dados do IBGE/SEFA, a participação no valor adicionado fiscal (VAF) no ano de 2000, a mesorregião Metropolitana de Curitiba foi responsável, em 2000, pela geração de 45,9%. As mesorregiões Oeste e Norte Central apresentam melhor desempenho que a Centro-Ocidental.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento da População no Valor Adicionado Fiscal - Mesorregiões Paranaenses e o Estado do Paraná.



De acordo com os dados da RAIS no período de 1996-2001 as mesorregiões Sudeste, Oeste, Noroeste forma as que apresentaram os maiores níveis de variação do emprego formal no Paraná e as menos representativas ficaram por conta das mesorregiões Norte Pioneiro e Centro-Occidental.

Gráfico 2 – Variação do Emprego Formal - Mesorregiões Geográficas e Paraná – Período 1996 a 2001.

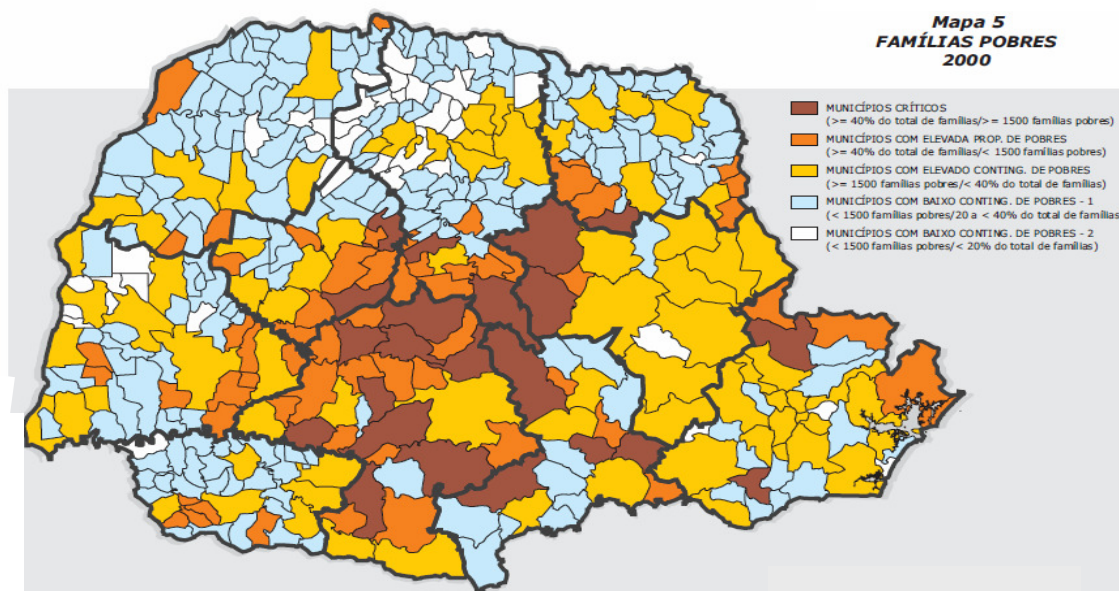


Fonte: RAIS

De acordo as dinâmicas de desenvolvimento diferenciadas nas mesorregiões paranaenses, constata-se as desigualdades regionais se comparado com as questões sociais e econômicas, o (IDH-M) de algumas regiões são superiores a média nacional que é de 0,766 entre elas se destacam as mesorregiões Oeste, Metropolitana, enquanto a Centro-Occidental, Sudeste e Norte Pioneiro ficam abaixo.

O mapa 1 mostra que as mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Occidental apresentam altas taxas de pobreza.

Mapa 2 – Famílias Pobres – 2000



Fontes: IBGE – Censo Demográfico - Dados trabalhados pelo IPARDES.

3.2 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

A mesorregião Centro-Occidental, de acordo com os dados do IBGE (2004) em 1970, ainda detinha no meio urbano pouco mais de 100 mil habitantes. No ano de 2000 chegou a 250 mil habitantes dobrando a população da região, dessa população em torno de 30% estavam concentrados em Campo Mourão e mesorregião atingiu 72,6%, enquanto o Estado atingiu 81,4% no grau de urbanização.

Apesar de fazer parte de uma das mesorregiões menos urbanizadas do Estado, sua trajetória de urbanização aconteceu num ritmo mais intenso que o do Estado, em 1970, a mesorregião Centro Occidental tinha 19,0% urbanizada e o Paraná já possuía mais de 36% de sua população urbana.

3.2.1 Dados Geográficos, Populacionais, Históricos e Econômicos

Segundo o Censo 2004 do IBGE, a Mesorregião Centro-Occidental do Paraná é composta de 25 municípios que, divididos entre nas microrregiões de Goioerê e Campo Mourão, somam 316.482 habitantes equivalente a 3% do total populacional do Paraná. A densidade demográfica da mesorregião Centro-Occidental é de 26,5 habitantes por quilômetros quadrados. O principal centro urbano é Campo Mourão, que representa aproximadamente 1/4 da população da Mesorregião.

A mesorregião Centro Occidental (Mapa 2) passou por alguns períodos históricos marcantes, desde a sua ocupação mais relevante que ocorreu na década de 1940 graças a expansão da cafeicultura originada do Norte do Paraná e do movimento de gaúchos e catarinenses, ligados a policultura familiar. Nos anos 70 num período de transição da produção organizada familiarmente para um processo de modernização da agricultura no Paraná, essa modernização teve um impacto de queda de 1,24% na taxa de crescimento da população no período de 1991 a 2000.

Região voltada para a agricultura mecanizada apesar de regiões com áreas não propícias a mecanização, que são destinadas para a monocultura ou mesmo a pecuária.

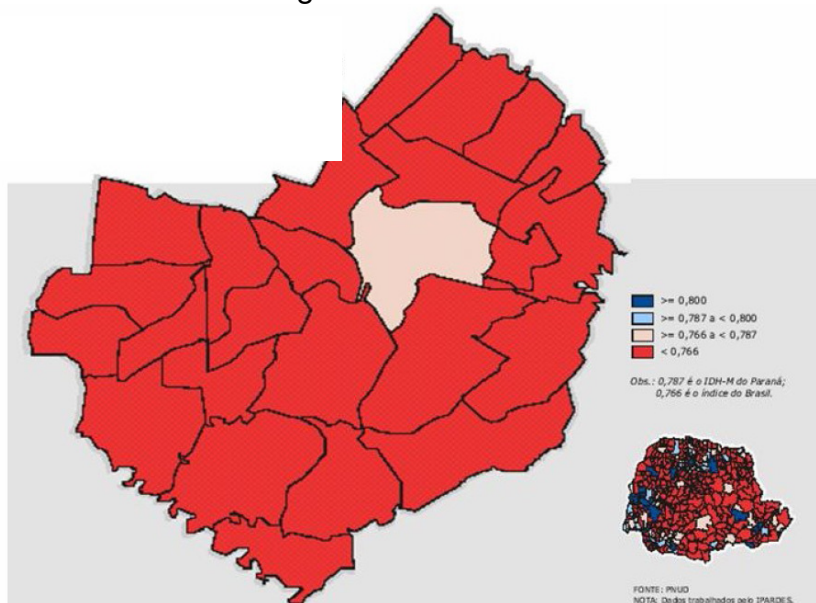
Mapa 3 – Mesorregião Centro-Occidental Paranaense (Divisão Político-Administrativa)



Fonte: SEMA

A predominância de pequenos municípios e os baixos níveis de IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) são variáveis importantes no que diz respeito a qualidade de vida. Analisando o Mapa 3 que provavelmente as crianças menores de idade, ao chegarem numa faixa etária em que a escola não se torne mais obrigatória, por questões econômicas abandonam os estudos para ajudar na renda familiar

Mapa 4 – IDH-M Da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense



Fonte: Iparides

3.2.2 Aspectos Econômicos

3.2.2.1 Produção Agropecuária

A produção de grãos na mesorregião Centro-Occidental, com mais de 10% da produção paranaense, segundo a Coamo que é a maior cooperativa da América Latina.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (Atlas), a mesorregião tem alto grau de concentração da posse da terra em que o índice de Gini²⁸ é de 0,733 e do Estado 0,752 isso leva a identificar um elevado grau de concentração de terras na mesorregião Centro-Occidental, significando que os pequenos produtores por falta de

²⁸ O Índice de Gini, calculado a partir do Censo Agropecuário 1995/1996, inclui proprietários e não-proprietários. Considera-se que entre 0,5 e 0,7 a concentração é forte e entre 0,7 e 0,9 é muito forte.

recursos acabam comercializando suas terras para os detentores de capital mais elevado.

A produção regional está concentrada mais em milho e soja. Na década de 90 a produção de soja teve um incremento de 74%, a de milho um incremento de 347% e juntos esses produtos representaram, em 2001, 87% da colheita de grãos da região. Outros produtos que apresentaram excelente desempenho em termos de volume produzido, no decorrer da década de 90, foram: mandioca (97%), trigo (90%) e cana-de-açúcar (62%).

A soja, em 2001 representou 16,1% do total colhido no Paraná, seguido de perto pelo trigo, com 15,5%. A soja detém a 3ª colocação, enquanto que a cana-de-açúcar a 4ª e o milho a 6ª colocação no ranking do estado conforme banco de dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná.

Segundo o IBGE, em termos gerais, a agricultura familiar na região corresponde a 1/3 do valor gerado pela agropecuária, pois, segundo o Censo de 1995, sua participação no valor total da produção foi de 31,9%, sendo 39,5% no valor da produção animal e 30,8% na produção vegetal. No Estado, a participação da agricultura familiar é de 44% no valor total, 54% no valor da produção animal e 39% no valor da produção vegetal.

3.2.2.2 Indústria e Agroindústria

De acordo com a SEFA, a mesorregião Centro-Occidental no ano de 2002 contabilizava 660 estabelecimentos industriais, e um quadro de incremento na mão-de-obra ocupada no setor, porém, a participação no total do VAF da indústria do Estado foi de apenas em 0,8%, durante o período de 1995 e 2002. A matriz industrial da mesorregião está vinculada à agroindústria, com matéria-prima produzida localmente, como cana-de-açúcar, soja, algodão e mandioca e destacam-se os segmentos açúcar e álcool, óleo/gorduras vegetais, algodão e mandioca.

O forte das agroindústrias está nas cooperativas da região tais como: Coamo Agroindustrial Cooperativa (Coamo) - Campo Mourão; Cooperativa Agropecuária Goioerê (Coagel), Goioerê; Cooperativa Central Agro-industrial (Concepar) - Quarto Centenário; e Cooperativa Agropecuária União (Coagru) – Ubitatã.

Fazem parte do setor industrial as usinas álcool, de Engenheiro Beltrão, Goioerê e de Moreira Sales. Campo Mourão abriga um crescente número de

estabelecimentos do segmento de equipamentos médico-hospitalares, produtos farmacêuticos, química e higiene e limpeza.

Outras empresas industriais na mesorregião, Araruna²⁹ com o segmento de alimentos e moveleiro; Terra Boa com facção e torrefação; Goioerê com biscoitos e malharia; Iretama e Peabiru com laticínios, Campo Mourão e Terra Boa com vestuário; Campo Mourão com frigoríficos; Ubatã com ração animal e têxtil; entre outras.

3.2.2.3 Comércio e Serviços

A representatividade do setor de comércio da mesorregião Centro-Ocidental foi maior nos segmentos comércio por atacado e comércio varejista, e a menor participação ocorreram no segmento comércio e reparação de veículos. Campo Mourão, Goioerê, Mamborê se apresentam com bom desempenho no segmento.

Em expansão em praticamente todos os municípios se encontram as atividades do segmento alojamento e alimentação. Disso resultou o maior registro do setor Serviços nesse segmento, em 2000. Destacando as Termas Jurema de Iretama.

3.2.3 Turismo

As festas gastronômicas é um dos grandes trunfos para o desenvolvimento do turismo regional na mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Dentre as festas do gênero, destaca-se a tradicional Festa do Carneiro do Buraco em Campo Mourão, Farol com a festa do pernil à pururuca, como Goioerê, com o Leitão Maturado, Janiópolis, com a Leitoa Fuçada, Mamborê, com a Leitoa Mateira, Fênix, com o Peixe na Cerâmica, Ubatã, com o Frango Caipira na Pedra, e Engenheiro Beltrão, com o Leitão à Pururuca.

A região possui algumas potencialidades turísticas como, Termas Jurema Resort Hotel em Iretama, as ruínas das comunidades espanholas do século XVI e XVII – construções jesuíticas tombadas pelo Patrimônio Histórico em 1948, situadas em Fênix no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo - e o Caminho do Peabiru.

²⁹ Araruna é o destaque no setor industrial nos ramos de móveis e alimentos.

3.3 MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL

De acordo com a FJP (Atlas) a mesorregião Centro-Occidental Paranaense é composta pelas microrregiões de Campo Mourão e Goioerê.

Campo Mourão concentra praticamente todas as iniciativas de experiências institucionais para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de órgãos estaduais e federais para atendimento na região.

Segundo o IBGE, a população em 2004 da microrregião de Campo Mourão era de 205.493 habitantes divididos em quatorze municípios e somente a população da cidade de Campo Mourão era de 81.780 habitantes correspondendo a 39,8% da microrregião de Campo Mourão. A população da microrregião de Goioerê era de 110.999 habitantes, divididos em onze municípios. A cidade de Goioerê com 26.131 habitantes correspondia a 23,54% da microrregião de Goioerê. Foi no de 1975, no entanto, que o município de Goioerê chegou ao seu auge populacional, tendo o IBGE registrado uma população de 100.360 habitantes, parte significativa deles atraída pelo cultivo do algodão.

3.4 MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Segundo o IBGE a mesorregião do Oeste Paranaense é formada pela união de cinquenta municípios agrupados em três microrregiões – Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo –, com uma extensão territorial de 22.851,003 km² e uma densidade demográfica de 53,8 hab/km². A taxa de crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000 foi de 1,28%. Em 2006 estimou-se residirem na região Oeste 1.228.825 habitantes, correspondendo a 12% da população estadual.

Itaipu; o aparato de Ciência, Tecnologia e Inovação; e, Prefeituras com fontes de receita extraordinária constituída pelos recursos de *royalties*, principalmente os provenientes pela geração de energia de Itaipu.

3.4.2 Aspectos Econômicos

3.4.2.1 Produção Agropecuária

Pelos dados disponibilizados no IBGE, a mesorregião Oeste é a primeira colocada na produção agropecuária estadual, levando-se em conta a produção de soja, milho, aves, suínos e leite.

O desempenho da produção agrícola da mesorregião Oeste está fortemente articulado à agroindústria, da pecuária representam um grande fator de rentabilidade da região aliados aos investimentos em tecnologia e isso faz com que os níveis de dependência das intervenções estatais passem a com menor expressividade.

De acordo com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná-SEAB, a produção agrícola da região Oeste, em 2001 correspondeu a 21,5% da produção estadual. A soja teve a participação mais expressiva, seguida por outros grãos que também tiveram participações importantes, como trigo, milho, aveia e arroz, além do aproveitamento das condições oferecidas pela pecuária. No contexto econômico regional detém 29,3% do plantel de aves e 28,3% do rebanho suíno estadual. Os produtos de origem animal no contexto da produção estadual representam 26,7% da produção de ovos, 21,4% da produção de leite e 16,3% da produção de mel.

Segundo o IBGE, de forma geral, a agricultura familiar na região corresponde a 1/3 do valor gerado pela agropecuária, pois, segundo o Censo de 1995, sua participação no valor total da produção foi de 20,6%, sendo 25,3% no valor da produção animal e 18,3% na produção vegetal. No Estado, a participação da agricultura familiar é de 56,1% no valor total, 66,5% no valor da produção animal e 50,9% no valor da produção vegetal.

3.4.2.2 Indústria e Agroindústria

De acordo com a SEFA, a mesorregião Oeste, em 2001 contava com 2.282 estabelecimentos industriais e os trabalhadores ocupados, com uma participação

relativa de 8,7% no Estado e com 3,6% de participação no total do VAF da indústria do Estado no ano de 2002.

A matriz industrial da mesorregião está vinculada à agroindústria, com matéria-prima produzida localmente, e destacam-se os segmentos de Abate de Suínos, Bovinos, que conta com 21 frigoríficos.

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR as principais cooperativas instaladas na mesorregião Oeste são: a Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel) - Cascavel; a Cooperativa Agroindustrial Lar - Matelândia; a Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol) - Cafelândia; e a C. Vale Cooperativa Agroindustrial - Palotina.

Fazem parte do setor industrial a Sadia (unidades de aves e suínos); Frimesa – Medianeira. Além Laticínios, Vestuário, Beneficiamento, Fiação e Tecelagem de Algodão, Mobiliário, Estrutura Metálica, Ferramentas, Ferragens e Cutelarias, Lâminas e Chapas de Madeira.

3.4.2.3 Comércio e Serviços

Segundo a SEFA, o Comércio da mesorregião Oeste a representatividade foi maior nos segmentos do comércio varejista e comércio e reparação de veículos, e a menor participação no comércio atacadista.

A mesorregião Oeste detém a terceira colocação entre as mesorregiões paranaenses, em posição inferior a RMC e Região Norte com significativa participação no total do VAF do Comércio do Estado, com 9,8% de participação, no Comércio Varejista, com 11,5% do VAF do segmento; Comércio e Reparação de Veículos, com 9,7%; e Comércio Atacadista, com 8,7%.

Os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo são os principais responsáveis pelos principais resultados do segmento do comércio da mesorregião Oeste.

3.4.3 Turismo

O potencial turístico da mesorregião Oeste está fortemente voltado para as Cataratas do Iguaçu, sendo limitada a identidade com a atividade turística a poucos

municípios, compreendendo os municípios que se caracterizam pelo diversificado potencial turístico e pela riqueza ambiental e natural.

A EMBRATUR classifica o complexo Oeste Paranaense incluindo os municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena e Santa Terezinha do Itaipu, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu, e Guaíra, com o sítio arqueológico das Missões Jesuíticas no Parque Nacional de Ilha Grande.

3.5 MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

De acordo com a FJP (Atlas) a mesorregião Centro-Oeste Paranaense é composta pelas microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

Cascavel concentra praticamente todas as iniciativas de experiências institucionais para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de órgãos estaduais e federais para atendimento na região.

Segundo o IBGE, a população de 2003 da microrregião de Cascavel era de 428.510 habitantes divididos em dezoito municípios e somente a população da cidade de Cascavel era de 278.185 habitantes correspondendo a 64,92% da microrregião de Cascavel. A população da microrregião de Foz do Iguaçu é de 462.220 habitantes, divididos em onze municípios. A cidade de Foz do Iguaçu com 309.113 habitantes correspondia a 66,88% da microrregião de Foz do Iguaçu. A microrregião de Toledo tem 340.095 habitantes divididos em 21 municípios. A cidade de Toledo com 102.982 habitantes correspondia a 33,32% da microrregião de Toledo.

3.6 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

3.6.1 Município de Campo Mourão

3.6.1.1 Histórico

Segundo Simionato (1996), o município de Campo Mourão, com sua história repleta de enunciados, é um município caracterizado pela produção agrícola. Sua colonização recente em comparação a outros municípios pertencentes ao estado do Paraná, começou a partir do século XVI, com os colonizadores espanhóis e

portugueses. Porém, só em 1881, é oficialmente fundado Campos do Mourão (campo aberto rodeado de Araucárias).

Segue a autora, no governo de D. Luiz Antonio de Souza Mourão, Morgado de Mateus, na Capitania de São Paulo, seu irmão Afonso Botelho de Sampaio e Souza Governador da Capitania de Paranaguá, determinou a organização de uma expedição aos sertões de Tibagi. Confiou o comando da mesma ao paranaense o Capitão Estevão Ribeiro Baião, que partiu de Curitiba em 1760 e descobriu os campos que, em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, foram denominados Campos do Mourão, mais tarde, Campo Mourão.

Ainda, Simionato (1996), a região desenvolveu-se lentamente, surgindo apenas, alguns arraiais e pequenas povoações. Foi somente em 1903 que se registrou nova fase de povoamento, com a chegada a Campo Mourão de José Luiz Pereira, Antonio Luiz Pereira, Cesário Manoel dos Santos e Bento Gonçalves Proença. Acompanhados das famílias, construíram as primeiras casas, dedicando-se à agricultura e a pecuária.

Segundo Simionato (1996) o nome primitivo Campos do Mourão, depois denominado Campo do Mourão e abreviado para Campo Mourão, nasceu como Distrito Policial em três de fevereiro de 1916, pertencendo à jurisdição do distrito de Palmeirinha, município de Guarapuava, que por divergências de mapas passou a ser distrito de Pitanga, em 30 de dezembro de 1943. O município de Campo Mourão foi emancipado em 17 de outubro de 1947.

3.6.1.2 O Município de Campo Mourão: Breve Contexto Sócio-Econômico

O município possui uma posição geográfica privilegiada, devido ao seu importante entroncamento ligando as principais rodovias do Estado, fazendo parte da rota Mercosul. A posição estratégica de Campo Mourão, como entroncamento rodoviário, fortaleceu-se por pertencer a um eixo de desenvolvimento. Assim, o município pode prestar serviços mais diversificados e mais eficientes, um comércio com menores custos e de maior diversidade, o que incentivaria indústrias integradas à produção primária. (VEIGA, 1999).

A economia de Campo Mourão ainda é baseada na agricultura e a cidade é Sede da maior Cooperativa Agropecuária da América Latina, a Coamo, destaca-se pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada na produção agrícola de grãos,

especialmente da soja e do milho. Conhece dois ciclos econômicos importantes, sendo o da industrialização da madeira e erva mate, seguindo-se da agricultura tradicional com culturas como milho e feijão. Essa economia entra em declínio por volta dos anos 1960 dando lugar, a partir de 1970, à agricultura intensiva e mecanizada e fortemente atrelada ao setor exportador de grãos. É acompanhada pelos demais municípios da microrregião.

Segundo Veiga (1999) quando, em meados da década de 1970, a atividade cafeeira do norte do Paraná entra em declínio algumas cidades tendem a modificar substancialmente seu perfil econômico, apresentando fortalecimento de atividades comerciais e prestadoras de serviços. Algumas delas, em cerca de três décadas, ganharam importância regional atraindo populações e novas atividades produtivas. Campo Mourão insere-se nesse processo mais amplo de mudanças no conjunto das atividades produtivas. Como consequência direta do crescimento da economia urbana e regional, desenvolve seu parque industrial e intensifica as atividades terciárias.

O setor primário da economia de Campo Mourão durante o período de 1970-95, foi fortemente decrescente em termos do número de estabelecimentos, passando de 7.902 propriedades no de 1970 para 959 no ano de 2005. Esses dados significaram a transferência da população da área rural para a área urbana não só do município como para outros municípios brasileiros e até com mudanças de país passa de 7.902 propriedades (1970) para 959 (1995). Isso desencadeou para quedas significativas no número de proprietários, arrendatários e área de plantio, além do aumento da concentração de terras. Essas alterações, em parte, são devidas ao desmembramento de municípios de Luiziana e Farol que até então eram distritos de Campo Mourão.

No setor industrial, as indústrias instaladas no município de Campo Mourão produzem de medicamentos a margarina, de equipamentos odontológicos a doces, de roupas a material adesivo, de equipamentos elétricos a móveis vendidos em todo o Brasil e países vizinhos.

No setor de serviços, além do comércio forte, turismo, saúde, entretenimentos (teatro, cinema, gastronomia). Nos últimos anos vem se firmando também como pólo de ensino superior com três instituições que oferecem mais 20 cursos de graduação, cursos de pós-graduação em nível de especialização, além do curso mestrado interinstitucional na área de Desenvolvimento Econômico (em fase final), Matemática

(concluído) em parceria com o Governo Estadual e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O fenômeno da perda de população rural e crescimento da população urbana comparecem como uma questão regional solidificando a urbanização do município.

O município em relação à educação possui três instituições de nível superior, sendo uma de nível federal (UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná), uma de nível estadual (FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão) e uma particular (Faculdade Integrado de Campo Mourão).

O ensino profissionalizante está presente através de oito organizações: Colégio Estadual Dom Bosco, Colégio Estadual Marechal Rondon, Colégio Estadual Campo Mourão, Colégio Agrícola de Campo Mourão, Centro de Educação Profissionalizante Mourãoense (CEM), Centro de Educação Profissional Ivone França, SENAC, SENAI, todos localizados na cidade de Campo Mourão. Em 2006 totalizava cerca de quatro mil alunos matriculados.

A cidade conta água tratada e iluminação pública, 55% dispões de esgoto e mais de 90% das vias públicas são asfaltadas. Na área ambiental conta com parques, praças e áreas verdes protegidas somam 99,7 metros quadrados por habitante. De cada três a quatro meses são plantadas mais de quarenta mil mudas de flores da época nos logradouros públicos e a cidade tem se projetado a nível nacional pelos programas desenvolvidos na área ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO).

3.6.1.3 Turismo

Entre as atrações para os visitantes, destacam-se o Parque do Lago, Teatro Municipal, Parque Estadual Lago Azul, Parque de Exposição, Catedral de São José, Estação Ecológica do Cerrado, Museu Municipal e a Rua da Gastronomia, além de atividades privadas como Hotéis Fazenda e Termas de Jurema que fica próximo a Campo Mourão. Além da Usina de Conhecimento, Kartódromo, Pista de Motocross, Bicicross, inúmeros pesques-pagues, Cachoeiras, Estádio com pistas de atletismo, atividades com pessoa da 3ª Idade, Shopping Center, restaurantes, lanchonetes, hotéis, Casa da Cultura e um aeroporto (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO).

Na linha de eventos, o principal evento é a Festa do Carneiro no Buraco³⁰, é exemplo de produto turístico consolidado, com o prato típico de Campo Mourão. O evento gastronômico é realizado sempre no segundo domingo de julho e tem por objetivo preservar e divulgar essa deliciosa tradição de Campo Mourão e de seus colonizadores. O prato tem hoje um alto padrão de qualidade e está entre as comidas típicas mais conhecidas do Paraná. O Carneiro no Buraco divulga Campo Mourão em todo o Brasil e até em países vizinhos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO).

3.6.2 Município de Toledo

3.6.2.1 Histórico

Considerando dados da biblioteca do IBGE, no ano de 1946, a firma gaúcha Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A conhecida pela sigla MARIPÁ, adquiriu de uma Companhia imobiliária inglesa, uma gleba de terras que se denominava “Fazenda Britânia” e que estava localizada às margens do Rio Paraná, no Município de Foz do Iguaçu. Efetuada a compra da fazenda, os diretores da MARIPÁ deram início ao estabelecimento da mesma na região, providenciando a vinda de colonos e agricultores do Rio Grande do Sul, a fim de começarem a grande empreitada que tinham em vista.

Ainda conforme o IBGE, ao atingir o local, encontrou-o coberto de densas matas virgens e cerrada vegetação. Não havia habitantes e nem estradas. Esse período de pioneirismo, que foi mais árduo de toda história da MARIPÁ, é a própria história de Toledo. Em 1949, foram iniciados os trabalhos de topografia e levantamento, efetuando-se o traçado da pequena Vila de Toledo. Nesse mesmo ano, foram assinados os primeiros compromissos de compra e venda de lotes, sendo que, os elevados níveis de procura fizeram com que em abril de 1951, todas as terras medidas e demarcadas estavam vendidas ou compromissadas.

A partir daí, segundo o IBGE, houve efetivamente a colonização de Toledo, com a fundação de Vilas, como as de General Rondon, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Dez de Maio e Nova Santa Rosa. Sem chegar a ser Distrito, o povoado foi

³⁰ A Festa Nacional do Carneiro no Buraco foi contemplada como evento do ano, recebendo o troféu Cataratas da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET-PR).

elevado diretamente a Município em 1951. A denominação do Município é originária do Rio Toledo, que corta o seu território.

O desmembramento de Toledo do Município de Foz do Iguaçu deu-se pela Lei nº. 790, de 14 de novembro de 1951. A Administração Municipal iniciou-se com a posse do primeiro Prefeito e Câmara dos Vereadores, no dia 14 de dezembro de 1952, data magna do Município. A população contava em 1.720 habitantes, foram 850 eleitores, tendo votado 825 eleitores que elegeram para Prefeito Municipal o médico Ernesto Dall'Oglio, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A Comarca de Toledo foi criada pela Lei nº. 1542, de 14 de dezembro de 1953 e sua instalação ocorreu no dia 9 de junho de 1954 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO).

3.6.2.2 O Município de Toledo: Breve Contexto Sócio-Econômico

Segundo FJP/Atlas (2000) Toledo está situado na região oeste do Paraná localizando-se no terceiro planalto paranaense e totalizando uma extensão de 23.128 km², o que corresponde a 11,44 % da área total do Estado. Possui uma área de 1.205,501 km² e uma altitude de 547 metros acima do nível do mar, latitude 24º 45 do sul, longitude 53º 41 W-GR.

A economia de Toledo é, basicamente, voltada à agricultura consorciada com a agroindústria e na pecuária concentra o segundo maior rebanho de suínos do país e o primeiro do Paraná. A produção de aves comporta, igualmente, um grande potencial, considerando-se, principalmente, o avanço tecnológico e o volume da produção, além de estar localizado o maior abatedouro de aves da América Latina.

Segundo dados da SEFA/Prefeitura Municipal de Toledo (2007) o município de Toledo, graças a sua dinâmica de desenvolvimento de consolidação da agroindústria, agronegócio, agropecuária e o próprio setor industrial conquistaram a primeira colocação no PIB agropecuário municipal e o 3º lugar nacional no valor adicionado da agropecuária.

De acordo com o censo 2007 (IBGE), com uma população estimada em 105 mil habitantes³¹, Toledo detém o 3º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as dez maiores cidades do Paraná; o 9º lugar em arrecadação do ICMS do Estado; o 10º lugar no PIB total paranaense; e o 5º maior PIB *per capita* entre as

³¹ Dados estimados pelo IBGE em 2006.

dez maiores economias do Paraná (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, 2007a).

Segundo Willers e. tal (2008), Toledo se destaca da região Oeste Paranaense como 1º lugar no ranking industrial em 2006, resultado dos programas de incentivos a instalação de indústrias, tal como a indústria farmacêutica.

A indústria de Toledo é marcadamente de caráter agroindustrial. No ramo industrial de beneficiamento de madeira o município de Toledo também tem relativa expressão. A metalurgia, a fábrica de ração Premix, os moinhos, os artefatos de cimento, os curtumes, a fábrica de calçados, os artefatos de couro, as indústrias de móveis, a funilaria, as embalagens de plásticos e as fábricas de conservas e de doces perfazem o rol do parque industrial de Toledo (Prefeitura Municipal de TOLEDO, 2001).

De acordo com SILVA *et al* (1988), o desenvolvimento de Toledo se deu, com maior intensidade, a partir da instalação da empresa Frigobrás, do grupo da SADIA, no ano de 1964.

Toledo possui seis campi de cinco instituições, das quais duas públicas, uma federal tecnológica e outra estadual multicampis, além de quatro extensões com 40 cursos de graduação, diversos de PÓS Graduação e Mestrado e oito mil acadêmicos: UTFPR, Unioeste, Unipar, Fasul e PUC.

Em 1997, a Universidade do Oeste do Paraná - campus Toledo, implantou o curso de Engenharia de Pesca. A partir de uma iniciativa do Governo do Estado, a região oeste do Paraná foi designada Pólo Regional de Piscicultura. (Prefeitura Municipal de TOLEDO, 2001, p.54).

O Comércio tem alto poder de competitividade e a qualidade ambiental do município é reconhecida nacional e internacionalmente, através da Organização Mundial e Pan-americana de Saúde (OMS/OPS).

O crescimento no setor de prestação de serviços que vem ocorrendo no município é reflexo dos investimentos em infra-estrutura urbana que a Prefeitura Municipal tem feito nas duas últimas décadas. (Prefeitura Municipal de Toledo, 2007a).

Toledo é sede de importantes prestadores de serviços públicos tanto de âmbito Federal como Estadual para atendimento, especialmente, aos municípios da microrregião de Toledo.

3.6.2.3 Turismo

Importante centro de suinocultura, Toledo começou a ganhar destaque no cenário nacional com a sua Festa Nacional do Porco Assado no Rolete³², está com mais de 30 anos de existência e conhecida internacionalmente.

Além da gastronomia, Toledo possui belezas naturais como saltos, cachoeiras, trilhas ecológicas no Rio São Francisco, o Parque Ecológico Diva Paim Barth com lago, na região central da cidade, horto florestal, um Centro de Atenção Primária Ambiental além de diversos outros atrativos, onde milhares de pessoas se concentram principalmente nos finais de semana.

O Parque dos Pioneiros, Usina de Conhecimento, Kartódromo, Pista de Motocross, Bicicross, inúmeros pesques-pagues, Shopping Center, restaurantes, lanchonetes, hotéis, Museu Histórico, Casa da Cultura, Parque de Exposição, Teatro Municipal e um aeroporto com uma das melhores condições de pouso no país, são outros atrativos.

³² O prato é tão popular, que a cidade Toledo no contexto nacional é conhecida como a "Cidade do Porco no Rolete". Deste prato surgiram mais 17 (dezessete) diferentes Festas Populares, consolidando o seu título de Pólo Gastronômico (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO/TURISMO).

4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS COMPARATIVAS

O intuito desse capítulo é apontar alguns indicadores em diversas dimensões para analisar as dinâmicas e os níveis de desenvolvimento que os municípios de Campo Mourão e Toledo apresentaram ao longo dos anos, notadamente no período de 1996 a 2006. As desigualdades regionais acontecem-nos mais diversos níveis hierárquicos, assim como há desigualdades entre as regiões e municípios de um mesmo país, quer seja este mais ou menos desenvolvido, dentro das próprias regiões e localidades, o desenvolvimento ocorre, também, de forma desigual.

A análise da dinâmica de desenvolvimento econômico dos dois municípios foi elaborada separando as variáveis em três grupos: variáveis gerais, variáveis econômicas e variáveis. Após a identificação dos dados obtidos torna-se possível mostrar o comportamento das principais variáveis operacionalizadas no estudo dos dois municípios e proceder a análise dos resultados no capítulo 5.

Para uma melhor caracterização de cada município foram montadas tabelas, que permitem uma análise da dinâmica dos dois municípios objetos desse estudo, desde 1970 até o ano de 2006 e outras com série histórica de espaço de tempo menor devido informações disponíveis nos Institutos de Pesquisas, porém o período principal de análise é composto entre os anos de 1996 e 2006.

Quadro 1 - Variáveis Analisadas – Municípios de Campo Mourão e Toledo

VARIÁVEIS		
GERAIS	ECONÔMICAS	AGROPECUÁRIAS
a) População b) Emprego c) Pessoal Ocupado d) Indicadores Sociais e) Índices de Desenvolvimento	a) Valor do PIB b) Valor do PIB per capita c) Valor Adicionado Fiscal d) Transferências Constitucionais e) Volume de Depósitos Bancários f) Volume de Crédito Rural g) Volume de Aplicações Bancárias h) Exportações i) Rendimentos	a) Agrícolas Produção e Produtividade por Hectare Produção b) Pecuárias Rebanho de Bovinos Rebanho de Suínos Rebanho de Frangos c) Resultados Financeiros do Setor Agropecuário dos municípios d) Valor dos bens e Investimentos Agropecuários.
Fonte: Elaborado pelo autor		

4.1 VARIÁVEIS GERAIS

4.1.1 Considerações Demográficas dos Municípios de Campo Mourão e Toledo

Segundo o IBGE/IPARDES, de acordo com a população de 2006 a densidade demográfica do município de Campo Mourão era de 107,84 hab/km², enquanto que em Toledo a densidade demográfica³³ era de 85,65 hab/km², ambas com densidade demográfica superior a do Estado do Paraná que era de 51,97 hab/km². Um fato importante é que tanto o município de Campo Mourão como o de Toledo, durante o período, ininterrupto, de 2000 a 2006 apontou praticamente os mesmos níveis de população e a média da densidade demográfica desse período, praticamente se manteve, ou seja, a densidade demográfica 107,23 hab/km² para Campo Mourão e 85,65 hab/km² para Toledo, ao passo que no estado essa média foi de 50,01 hab/km².

Conforme detalhado na Tabela 2 mostra que, comparando ao estado do Paraná, os dois municípios apresentam uma capacidade de crescimento na ocupação territorial bem significativa, sendo que Campo Mourão com uma densidade demográfica mais elevada poderá adotar estratégias de ocupação e promover o desenvolvimento econômico, buscando através dessa alternativa desenvolver endogenamente e aprimorar as políticas de base de exportação, defendida por North (1955).

Tabela 3 – Densidade Demográfica Período 2001- 2006 (Hab/Km²)

Ano	População			Densidade Demográfica		
	C. Mourão	Toledo	Paraná	C. Mourão	Toledo	Paraná
2000	80.476	98.200	9.563.458	106,54	82,15	47,88
2001	80.725	99.655	9.694.709	106,87	83,37	49,54
2002	81.206	101.632	8.373.467	107,25	84,26	49,04
2003	81.493	102.982	9.568.470	107,58	85,23	49,60
2004	81.780	104.332	9.760.158	107,09	87,04	50,71
2005	82.068	105.687	10.261.856	107,47	88,17	51,34
2006	82.354	107.033	9.962.930	107,84	89,30	51,97

Fonte: IPARDES Banco de Dados

Toledo se inclui, portanto, entre alguns dos poucos municípios do Estado que possuem mais de 100 mil habitantes. A taxa média de crescimento populacional é

³³ Densidade demográfica = população dividido pela área territorial. Área territorial: Campo Mourão 763,637 km²; Toledo 1.198,607 km² e o Paraná 199.880,197 km².

de 4,69% ao ano, considerando a Tabela 3, porém se tomar por base, as séries históricas ininterruptas do período 2000-2006 o crescimento populacional foi de 1,5%. O crescimento populacional, nesse período, é inferior à média do Paraná que foi de 2,61 anuais da população residente paranaense, e brasileira, em torno de 1,63% (Anuário Estatístico do Brasil, IBGE/2000).

Campo Mourão com uma população praticamente estagnada, em torno de 80 mil habitantes, com crescimento modesto de 0,71% durante o período de 1970 a 2006, portanto, tendo muito a crescer ainda e para isso necessita de políticas públicas atraentes que venham de encontro com as potencialidades ainda não exploradas para o aumento da população local.

Tabela 4 - Evolução da População Residente, Campo Mourão e Toledo (Período de 1970-2006)

Ano	População			Taxa de Crescimento da População		
	C. Mourão	Toledo	Paraná	C. Mourão	Toledo	Paraná
1970	77.118	68.885	6.929.686	-	-	-
1980	75.423	81.287	7.629.392	(2,20)	18,00	10,10
1991	82.318	94.879	8.448.713	9,14	16,72	10,74
1996	79.508	96.417	9.003.804	(3,41)	1,62	5,73
2000	80.476	98.200	9.563.458	1,22	1,85	6,22
2001	80.725	99.655	9.694.709	0,31	1,48	1,37
2002	81.206	101.632	8.373.467	0,60	1,98	(13,63)
2003	81.493	102.982	9.568.470	0,35	1,33	14,27
2004	81.780	104.332	9.760.158	0,35	1,31	2,00
2005	82.068	105.687	10.261.856	0,35	1,30	5,14
2006	82.354	107.033	9.962.930	0,35	1,27	2,91

Fonte: IBGE/IPARDES (Censos Demográficos)

A Tabela 4 mostra o comparativo da evolução populacional por décadas, em que o município de Campo Mourão apresentou crescimentos negativos nos períodos de 1970-1980 e 1991-2000 ao contrário o município de Toledo e o Estado, principalmente o município de Toledo, exceto no período de 1991-2000 em que foi inferior em quase 10% ao crescimento do Estado, nos demais períodos foi superior ao município de Campo Mourão e do Estado do Paraná.

A administração pública local e a sociedade de modo geral, para enfrentar o crescimento populacional, terão dois grandes desafios: por um lado, acomodar a crescente população em condições satisfatórias, por outro, oferecer emprego e renda par essa população. Buscando uma alternativa quanto às políticas até então praticadas de acordo com suas necessidades e vocações, como por exemplo, incentivos a indústria, comércio, outras atividades públicas e privadas e tratar a

agropecuária como setor econômico de elite e desencadeadora de geração de emprego, renda e produção.

Tabela 5 - Evolução da População Residente, Campo Mourão e Toledo Referente ao Período de 1970-2006

Ano	População			Taxa de Crescimento da População		
	C. Mourão	Toledo	Paraná	C. Mourão	Toledo	Paraná
1970/1980	77.118/75.423	68.885/81.287	6.929.686/7.629.392	(2,20)	18,00	10,10
1980/1991	75.423/82.318	81.287/94.879	7.629.392/8.448.713	9,14	16,72	10,74
1991/2000	82.318/80.476	94.879/98.200	8.448.713/9.563.458	(2,24)	3,50	13,19
2000/2006 ³⁴	80.476/82.354	98.200/107.033	9.563.458/9.962.930	2,33	8,99	4,18

Fonte: IBGE/Sidra – Tabela 202

4.1.1.1 População Urbana e Rural

O município de Campo Mourão tinha uma população de 77.118 habitantes em 1970 e 80.476 habitantes em 2000, que resultou num crescimento de 4,35% com predominância da área rural em 1970 que deteve 63,81% da população rural e no último censo do IBGE (2000) a predominância quase absoluta no meio urbano, deteve 92,89%, enquanto isso, o município de Toledo avançou 42,56% a sua população sendo que em 1970 contava com 78,17% da população se concentrava na área rural, ao passo que o censo de 2000 esse processo se inverteu para 87,49% das pessoas na zona urbana.

Esses números conduzem ao entendimento que a transferência de significativa parcela da população da zona rural para a zona urbana, se deve entre outras hipóteses, pela evolução tecnológica, mecanização da agricultura e também pela busca de outros centros como a região centro-oeste do Brasil.

Tabela 6- População Residente por Situação do Domicílio 1970-2000

ANO	Campo Mourão			Toledo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	77.118	27.911	49.207	68.885	15.040	53.845
1980	75.423	49.339	26.084	81.287	43.029	38.258
1991	82.318	72.335	9.983	94.879	77.402	22.477
2000	80.476	74.754	5.722	98.200	85.920	12.280

Fonte: IBGE/Sidra – Tabela 202

³⁴ Não se trata de uma década completa, mas foi citado para efeito de tendências de crescimento populacional.

A partir de 1970 é que de fato foi desencadeado o processo de urbanização das cidades brasileiras, com isso houve a necessidade de reestruturação do planejamento urbano no tocante a infra-estrutura dos municípios para comportar aquela parte da população que migrou da zona rural.

Segundo dados do IBGE, o Paraná no ano de 1980 possuía 58,62% de sua população em áreas urbanas, passando para 73,59%, em 1991. Na mesma referência Campo Mourão contava com 65,42% e 87,87%, respectivamente; e Toledo possuía 52,93% e 81,58% (Tabela 6).

Entre os anos de 1970 e 2000 a variação do grau de urbanização do município de Campo Mourão atingiu a 156,51% - no município de Toledo a variação foi de 300,78% (por conta do baixo grau de urbanização no ano de 1970) e o Paraná com crescimento de 125,24%. Isso revela que o município de Campo Mourão é mais urbanizado que o Estado e o município de Toledo.

Em outro sentido, considerado a variação de população rural entre os anos 1970 a 2000, identifica-se que a evasão da população rural do município de Campo Mourão foi de 88,86%; a de Toledo sendo de 84% e do Estado com 70,87% em média.

Tabela 7 - Evolução da População e Taxa de Urbanização, Período 1970-2000 (Valores em Percentual)

ANO	Campo Mourão		Toledo		Paraná	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1970	36,19	63,81	21,83	78,17	36,14	63,86
1980	65,42	34,58	52,93	47,07	58,62	41,38
1991	87,87	12,13	81,58	23,69	73,59	26,41
2000	92,89	7,11	87,49	12,51	81,40	18,60

Fonte: IBGE/Sidra – Tabela 202 (elaborada pelo autor)

4.1.1.2 A População Dependente e a Força de Trabalho

A Organização Internacional do Trabalho/Organização das Nações Unidas (OIT/ONU) estabelece a faixa de 15 a 60 anos como àquela da população ativa.

O município de Campo Mourão, quanto a sua composição populacional por faixa de idade consta que, conforme Tabela 7, que da sua população total 59,07% no ano de 1970; 52,99% do ano de 1980; 44,4% em 1991 e 38,81% em 2001, possuíam idade inferior ou igual a 19 anos. Enquanto que no município de Toledo 59,02% em 1970; 53,32% em 1980; 43,90% em 1991 e 38,18% em 2000 também

possuíam idade inferior ou igual a 19 anos. Considerando a média dos anos analisados nessa tabela, verifica-se um comportamento muito parecido, pois ambos situam-se em torno de 48,0% para essa faixa etária.

Considerando a faixa de idade entre 0 a 39 anos de idade consta que em média dos anos 1970, 1980, 1991 e 2000 foi de 79,55% para Campo Mourão e 80,41 para o município de Toledo em relação ao total da população, isto permite a análise que se trata de dois municípios bastante jovens e que o comportamento nesse sentido é muito semelhante.

A população com faixa etária de 40 a 49 anos aumentou nos últimos censos compensando queda da população com até 39 anos e os dois municípios possuíam cerca de 9% no censo de 1991 e 12% no censo de 2000 para a população com esse grupo de idade.

Já a população acima de 50 anos, no município de Campo Mourão, representou um aumento proporcional na composição da população de 6,91% no ano de 1970 e 15,31% em 2000. No município de Toledo no mesmo período a representação era de 6,67% da população em 1970 e 14,21% em 2000, o que ajuda a entender a queda da participação da população de até 39 anos.

Tabela 8 – População Residente por Grupos de Idade, período 1970 a 2000 (Valores Absolutos)

Grupos de Idade	Campo Mourão				Toledo			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
De 0 a 19 anos	45.551	39.965	36.551	31.233	40.657	43.339	41.648	37.495
De 20 a 39 anos	20.423	22.220	28.137	26.410	18.773	24.225	33.563	34.265
De 40 a 49 anos	5.708	6.180	7.861	9.869	4.768	6.617	8.745	11.824
De 50 a 59 anos	2.984	3.847	4.871	6.315	2.616	3.940	5.538	6.880
De 60 a 74 anos	2.065	2.682	3.918	5.273	1.715	2.624	4.369	6.282
75 anos ou mais	280	511	980	729	261	476	1.017	781
Arredondamentos	(107)	(18)	-	(647)	(95)	(66)	1	(673)
Total	77.118	75.423	82.318	80.476	68.885	81.287	94.879	98.200

Fonte: Fonte: IBGE (Tabela 200) - Elaborada pelo autor.

Os dados da Tabela 8 indicam que a força de trabalho existente no município de Campo Mourão é de 58.801 pessoas ou 74,63% da população e que a população dependente é de 21.675 pessoas, ou seja, 26,93% da população. Enquanto que no município de Toledo a força de trabalho é representada por 72.350 ou 73,67% da população e que a população dependente é de 25.850 pessoas, ou seja, 26,31% da população.

O número de dependentes corresponde à soma da população com idades entre zero e nove anos mais aquela com idade de 60 anos à mais. Constata-se, portanto, que a força de trabalho existente nos municípios de Campo Mourão e de Toledo correspondem a cerca de 3/4 da população isto significa que praticamente uma em cada quatro pessoas é dependente.

Tabela 9 – Comparativo entre a Força de Trabalho e a População Dependente

Município	Faixas de Idade					
	0 a 9 anos (população dependente)		10 a 59 anos (população ativa)		60 anos a mais (população dependente)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Campo Mourão	15.026	18,67	58.801	73,07	6.649	8,26
Toledo	18.215	18,54	72.350	73,67	7.635	7,77

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 1522 – Censo de 2000

A determinação da taxa de desemprego nos municípios de Campo Mourão e Toledo só são possíveis através da adoção da média do desemprego no interior do Estado. Segundo Sampaio (2005), conforme Tabela 9, no ano de 2001, a média dessa taxa foi de 6,43% para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), 7,67% no Paraná e 6,97% no interior do Paraná.

Com base na taxa de desemprego do interior do Paraná e, na força de trabalho do ano 2000, Campo Mourão (58.801 X 6,97%) e Toledo (72.350 X 6,97%), estima-se que 4.098 pessoas no município de Campo Mourão e 5.043 pessoas em Toledo estavam desempregadas nesses municípios. Considerando a média de desemprego de 7,02% (RMC+PR+Interior) e a força de trabalho do ano de 2000, Campo Mourão estaria com 4.715 e Toledo com 5.802 desempregados³⁵.

³⁵ Pela indisponibilidade das taxas de desemprego referente ao ano de 2000 e também pela ausência de informações do número de população residente por grupos de idade para anos posteriores, foi trabalhado com o ano de 2001 das taxas de desemprego e o ano de 2000 do grupo por idade.

Tabela 10 – Taxa de Desemprego na RMC, Interior e Estado do Paraná, 1996-2003

Ano	Taxa de Desemprego ³⁶ (%)		
	RMC	PR	Interior
1996	6,20	5,57	5,36
1997	8,98	6,87	6,09
1998	11,21	7,55	6,22
1999	11,11	9,18	8,46
2001	6,43	7,67	6,97
2002	9,07	6,95	6,09
2003	9,36	7,15	6,28

Fonte: IBGE/PNAD – Elaborada por Armando Vaz Sampaio (UFPR).

4.1.2 Indicadores Sociais

Como os estudos mostram o desenvolvimento econômico, não pode ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto, por isso, a definição de desenvolvimento deve incluir indicadores que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo, deve incluir um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como, a renda *per capita*, a expectativa de vida e a mortalidade infantil,

4.1.2.1 Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil

O padrão recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS - para os países em desenvolvimento é de até 20 mortes por mil crianças nascidas. Em países desenvolvidos essa taxa é de 10 mortes para cada mil crianças nascidas.

O índice de mortalidade infantil pode ser considerado como um reflexo do quadro de pobreza de uma região como também do quadro de organização e funcionamento de saúde vigente, como, por exemplo, a cobertura vacinal para a imunização da sua população.

Considerando, ainda, o Censo de 2000, os índices de mortalidade infantil em níveis estadual e nacional, quando comparados com os registrados nos municípios de Campo Mourão que foi de 23,19 e de Toledo de 10,62 ambos menores que do Estado (23,53) e menores ainda que a média nacional que foi de 30,57. Este quadro

³⁶ Taxa de desemprego = (População Desocupada PD / PEA) x 100

se torna ainda menos preocupante quando se verifica que o município de Toledo possui um índice de mortalidade infantil em torno de 10 (óbitos de crianças de menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos), sinalizando possibilidade de melhorar esse indicador (Tabelas 10).

Tabela 11 – Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil

Ano	Campo Mourão		Toledo	
	Esperança de vida	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Mortalidade infantil
1970	52,79	101,13	57,57	71,39
1980	57,45	72,11	59,45	61,15
1991	64,33	42,70	69,86	24,81
2000	67,99	23,19	74,40	10,62

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

4.1.3 Emprego

Segundo o IPEADATA, a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios de Campo Mourão e Toledo, com base no Censo demográfico 2000, representam, respectivamente, 59% e 62% sobre o total de habitantes em idade ativa de trabalhar. Em relação às respectivas microrregiões, no município de Campo Mourão a PEA era de 38,82% e Toledo era de 27,99%. Comparando com a mesorregião a que pertencem, Campo Mourão representava 24,43% e Toledo 8,69% e em relação à PEA³⁷ do Estado, Campo Mourão representava 0,83% e Toledo e 1,06%.

Ainda tendo como referência o Censo 2000, no município de Campo Mourão a maioria da população economicamente ativa encontra-se na zona urbana, perfazendo um total de 36.006 pessoas, já a rural conta com um número menor, 2.560 pessoas e no município de Toledo 43.236 da PEA está situada na zona urbana e apenas 6.087 na zona rural (Tabela 11).

As participações relacionadas às microrregiões e as mesorregiões dão a Campo Mourão resultados matemáticos mais expressivos que Toledo, isto se justifica pelo fato de que a microrregião e a mesorregião de Toledo é composta por uma quantidade maior de municípios, ou seja, enquanto a microrregião de Campo

³⁷ A população economicamente ativa, ou simplesmente população ativa, compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constituem a força de trabalho do país. Abrangem os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados etc.

Mourão está com 14 municípios a de Toledo tem 21; em relação a mesorregião, enquanto a de Campo Mourão tem 25 municípios a de Toledo tem 53 municípios.

Além desses dados quantitativos, vale dizer que a mesorregião e mais particularmente a microrregião de Toledo conta com municípios de maior expressão econômica, como é o caso de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Guairá entre outros. Em relação ao Estado em que a PEA de Toledo é superior em 0,23% a de Campo Mourão, o que não é significativo haja vista a proporcionalidade da população entre os dois municípios.

Segundo dados do IBGE/SIDRA (2000) deste contingente de pessoas ocupadas do município, os números mais significativos afirmam que no município de Campo Mourão, 82,63% da população economicamente ativa correspondia aos serviços públicos e privados 3,94% estavam empregados em atividades da agricultura; 13,43% da PEA estavam nas atividades industriais.

Tabela 12 – PEA, Situação de Domicílio – Anos de 1970, 1980, 1991 E 2000.

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	PEA Total	Urbano	Rural	PEA Total	Urbano	Rural
1970	23.802	8.865	14.937	20.435	4.842	15.593
1980	26.831	18.110	8.721	28.272	15.916	12.356
1991	34.822	30.995	3.827	41.316	32.847	8.469
2000	38.566	36.006	2.560	49.323	43.236	6.087

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica IPEADATA – Social

Detalhando a movimentação de empregos, admissões, desligamentos e saldos, ao longo do período 2000-2006, o município de Campo Mourão apresentou saldo negativo nos anos de 2000 e 2006, em que os desligamentos forma superiores as admissões em 450 e 92, respectivamente e que 2003 foi o ano em que o ocorreu o maior superávit, ou seja, os admitidos superaram em 879 os desligamentos, apesar de desses dois resultados negativos, foi identificado queda de empregos de 13.840 para 13.748 no período de 2005-2006.

O município de Toledo os saldos, produto da relação admitidos e desligados, foram sempre positivos, atingindo a uma elevação de 2.499 empregos no ano de 2004, caindo para 2.174 em 2005 e 1.066 em 2006. Os níveis de emprego durante o período de 2000-2006, cresceram progressivamente, no mesmo sentido, exceto o ano de 2006 as admissões decresceram de 2005-2006 e nos mesmos níveis aconteceu com os desligamentos.

O desempenho do município de Toledo em relação ao emprego formal no período de 2000-2006 foi mais eficaz que o de Campo Mourão, comparando a média de saldos (admissões menos desligamentos) com a quantidade de empregos, Toledo atingiu 6,01% e Campo Mourão 2,49%.

Tabela 13 – Comparativo Movimentação de Empregos Formais entre Campo Mourão e Toledo, período 2000 a 2006

Ano	Campo Mourão				Toledo			
	Empregos	Admitidos	Desligados	Saldo	Empregos	Admitidos	Desligados	Saldo
2000	11.022	3.948	4.398	-450	20.343	6.976	6.239	737
2001	11.495	5.522	5.049	473	21.426	8.025	6.942	1.083
2002	12.006	5.029	4.518	511	22.767	10.964	9.623	1.341
2003	12.885	5.486	4.607	879	24.572	12.215	10.410	1.805
2004	13.517	5.696	5.064	632	27.071	14.214	11.715	2.499
2005	13.840	5.662	5.339	323	29.425	15.719	13.545	2.174
2006	13.748	5.083	5.175	-92	30.311	13.875	12.809	1.066

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

4.1.3.1 População Ocupada

Em 1970 a população ocupada³⁸ de Campo Mourão era 15,96% maior que a de Toledo e a população ocupada da zona rural nos municípios de Campo Mourão e Toledo detinha 63,05% e Toledo 76,39% da população total ocupada, caracterizando-se na época como municípios de baixo grau de urbanização.

Especificamente sobre a população ocupada rural, essa participação a partir no ano de 1980 começa a perder força e o grau de urbanização começa a se sobressair e Campo Mourão atinge 67,24% enquanto que Toledo com 56,09%. Toledo, ainda ultrapassa a população ocupada de Campo Mourão em aproximadamente 1400 pessoas.

Em 2000 ocorreu redução na ocupação total, urbana e rural do município de Campo Mourão, enquanto isso Toledo houve queda apenas na ocupação rural.

³⁸ No Censo, foi considerada como OCUPADA a pessoa que trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, ou parte deles. A pessoa que não trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que, nos últimos 2 meses, tomou alguma providência para encontrar trabalho, foi considerada como DESOCUPADA. Elaboração IPEA, baseado no Censo Demográfico

Tabela 14 - População Ocupada, durante os anos: 1970, 1980, 1991 E 2000

Ano	Campo Mourão					Toledo				
	Ocupação			% Ocupação Total		Ocupação			% Ocupação Total	
	Total	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1970	23.659	8.742	14.917	36,95	63,05	20.402	4.816	15.586	23,61	76,39
1980	26.481	17.807	8.674	67,24	32,76	27.887	15.642	12.245	56,09	43,91
1991	33.954	30.164	3.790	88,84	11,16	39.960	31.557	8.403	78,97	21,03
2000	32.070	29.752	2.318	92,77	7,23	43.782	37.802	5.980	86,34	13,66

Fonte: IPEADATA – Social

Os dados constantes na Tabela 14 mostra que houve uma considerável ampliação do número de estabelecimentos. No ano de 1996, o total dos grupos de atividades de Campo Mourão apresentava-se com 2.687 estabelecimentos e Toledo com 3.508. No ano de 2006 o município de Campo Mourão contabilizava 4.142 estabelecimentos e Toledo 6.823. Campo Mourão no período 1996-2006 aumentou em 54,15% a quantidade de estabelecimentos e Toledo 94,5%.

O comércio foi à atividade com maior número de estabelecimentos, representando, em média 75,46% no município de Campo Mourão e 73,32% no município de Toledo do total dos estabelecimentos, em seguida a indústria com 9,92% em Campo Mourão e 11,6% em Toledo, as mais baixas participações dos dois municípios foram da agricultura, construção civil. Os estabelecimentos classificados como “outros” foram distribuídos em 7,62% para Campo Mourão e 9,27% para Toledo.

As atividades que mais aumentaram o número de estabelecimentos, tanto para um como para outro município foram: da “administração pública” e “outras” sendo respectivamente 89,8% e 103,7% para Campo Mourão e 160,58% e 124,2% para Toledo, considerando a variação do ano de 1996 para o ano 2006.

As atividades agricultura, indústria e comércio que são de grande expressão econômica, durante o período de 1996-2006, tiveram os seguintes comportamentos: agricultura com crescimento de 26,67 (Campo Mourão) e 68,75% (Toledo); indústria com 27,62% (Campo Mourão) e 68,75% (Toledo); comércio com 53,68 (Campo Mourão) e 91,43% (Toledo).

Tabela 15 – Unidades Locais por Faixa de Pessoal Ocupado Total - Classificação de Atividades, período 1996-2006

Ano	Campo Mourão							Toledo						
	Total	Agric.	Ind.	Const.	Com	Adm Pub	Outros	Total	Agric.	Ind.	Constr	Com	Adm Pub	Outros
1996	2.687	34	287	65	2.040	98	163	3.508	32	411	56	2.624	104	281
1997	2.794	40	296	63	2.118	96	181	3.688	38	446	50	2.753	104	297
1998	2.908	41	304	66	2.165	106	226	3.698	38	470	57	2.688	110	335
1999	3.063	40	310	65	2.295	111	242	4.145	47	505	69	2.993	129	402
2000	3.091	38	325	62	2.317	109	240	4.472	43	557	64	3.245	125	438
2001	3.469	43	352	72	2.625	130	247	5.084	47	599	76	3.691	191	480
2002	3.637	46	355	70	2.750	141	275	5.589	47	634	84	4.104	195	525
2003	3.642	47	353	65	2.761	126	290	5.734	42	644	78	4.201	211	558
2004	3.894	45	368	65	2.945	149	322	5.894	43	657	82	4.340	218	554
2005	4.047	42	380	74	3.051	170	330	6.286	40	700	94	4.614	243	595
2006	4.142	43	372	75	3.135	186	331	6.823	54	750	95	5.023	271	630

Fonte: IBGE/Sidra – Tabela 1735.

4.1.4 Índices de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³⁹ é um índice elaborado pelas Nações Unidas, que contempla tanto variáveis econômicas quanto sociais, e se constitui numa medida de bem-estar da população. No Brasil, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o IPEA realizaram uma parceria e desagregaram este índice a nível municipal. Além do índice sintético, também são disponibilizadas as dimensões renda, educação e longevidade.

A análise comparativa do IDH-M do município de Campo Mourão com o de Toledo e com a média nacional, Segundo o que se evidencia a Tabela 15, a classificação do município de Campo Mourão no contexto nacional, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é de certa forma preocupante, considerando que o Brasil é composto por 5.507 municípios e o Estado do Paraná 399. Nesse sentido, de acordo com o censo 2000, Campo Mourão está em 73º lugar no Estado e 1194º no país, enquanto isso Toledo, em situação privilegiada, está 9º lugar no Estado e 154º no Brasil.

Nos censos de 1970 e 1980, Toledo tinha melhor situação que Campo Mourão, conforme demonstra a Tabela 24. Em 1980 IDH-M de Toledo já era

³⁹ É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, é calculado a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), saúde (esperança de vida) e renda (PIB *per capita*). O IDH do Brasil é igual a 0,750 considerado médio. Países com alto desenvolvimento têm IDH entre 0,800 e 1,000.

superior ao IDH-M de Campo Mourão de 1991, ou seja, o IDH-M de Toledo era 0,718 e o de Campo Mourão era 0,703 se considerar os onze anos de um censo para o outro se verifica que os níveis de desenvolvimento ficaram muito diferenciados.

No período de 1991-2000, o IDH-M, de Campo Mourão cresceu 10,1%, passando de 0,703 para 0,774 enquanto isso, o IDH-M do município de Toledo de 0,751 para 0,827 resultou num crescimento de 10,1% igual a Campo Mourão. No entanto, pode-se avaliar que há grande potencial desses municípios com alto potencial de mercado melhorar expressivamente seus indicadores associados ao desenvolvimento humano, isto pode ser traduzindo que esses municípios podem ter resposta mais rápidos às políticas de desenvolvimento econômico e social.

No município de Campo Mourão, a dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi à educação, 50,2%, seguido pela longevidade, com 29,1% e pela renda, com 20,7%, por outro lado, no município de Toledo a dimensão que mais contribuiu foi na mesma ordem, sendo 46,7% na educação; 33% na longevidade e 20,3% na renda.

Ainda no período de 1991-2000, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre IDH-M e o limite máximo, ou seja, $1 - \text{IDH}$), no município de Campo Mourão foi reduzido em 23,9% e no município de Toledo a redução foi de 30,5%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município de Campo Mourão levaria 15,5 anos e o município de Toledo 9,5 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e na mesma ordem 9,1 anos e 3,1 anos para alcançar Curitiba (PR), o município com melhor IDH-M do Estado (0,856).

O Índice de Desenvolvimento Humano Médio do Paraná - IDH de 2000 (0,787) evidencia a posição privilegiada de Toledo. Dos 20 municípios com maior IDH-M do Paraná, nove municípios pertencem a microrregião de Toledo. Essa disparidade de qualidade de vida da microrregião de Toledo a dinâmica de desenvolvimento econômico e social. Enquanto Campo Mourão se encontra abaixo da média estadual, o município de Toledo está 5,08% acima dessa média de IDH e abaixo de Curitiba (o mais alto IDH do Paraná) a apenas 3,5%.

Tabela 16 – Índice Desenvolvimento Humano Municipal de Campo Mourão e Toledo, Censos do IBGE – Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Ano	Campo Mourão				Toledo			
	IDH ⁴⁰				IDH			
	Municipal	Educação	Renda	Longevidade	Municipal	Educação	Renda	Longevidade
1970	0,409	0,468	0,295	0,463	0,475	0,556	0,327	0,543
1980	0,676	0,570	0,916	0,541	0,718	0,633	0,947	0,574
1991	0,703	0,784	0,671	0,655	0,751	0,821	0,684	0,748
2000	0,774	0,891	0,715	0,748	0,827	0,927	0,730	0,823

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

4.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS

4.2.1 Metodologia do Produto Interno Bruto

O IBGE com a finalidade de ajustes no cálculo do PIB implantou mudanças metodológicas, as quais fizeram subir as taxas de crescimento da economia, notadamente do PIB de 2002 a 2005, apesar das mudanças estarem programadas a partir de 2000, com a nova metodologia a revisão de 2000 foi para baixo e na revisão de 2001 a taxa se manteve. Para isso o IBGE incorporou novas fontes de dados.

O novo PIB irá incorporar as pesquisas anuais do IBGE da indústria, do comércio e serviços. Permanecem no cálculo do PIB os dados anuais originados da construção, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e das Estatísticas Econômicas da Administração Pública.

Segundo o IBGE, os dados das empresas terão como fonte o Imposto de Renda e serão agrupados pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002 será uma referência para contabilizar o consumo das famílias. A nova série do PIB ainda terá separado o consumo das empresas privadas sem fins lucrativos, como as organizações não-

⁴⁰ **Longevidade.** É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

Renda. É obtido a partir do indicador renda familiar per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$3,85 e R\$1.540,25 respectivamente. Estes limites correspondem à conversão dos PIB em dólar PPC2000 para RFPC em reais de 2000.

Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de freqüência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de freqüência.

governamentais (ONGs), clubes e igrejas, além disso o Instituto divulgará dados da economia informal dentro do PIB.

Segundo o IBGE (2007), a nova série das Contas Regionais, divulgadas em 2007, atualizou a composição do PIB de todas as Unidades da Federação, com reflexos diretos no PIB dos Municípios. A principal mudança estrutural refere-se ao setor de serviços que antes representava 55,7% passou a representar 66,3% do valor adicionado, considerando o ano de 2002. As atividades vinculadas a agropecuária antes era de 8,2% passa a ser 6,6% e a indústria que também perdeu participação saiu de 36% para 27,1%.

A metodologia do IPEA para cálculo do PIB municipal são baseados nos valores estimados. Estimativa do valor do PIB municipal com base em informações censitárias do período 1970 a 1985, isto é, os censos econômicos como principal fonte de informações, nas estimativas de 1970, 1975, 1980 e 1985. Para estimativas referentes aos anos de 1990 e 1996 foram usadas informações de Pesquisas Econômicas e Registros Administrativos, exceto para 1996, quando se pode dispor, também, do Censo Agropecuário.

A principal informação produzida pelos censos para o cálculo do PIB é a de Valor Agregado (agropecuário, o industrial e o de serviços) para o período 1970/75/80/85 dos municípios.

Os estudos sobre o PIB com referência ao período de 1999 a 2006 serão baseados nas séries históricas mantidas pelo IBGE e serão tratados sob a luz da nova metodologia do PIB divulgado e administrado pelo IBGE.

4.2.2 Produto Interno Bruto Municipal

Nas Tabelas 15 e 16 são apresentados os números do Produto Interno Bruto-PIB em valores reais referentes aos municípios de Campo Mourão e Toledo. Mostra que durante o período 1999-2006 o PIB município de Toledo era superior a R\$ 1 bilhão e Campo Mourão conseguiu essa marca a partir de 2002. Observa-se que em 2002 o PIB per capita de Toledo era de 6,23% inferior ao de Campo Mourão e nos demais anos a superioridade de Toledo foi uma constante, em 1999 a diferença era de 28,89%, em 2000 foi para 37,53% e em 2001 a variação foi de 44,58% sempre favorável ao município de Toledo, nos anos de 2003 a 2006 as diferenças foram diminuindo e em 2006 chegou a 4,54% a mais que Campo Mourão.

O PIB do município de Campo Mourão evoluiu de R\$ 784 milhões em 1999 para mais de R\$ 1,2 bilhão no ano 2006, representando um crescimento 53,28% em valores reais de apesar de que em 2000 apresentou queda de 10,26% ou seja, R\$ 784 milhões para R\$ 703 milhões. Nesse mesmo raciocínio, Toledo de R\$ 1,4 bilhão em 1999 crescendo para mais de 1,6 bilhões em 2006 representando uma variação de 14,29%. O município de Toledo registrou queda no PIB nos anos de 2000, 2002 e 2005 enquanto Campo Mourão registrou quedas nos anos de 2000 e 2005, apesar dessa vantagem relativa de Campo Mourão, o PIB de Toledo foi superior em valores reais e nominais em todos os anos da análise.

Por outro lado, ainda há um grupo de vários municípios das duas microrregiões cujo PIB continua inferior a R\$ 100 milhões e as possibilidades de crescimento foram diminuídas com a crise da agricultura. O desafio para esses municípios será diversificar sua base produtiva e sua capacidade de atuação para reverter à frágil dinâmica desses ciclos agrícolas.

Tabela 17 – Evolução do PIB A Preços Constantes de 2006, dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Durante o período de 1999 a 2006 (em R\$)

Ano	Campo Mourão		Toledo	
	PIB	PIB per capita	PIB	PIB per capita
1999	784.341,54	9.760,47	1.384.235,91	13.725,87
2000	703.900,84	8.728,50	1.307.862,43	13.971,32
2001	770.452,73	7.975,60	1.369.521,47	14.390,63
2002	1.084.218,90	13.351,68	1.277.412,76	12.568,52
2003	1.149.415,31	14.104,29	1.584.252,66	15.383,48
2004	1.174.550,96	14.362,09	1.614.222,39	15.470,19
2005	1.108.210,58	13.503,07	1.595.224,63	15.093,54
2006	1.202.269,00	14.599,00	1.636.863,00	15.293,00

Fonte: IBGE– PIB Municipal

O Produto Interno Bruto - PIB do Paraná a preços constantes em 1999 correspondia a 6,34% do PIB brasileiro (considerando que R\$ 103 bilhões era o PIB do Paraná e 1,63 trilhão era o PIB do Brasil) e o PIB Campo Mourão participava com 0,76% e o PIB de Toledo com 1,34% em relação ao PIB do Paraná. No ano de 2003 o PIB paranaense representava 6,44% do PIB brasileiro (considerando que R\$ 125 bilhões era o PIB do Paraná e 1,95 trilhão era o PIB do Brasil) e o PIB de Campo Mourão em relação ao PIB paranaense era de 0,92% e o de Toledo 1,26%. No ano de 2006, Paraná participava com 5,77% do PIB brasileiro (considerando que R\$ 136 bilhões era o PIB do Paraná e 2,37 trilhão era o PIB do Brasil), enquanto a relação

Campo Mourão com o estado do Paraná a participação foi de 0,88% e na comparação do Paraná com Toledo a participação foi de 1,2%.

Considerado valores deflacionados, no município de Campo Mourão, o período 2000-2001 foi responsável por 9,45% de crescimento do PIB; em 2001-2002 o crescimento foi de 40,72% e no período de 2005-2006 o crescimento foi 8,49%. Entretanto, nos mesmos períodos Toledo cresceu 4,71%, decresceram 6,73% e voltando a crescer em 2,61%.

Durante os períodos analisados sobre o comportamento do PIB, Campo Mourão cresceu negativamente em 1999-2000 e 2004-2005, no período de 2003-2004 registrou-se um crescimento pouco acima de 2%, enquanto que no município de Toledo os crescimentos negativos ocorreram 1999-2000; 2001-2002 e 2004-2005, no período de 2003-2004 registraram-se um crescimento pouco abaixo de 2%.

Apesar dos aumentos nominais do PIB per capita nos dois municípios, quando deflacionados os valores constatou-se que em períodos como 1999-2000 em a variação foi negativa em torno de 10% no município de Campo Mourão; no período de 2001-2002 também em torno de 8% e no período 2004-2005 foi constatada queda próxima a 6%. Em Toledo, no período de 2001-2002 houve perda em torno de 13% e no período 2004-2005 o PIB per capita reduziu em torno de 2,5%. Essas perdas que foram relevantes para as atividades econômicas dos municípios nos períodos mencionados, porém foram recompostas ao longo do tempo por variações absolutamente saudáveis, destacando-se o período de 2001-2002 com crescimento do PIB per capita de aproximadamente 40% no município de Campo Mourão e 24% no município de Toledo no período de 2002-2003.

Num todo ao longo dos períodos analisados, ficou constatado que em termos de crescimento médio PIB o município de Campo Mourão é superior ao de Toledo, visto que o crescimento médio do PIB per capita de Campo Mourão durante o período 1999-2006 foi de 8,26% e 2% no município de Toledo. A média de crescimento do PIB refletido pela produção total de riquezas dos municípios foi de 7,28% para Campo Mourão e 2,83% para Toledo, no entanto em valores absolutos a diferença é significativa.

Tabela 18 – Crescimento do PIB Municipal de Campo Mourão e Toledo - Período de 1999 a 2006 (Preços Constantes de 2006)

Ano	Campo Mourão		Toledo	
	PIB (%)	PIB per capita (%)	PIB (%)	PIB per capita (%)
1999/2000	-10,26	-10,57	-5,52	1,79
2000/2001	9,45	-8,63	4,71	3,00
2001/2002	40,72	67,41	-6,73	-12,66
2002/2003	6,01	5,64	24,02	22,40
2003/2004	2,19	1,83	1,89	0,56
2004/2005	-5,65	-5,98	-1,18	-2,43
2005/2006	8,49	8,12	2,61	1,32

Fonte: IBGE – PIB Municipal⁴¹ - Elaborada pelo autor

A análise do PIB por setores econômicos dos dois municípios conforme Tabela 18 e 19 mostra pelos dados obtidos junto ao IBGE a predominância na dinâmica de desenvolvimento econômico de Toledo sobre o município de Campo Mourão, com o município do Oeste alcançando um valor aproximado de 50% superior aos valores alcançados pelo município de Campo Mourão ao longo do período 1999-2006.

Durante o período de 1999-2006, os municípios de Toledo e Campo Mourão, em alguns anos apresentaram quedas do PIB (considerando o ano imediatamente anterior), abrangendo os três setores da economia, refletindo a produção industrial, o setor de serviços e a produção agropecuária. No setor industrial as perdas para os dois municípios ocorreram nos anos 2002, 2003 e 2005, porém Campo Mourão sentiu esses prejuízos, também, no ano de 2000. No setor de serviços a redução para os dois municípios ocorreu no ano 2000 e o município de Toledo sofreu prejuízos nesse setor no ano 2001 e 2002 e Campo Mourão houve queda no PIB de 2004. No setor da agropecuária a perda comum nos dois municípios aconteceu nos anos de 2000, 2004, 2005 e 2006, porém Toledo também sofreu prejuízos no ano de 2003 também.

O setor de serviços mostra uma liderança na composição das riquezas dos dois municípios, notadamente no município de Campo Mourão que foi responsável por 57% do PIB municipal durante o período de 1999-2006. No município de Toledo, o setor industrial ultrapassou o setor de serviços, durante o período de 1999-2002, pois nesse período juntamente com o ano de 2000 constatou-se o menor PIB desse município do período analisado, cerca de R\$ 1,38 bilhão, a partir de 2003 o setor de

⁴¹ Tabelas de atualização dos valores e índice deflator no apêndice dessa dissertação.

serviços foi o que mais contribuiu pra a formação do PIB municipal de Toledo, sendo responsável nesses últimos quatro anos de análise por 45,7% PIB médio.

A participação do setor de serviços cresceu, especialmente nos dois últimos anos dessa análise. Em Toledo no ano de 1999, a participação desse setor era de 35,28%, atingindo 29,42% em 2002, e, a partir de 2004 retomou o crescimento do setor, começou a elevar os níveis de participação. Esta elevação foi parcialmente compensada pela redução da participação dos segmentos da indústria e da agropecuária, principalmente, no período de 2003-2006.

No município de Campo Mourão o setor de serviços foi o mais expressivo dos setores econômicos, apesar de quedas nos anos de 2000 e 2001 se relacionados com o ano de 1999, porém nesse período o PIB total reduziu em 10,26%, assim como os demais setores também sofreram quedas, a sua supremacia ficou evidente pois mesmo em queda, passou a representar 52,26% e 51,47% de participação no PIB municipal de 2000 e 2001, apesar de que no ano 1999 representava 52,01% do PIB. Essa participação vem aumentando e chegou a 65,93% no ano 2006.

O setor agropecuário, na composição do PIB, foi o que menos contribuiu nos dois municípios, e observa-se que o ano de 2003 foi o mais significativo resultado do setor para Campo Mourão e o ano de 1999 para Toledo e a participação desse importante setor vem caindo, como se nota na Tabela 26, nos últimos três anos da análise.

Este resultado é confirmado quando se analisa a decomposição do Produto Interno Bruto de Campo Mourão para o período de 1999-2006 que mostra uma economia composta, sobretudo, de dois setores mais representativos que são o industrial e o de serviços. Em média no período 1999-2006; o setor industrial responde por 29,61%; o setor de serviços por 56,9%, enquanto a agropecuária contribui com 7,18% do PIB.

Por seu turno, Toledo tem apresentado o maior equilíbrio das riquezas municipais nos três setores, salvo nos anos de 2002 a 2006 em que o setor da agropecuária chegou a 8,55% de participação do PIB total. A análise da Tabela 27 nos mostra que esta é uma tendência que vem sendo preservada ao longo dos anos. Em média no período 1999-2006, o setor industrial responde por 36,95% do PIB total e os serviços por 38,99%, enquanto a agropecuária contribui com 17,23% (Tabela 27).

Tabela 19 – Participação dos Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo - PIB a Preços Constantes de 2006, período 1999-2006 (em R\$)

Ano	Campo Mourão				Toledo			
	PIB	Agrop.	Setores Indústria	Serviço	PIB	Agrop.	Setores Indústria	Serviço
1999	784.341	78.177	306.541	407.942	1.384.235	328.302	503.809	488.338
2000	703.901	62.271	276.210	367.855	1.382.852	316.907	530.547	460.406
2001	770.453	65.394	320.305	396.574	1.443.277	328.207	592.106	449.206
2002	1.084.218	79.425	297.732	600.313	1.525.021	433.801	581.453	448.597
2003	1.149.415	94.022	261.021	675.280	1.589.278	222.985	537.270	690.432
2004	1.174.551	78.537	288.267	674.739	1.614.117	173.038	574.848	720.233
2005	1.108.210	54.531	233.709	686.385	1.580.108	125.561	572.418	747.024
2006	1.202.269	36.524	255.046	792.688	1.636.863	119.460	590.026	776.676

Fonte: IBGE - PIB Municipal

Tabela 20 – Participação dos Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, o período de 1999-2006 (em Percentual)

Ano	Campo Mourão				Toledo			
	PIB	Setores (% - Preços Constantes)			PIB	Setores (% - Preços Constantes)		
		Agropecuária	Indústria	Serviços		Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	100,00	9,97	39,08	52,01	100,00	23,72	36,40	35,28
2000	100,00	8,85	39,24	52,26	100,00	22,92	38,37	33,29
2001	100,00	8,49	41,57	51,47	100,00	22,74	41,03	31,12
2002	100,00	7,33	27,46	55,37	100,00	28,45	38,13	29,42
2003	100,00	8,18	22,71	58,75	100,00	14,03	33,81	43,44
2004	100,00	6,69	24,54	57,45	100,00	10,72	35,61	44,62
2005	100,00	4,92	21,09	61,94	100,00	7,95	36,23	47,28
2006	100,00	3,04	21,21	65,93	100,00	7,30	36,05	47,45

Fonte: IBGE – PIB Municipal – Elaborada pelo autor

4.2.3 Rendimentos, Rendas e Transferências Governamentais.

A renda per capita⁴² média, do período 1991-2000 do município de Campo Mourão cresceu 30.66%, passando de R\$ 216,65 para R\$ 283,08 e no município de Toledo cresceu 31,45% passando de R\$ 235,43 para R\$ 309,47. A renda per capita média de Toledo em 1991 era 8,67% e de 2000 era 9,32% superior a de Campo Mourão.

Considerando o Censo do ano 2000, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 - equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) no município de Campo Mourão

⁴² Razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar per capita de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000 (IPEA)

diminuiu 15,76%, passando de 27,7% em 1991 para 23,4% e em Toledo diminuiu 42,16% passando de 27,1% em 1991 para 15,7%.

Buscando superar esses problemas, Sen propõe uma medida que leva em consideração a incidência, a intensidade da pobreza e a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres, medida pelo coeficiente de Gini⁴³, a qual é conhecida como índice de Sen. No caso de Campo Mourão, a desigualdade cresceu e o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2000, significando uma elevação de 5,56%, caracterizando uma maior concentração de renda; enquanto isso, o município de Toledo diminuiu a desigualdade em 3,51%, diminuindo o grau de concentração de renda.

Tabela 21 – Renda Per Capita e Percentual de Rendimentos no Trabalho Recebidos - Censos de 1991 e 2000 (R\$ de 2000)

Ano	Campo Mourão		Toledo	
	Renda per capita (R\$)	Índice de Gini	Renda per capita (R\$)	Índice de Gini
1991	216,65	0,54	235,43	0,57
2000	283,08	0,57	309,47	0,55

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Efetivamente, as transferências governamentais composta pelas aposentadorias, auxílios e seguro-desemprego, sem deduzir os tributos diretos e programas sociais. Ademais, na determinação da distribuição da renda. O que se deseja, com tais considerações, é indicar que as disparidades entre os resultados dos dois municípios analisados, no que concerne ao peso das transferências governamentais da renda, particularmente das aposentadorias e dos rendimentos do trabalho.

Na Tabela 21 verifica-se que a distribuição das transferências governamentais, para o município de Campo Mourão representou 7% em 1991 e 14,5% da renda total do município enquanto que nesse mesmo quesito para Toledo as transferências governamentais em relação a renda total foi de 4,8% em 1991 e 12,6% no ano de 2000.

No caso das transferências governamentais na categoria de com mais de 50% da Renda Total, o Município de Campo Mourão tem a participação de 4,8% em 1991 e 11,8% em relação ao ano de 2000, enquanto que Toledo participou com

⁴³ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (IPEA).

2,8% (1991) e 9,7% (2000). Ainda nessa comparação, a grande parcela da renda está vinculada ao rendimento do trabalho. No rendimento do trabalho Campo Mourão teve uma participação de 88,2% (1991) e 74% (2000), enquanto Toledo 89,7% (1991) e 77,9% (2000).

Os efeitos das transferências no perfil distributivo são aceitáveis para os padrões desses municípios, sendo que ao fim o resultado mostra que Campo Mourão e Toledo tem um grau de dependência que não interfere radicalmente nas ações econômicas municipais.

Tabela 22 – Transferências Governamentais de Rendimentos no Trabalho Recebidos, Censos de 1991 e 2000 (em Percentual)

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	Transferências Governamentais ⁴⁴		Rendimento do Trabalho	Transferências Governamentais		Rendimento do Trabalho
	Total da Renda	Mais de 50% da Renda T		Total da Renda	Mais de 50% da Renda T	
1991	7,00	4,80	88,20	4,80	2,80	89,70
2000	14,50	11,80	74,00	12,60	9,70	77,90

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

4.2.4 Exportações dos Municípios

No período 2003-2006, ao contrário do Estado que apontou crescimento de 18%, os municípios em estudo tiveram queda nas exportações, exceto no período de 2005-2006 em que o município de Toledo apresentou expressiva reação, porém em níveis inferiores a 2003 (Tabela 22).

Nesses quatro anos, as exportações tiveram os seguintes desempenhos: Campo Mourão apontou uma queda de 39,31%; Toledo 42,74% e o estado do Paraná elevaram suas exportações a 59,72%. Com queda de 12,27% no período de 2003-2004, 15,35% de 2004-2005 e 18,28% de 2005-2006 ficam traçados cenários de quedas cumulativas nesses três períodos no município de Campo Mourão.

Enquanto isso Toledo com queda abrupta de 60,98% no período de 2003-2004, continuou declinando e atingindo a 24,28% negativo, para uma reação significativa no período 2005-2006 em que cresceu 93,81%, recuperando parte das

⁴⁴Renda de transferência governamental - Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município (IPEA).

Renda - rendimentos do trabalho Equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município (IPEA).

perdas de períodos anteriores. Nesse mesmo espaço de tempo, as exportações do Estado cresceram em todos os períodos, sendo o mais expressivo 2003-2004 com 41,59%.

Campo Mourão apresentou melhor desempenho na relação município/estado, porém não chegando a 1% de participação no Estado, mesmo assim com vantagens em relação a Toledo, estes são valores auferidos dentro dos próprios municípios, diferentemente da Tabela 23 que mostra o desempenho da Sadia e da Coamo no contexto de produção em diversas origens dessas comercializações.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2006 foram marcados por um cenário externo de crescimento da economia mundial, propiciando maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de commodities. O aumento das cotações externas favoreceu os produtos semi-manufaturados e básicos.

Segundo o MDIC (2006), além da Coamo, as demais empresas exportadoras de Campo Mourão são: Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil – Coopermibra; Colacril - Auto Adesivos Paraná Ltda.; VRI Indústria Eletrônica Ltda.; Ortus Ind. e Com. Ltda. – Me; Agropecuária Ipê Ltda.; Eletrotecnica Campo Mourão Ltda.; Fertimourão Agrícola Ltda.; Cristófoli Equipamento de Biossegurança e a Frangobrás Tyson⁴⁵.

Segundo o MDIC (2006), além da SADIA, as empresas exportadoras de Toledo são: Fiasul Indústria de Fios Ltda.; Multipet Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda.; Bracomex - Importação e Exportação Ltda.; Tectron Importadora e Exportadora de Produtos Veterinários; Brazilian Fisheries Indústria e Comércio de Pescados; Blessfield Madeiras Ltda.; Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.; Madeiras Cacore Ltda.; Sperafico Agroindustrial Ltda.; Herbioeste Herbicidas Ltda.; Bombonato Indústria e Comércio de Calçados Ltda.; Madeireira Wolff Ltda.; Avimac Ltda. e Inab - Indústria Nacional de Bebidas Ltda.

⁴⁵ Frangobrás Tyson grupo da agroindústria que foi fundada em 2008, citada apenas para conhecimento das leituras, não entrando como informação direta da presente dissertação.

Tabela 23 – Exportações Brasileiras pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo e o Paraná –Unidade US\$ FOB (mil) 2003, 2004, 2005 e 2006

Referência	2003	2004	2005	2006
Campo Mourão	40.812.461	35.804.434	30.307.296	24.768.354
Participação (%) PR	0,62	0,39	0,30	0,24
Toledo	29.013.779	11.320.147	8.571.165	16.612.072
Participação (%) PR	0,44	0,12	0,09	0,16
Estado	6.539.633.016	9.259.182.365	9.955.621.751	10.444.808.409
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de comércio Exterior (MDIC/Secex)				

O grupo da Sadia, de acordo com o MDIC, é a maior empresa exportadora do agronegócio paranaense desde 2005. Das cooperativas, a maior exportadora é a Coamo⁴⁶. A Coamo e a Sadia estão entre as maiores empresas exportadoras do agronegócio paranaenses, graças às significativas participações nesse cenário; tomando com referência os dois últimos anos dessa análise, a Sadia correspondia por 6,06% em 2005 e 4,87% em 2006 e a Coamo com 3,1% e 3,3% respectivamente.

Os principais produtos exportados pela Coamo são: soja, milho e trigo (in natura) e farelo de soja, óleo bruto de soja e café beneficiado (industrializados). A Coamo como principal empresa do município e da mesorregião, com uma área de atuação que atinge quatro milhões de hectares agrícolas, a Coamo possui 90 unidades em 53 municípios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A capacidade de armazenagem da cooperativa é de mais de 57 milhões de sacas.

E para dar suporte as suas exportações, a Coamo conta com um terminal portuário em Paranaguá, com capacidade de embarque até três mil toneladas de produtos por hora. Parte das exportações também é realizada pelo porto de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina.

Segundo a Revista Expressão – Anuário Exportação, da Editora Expressão, no ano de 2002 com US\$ 315,41 milhões ante US\$ 272,12 milhões, a Coamo líder do segmento de Cooperativas, era a 2ª maior empresa exportadora da região sul do Brasil ficando atrás apenas da Volkswagen com US\$ 685,9 milhões.

⁴⁶ Através do terminal portuário, em Paranaguá, no ano passado a COAMO Agroindustrial Cooperativa exportou 1,89 milhões de toneladas de produtos, operando 227 navios, o que totalizou US\$ 350 milhões, 11% acima do valor registrado no ano anterior. Em 2003, a Coamo ocupou a 33ª posição entre as empresas exportadoras do país e ficou em primeiro lugar entre as de exportação de commodities no Estado do Paraná (Jornal COAMO maio 2004).

No ano de 2006, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, as exportações das cooperativas paranaenses foram de US\$ 853 milhões, sendo 24,9% superior as exportações de 2005 que alcançaram US\$ 683 milhões, nesse mesmo período a Coamo exportou US\$ 307,48 no ano de 2006 e US\$ 356,04 milhões em 2005 com queda de 13,64%. A Coamo no ano de 2006 foi responsável por 36% e no ano de 2005 por 52% das exportações das cooperativas paranaenses. A Coamo responde por 24% do total do cooperativismo brasileiro, que está entre as trinta maiores empresas exportadoras do país.

Dalla Costa (2000), diz que em 1967 foram assinados os primeiros contratos de exportação da Sadia que vendeu para o mercado Europeu e Suíça, carne bovina e suína in natura. Posteriormente foram fechados novos contratos de venda de lotes de carcaças inteiras e partes de suínos e bovinos, como lombo, línguas e fígados, para Portugal, Itália, Espanha e França.

Segundo página eletrônica da empresa, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um “boom” de expansão e aquisições, além de modernização tecnológica e reestruturação do sistema de vendas. Já tendo iniciado o abate de frangos em 1956, ano em que abateu 11.200 aves, em 1961 a Sadia introduz a avicultura integrada em Concórdia e aumenta significativamente seu desempenho em produção de frangos, atingindo 324.500 cabeças em 1965.

A Sadia S.A. registrou a seguinte produção em 2001: abate de frangos: 435,936 milhões de cabeças; abate de suínos: 3,559 milhões de cabeças; abate de perus: 20,829 milhões de cabeças; produção de industrializados: 505,9 mil toneladas; esmagamento de soja: 394,9 mil toneladas; refino de óleo: 92,7 mil toneladas; produção de ração: 3,315 milhões de toneladas; produção de aves: 843,7 mil toneladas; produção de suínos: 298,3 mil toneladas (Sadia).

Buscando expandir suas atividades o grupo da Sadia foi em busca de um local apropriado para montar uma “base de apoio” para a Frigobrás, instalada em São Paulo. “Foi dessa forma que nasceu a Frigobrás de Toledo (mais conhecida como sendo Sadia de Toledo), no oeste paranaense, em 1964” (Dalla Costa, 2000).

Ainda, segundo Dalla Costa et al (2007) o grupo Sadia do Paraná no ano 2005 se consolidou na 2ª maior empresa exportadora do Paraná com faturamento de US\$ 607.576.443 com participação de 6,06% das exportações paranaenses e no ano de 2006 com US\$ 487.117.691 com participação de 4,87% do Estado. Isso está acontecendo em níveis evolutivos, pois em 2003 detinha a 5ª colocação no Estado e

as exportações atingiram a US\$ 293.869.628 com participação de 4,11% e no ano de 2004 era a 4ª colocada com US\$ 462.778.383 de exportações com participação de 4,92% de participação no Estado.

Tabela 24 – Comparativo da Evolução das Exportações Realizadas pela Sadia e Coamo, (em Milhões US\$ FOB) no período 1999-2006

Ano	COAMO		SADIA		Comparativo(%)
	US\$ FOB	Variação (%)	US\$ FOB	Variação (%)	Sadia>Coamo
1999	148,47	-	328,15	-	121,02
2000	171,01	15,18	377,61	15,07	120,81
2001	272,12	59,13	521,22	38,03	91,54
2002	315,41	15,91	517,46	(0,72)	64,06
2003	350,00	10,97	681,43	31,69	94,69
2004	499,80	42,80	1.045,91	53,49	109,27
2005	356,04	(28,76)	1.381,20	32,06	287,93
2006	307,48	(13,64)	1.316,47	(4,69)	328,15

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Coamo Industrial Cooperativa - A Sadia e a internacionalização do agronegócio paranaense (2007). Elaborada pelo autor.

A Sadia, considerando o seu parque industrial e rede comercial no Estado, entre filiais comerciais e industriais, conta com mais de vinte empresas, em cidades como Curitiba, Toledo, Dois Vizinhos, Pato Branco, Guarapuava, Francisco Beltrão, Paranaguá, Londrina, Medianeira, Clevelândia, Araucária, Guaraniaçu, Ponta Grossa e Maringá. É no Paraná, conforme Tabela 24, que está localizada a maior parte das unidades industriais do Grupo (DALLA COSTA ET TAL, 2007).

Tabela 25 – Relação das Empresas Grupo Sadia no Paraná

Cidade	Empresa	Atividade
Toledo	Frigobrás	Abate e industrialização (aves, suínos e bovinos)
Dois Vizinhos	Moinho da Lapa S.A.	Abate e industrialização de frangos e patos
Paranaguá	Frigobrás	Exportação. Esmagamento, extração óleo soja
Ponta Grossa	Frigobrás	Abate e comercialização de suínos
Dois Vizinhos	Supermercado Sadia	Comercialização de produtos no varejo
Fco. Beltrão	Sadia Concórdia S.A.	Abate e industrialização de frangos e de perus
Paranaguá	Frigobrás	Fábrica de hidrogenados, margarinas e vegetais
Ponta Grossa	Sadia S.A.	Fábrica de pizzas e massas frescas

Fonte: Dalla Costa (Professor UFPR), 2008

4.2.5 Valor Adicionado Fiscal – VAF

O Valor Adicionado Fiscal - VAF é apurado pelo Estado através da Declaração Anual de Movimento Econômico e Fiscal (DAMEF), que é um documento de entrega anual e obrigatória para todos os contribuintes do ICMS. Quanto mais alto for o índice, maior poderá ser o valor do repasse. Com isso, melhorarão as condições de vida da população das cidades, visto que esta receita é usada em

investimentos nos setores sociais, educacionais e de infra-estrutura, revertendo esses benefícios àqueles que se esforçam em preencher e entregar as declarações dentro do prazo estabelecido.

Este indicador serve para apontar importantes opções de desenvolvimento econômico, integrantes do processo produtivo, desde a extração de matéria-prima até a comercialização do produto final ao último consumidor, auxiliando na identificação do perfil econômico do município.

O VAF dos municípios de Campo Mourão e Toledo são muito diferentes e numa proporção significativa se levamos em consideração a diferença populacional, área territorial, entroncamento rodoviário, entre outros parâmetros.

A média do VAF, considerado valores a preços constantes, durante o período de 1996-2006, Campo Mourão alcançou R\$ 466 milhões e Toledo que atingiu R\$ 1,03 bilhão representando uma variação de 122,41% uma diferença considerável de arrecadação entre os municípios (Tabela 35).

Ao longo do período constata-se que a menor diferença do VAF alcançada pelo município de Toledo sobre Campo Mourão ocorreu em 2004 com 89,82% e a maior no ano de 2005 com 152,84%. Acima de 150% de diferença do VAF a favor de Toledo estão nos anos de 2000 e 2005 e abaixo de 100% estão nos anos 2001 e 2004.

A participação desses municípios em relação ao Estado segue matematicamente a mesma lógica das variações dos valores absolutos, ou seja, em média no período estudado, o município de campo Mourão tem 0,59% e Toledo tem 1,31% de participação no VAF do Estado equivalente a 122,03% essa variação.

O VAF - Valor Adicionado Fiscal é um índice calculado anualmente pelo Estado, usado para apurar o valor a ser creditado para cada Município referente ao repasse de receitas advindas do ICMS (imposto estadual) e IPI Exportação (imposto da União, que corresponde a 10% do valor total arrecadado pela União, que compõe o Fundo de Exportação). Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IPEA-Glossário).

Tabela 26 – Comparativo do VAF dos Municípios de Campo Mourão e Toledo com o Paraná a Preços Constantes de 2006 - Período 1996-2006 (em R\$)

Ano	Valor Adicionado Fiscal (R\$)			Participação no VAF do Estado (%)	
	Campo Mourão	Toledo	Paraná	Campo Mourão	Toledo
1996	331.432.991,22	720.083.571,50	55.356.723.847,07	0,60	1,30
1997	370.893.728,69	805.382.258,42	57.793.030.678,17	0,64	1,39
1998	360.786.188,86	804.863.842,40	59.153.781.633,52	0,61	1,36
1999	382.505.046,54	896.993.288,47	65.171.552.865,20	0,59	1,38
2000	360.120.127,24	901.563.194,77	73.019.262.197,81	0,49	1,23
2001	502.967.179,61	1.004.556.010,00	84.070.944.029,88	0,60	1,19
2002	525.824.356,64	1.104.860.970,81	85.188.989.109,23	0,62	1,30
2003	582.640.691,44	1.285.070.438,97	91.668.845.472,27	0,64	1,40
2004	635.890.642,97	1.207.021.473,10	102.524.302.311,40	0,62	1,18
2005	542.008.999,58	1.370.427.031,71	98.519.866.266,65	0,55	1,39
2006	541.845.750,00	1.324.249.929,00	100.394.090.370,00	0,54	1,32

Fonte Secretaria Estadual da Fazenda – Paraná (SEFA)

Em valores reais é demonstrado que no município de Campo Mourão prevalece o VAF do setor de comércio que responde, em média no período 1996-2006, com o valor de R\$ 244 milhões que é mais que o dobro da soma da média dos setores da agropecuária e indústria. Esse setor apesar de ser o mais importante componente do VAF nos anos 1998, 2000, 2002, 2005 e 2006 apresentou quedas do valor adicionado.

No município de Campo Mourão, o setor primário com valor médio de R\$ 101 milhões no período de 1996-2006 é um segmento importante para o desenvolvimento pelo seu encadeamento para outras atividades, porém nota-se um enfraquecimento do setor agropecuário, notadamente nos anos 1998, 2000, 2005 e 2006. O setor da indústria com média de R\$ 110 milhões no período de 1996-2006. A indústria foi o setor de menor instabilidade tendo queda no VAF somente no ano de 1998.

Caminho diferente se apresenta o município de Toledo, mostrando uma forte tendência no ramo da indústria com a média de R\$ 411 milhões no período de 1996-2006, com quedas do VAF nos anos 1998, 1999, 2004 e 2006 sendo considerado o segmento mais forte da economia local.

Em Toledo a agropecuária o segundo setor mais importante do município com VAF médio de R\$ 365 milhões representando 88,71% do VAF da indústria. Esse setor apresentou quedas nos anos 1997, 2005 e 2006. O setor de comércio passa a ser o setor de menor expressão econômica se considerar também a análise dos resultados do VAF com o valor médio de R\$ 254 milhões no período 1996-2006

essa tendência sugerem uma análise mais cuidadosa do setor para acompanhar mais de perto os setores da agropecuária e da indústria.

Os resultados do setor primário que, em 1996, respondiam por 21,76% do VAF gerado no município de Campo Mourão e até 1999 mantinha um desempenho superior ao setor secundário e a partir daí, com exceção de 2002, passou a ser superado pelo do setor secundário.

Os resultados do setor primário que, em 1996, respondiam por 41,06% do valor adicionado gerado no município de Toledo e a partir de 1997, exceto 2004, passaram a ser superado pelo do setor secundário, porém superior ao setor terciário.

O padrão que se mostrou após os anos 1990, com a consolidação da globalização, a expansão dos segmentos já instalados, reforçam e sugerem um dinamismo maior das indústrias de transformação. Na indústria, os segmentos da agroindústria, em especial a Sadia e a Coamo, são os carros-chefe nos municípios de Toledo e Campo Mourão. O município de Campo Mourão apesar das indústrias da Coamo, VRI, Colacril e Cristófoli, necessita de uma atividade do ramo industrial com potencialidades eminentes e de impacto no cenário internacional.

A indústria de Toledo que contribuiu em média acima de 1/3 do VAF do município, enquanto o setor secundário do município de Campo Mourão contribuiu aproximadamente 1/4 do VAF. Toledo a indústria continuou numa trajetória crescente, ampliando essa diferença e em 2005 respondeu por 47% da VAF municipal.

No setor terciário há um contraste de participação no VAF dos municípios analisados, enquanto para Campo Mourão é o mais importante, respondendo em média por 52,96% do VAF total e com participação acima de 50% em quase todos os anos do período considerado, Toledo por sua vez cresceu em média 24,99%, sendo que a maior participação desse setor ocorreu no ano de 1996 com 29,47%, na maioria das situações alternou entre 21 a 25%.

Resumindo o comportamento do VAF nos dois municípios, em Toledo visualiza-se uma distribuição mais equilibrada e com maior impacto financeiro nos setores primário e secundário, o setor terciário como um ponto ainda carente; enquanto isso no município de Campo Mourão, os setores primário e secundário, em relação ao setor terciário tem impactado financeiramente com menos intensidade no VAF do município.

Tabela 27 – Comparativo do Valor Adicionado Fiscal - Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006 – (em R\$)

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	Valor Adicionado Fiscal por Setor (R\$)			Valor Adicionado Fiscal por Setor (R\$)		
	Primário	Indústria	Comércio	Primário	Indústria	Comércio
1996	72.113.330,96	75.017.268,80	182.134.115,99	295.653.952,95	218.642.525,65	212.204.916,11
1997	85.829.264,24	76.023.884,34	208.370.764,00	261.012.453,59	316.840.913,87	226.818.828,67
1998	79.213.485,56	72.528.826,22	207.481.325,51	277.537.439,93	308.938.120,72	218.043.228,04
1999	93.912.059,14	72.888.095,12	213.058.667,18	292.738.123,92	296.743.416,09	232.527.426,48
2000	71.409.297,33	98.767.701,14	186.021.195,35	312.336.454,84	361.306.267,31	226.760.081,14
2001	94.746.741,05	116.339.445,02	288.050.940,80	346.694.313,75	414.389.639,24	242.295.183,92
2002	135.180.647,65	131.279.917,65	254.518.103,25	420.696.775,12	429.590.372,93	253.089.452,01
2003	143.594.757,63	152.753.673,70	284.228.837,59	457.054.938,77	528.748.512,65	297.762.336,73
2004	160.738.832,36	167.853.412,50	296.909.484,26	488.517.305,55	417.363.806,94	299.351.841,50
2005	94.543.215,48	151.600.056,44	293.920.430,87	435.003.083,94	644.101.492,70	290.664.041,32
2006	86.902.117,00	174.559.969,00	277.045.316,00	428.749.440,00	590.679.087,00	302.905.519,00

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda – Paraná (SEFA)

Tabela 28 – Distribuição do Valor Adicionado Fiscal - Setores Econômicos dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, (em Percentual)

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	Valor Adicionado Fiscal por Setor (%)			Valor Adicionado Fiscal por Setor (%)		
	Primário	Indústria	Comércio	Primário	Indústria	Comércio
1996	21,76	22,63	54,95	41,06	30,36	29,47
1997	23,14	20,50	56,18	32,41	39,34	28,16
1998	21,96	20,10	57,51	34,48	38,38	27,09
1999	24,55	19,06	55,70	32,64	33,08	25,92
2000	19,83	27,43	51,66	34,64	40,08	25,15
2001	18,84	23,13	57,27	34,51	41,25	24,12
2002	25,71	24,97	48,40	38,08	38,88	22,91
2003	24,65	26,22	48,78	35,57	41,15	23,17
2004	25,28	26,40	46,69	40,47	34,58	24,80
2005	17,44	27,97	54,23	31,74	47,00	21,21
2006	16,04	32,22	51,13	32,38	44,60	22,87

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda – Paraná (SEFA) – Elaborada pelo autor

4.2.6 Movimentações Financeiras

A movimentação financeira dos dois municípios, conforme Tabela 28, mostram como se comportaram os produtos (depósitos, aplicações e poupança) em relação aos anos de 1991, 1996 e 2000, considerando valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Essas respostas passam pelas diferentes possibilidades de remuneração aos recursos financeiros próprios aplicados que são: poupança, certificados de depósitos bancários (CDB), depósitos interbancários (DI), fundos de ações, dólar, ouro, terras e imóveis.

De maneira geral, há de se considerar que nos volumes financeiros de maior quantia, como depósitos e aplicações financeiras, o município de Campo Mourão, apesar da economia menor, superou nessas modalidades o município de Toledo.

Apenas nos depósitos de poupança (1996 e 2000) e aplicações (1996) Toledo levou vantagem absoluta sobre Campo Mourão.

As maiores variações constatadas aconteceram nas seguintes movimentações financeiras com vantagens para Campo Mourão em relação a Toledo: em relação aos depósitos, no ano de 1996 em 458,22%; nos depósitos em poupança de 75,02% no ano de 1991 e nas aplicações as variações chegaram a 144,15%.

Tabela 29 – Comparativo de Movimentações Financeiras⁴⁷ nos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Durante os Anos de 1991, 1996 e 2000 - R\$ de 2000 (Mil)

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	Movimentação Financeira			Movimentação Financeira		
	Depósitos	Aplicações	Poupança	Depósitos	Aplicações	Poupança
1991	37.719	333.838	18.613	21.043	215.634	10.635
1996	98.319	243.882	5.492	17.612	279.661	6.347
2000	66.560	319.197	15.117	43.156	130.740	20.103
Fonte: Banco Central do Brasil/Instituto de Pesquisas Econômicas						

O montante de crédito rural para custeio e investimento e comercialização para o período 1996 a 2004, de acordo com o Bacen, inicialmente observa-se que os recursos correspondem a uma parcela significativa do total de recursos previstos em cada safra, significando que a política de crédito tem influências no financiamento das safras agrícolas.

A apropriação maior dos recursos do crédito rural pelo município de Campo Mourão de 1996 para 2004 teve crescimento de 141,39% e a de Toledo foi de 55,62%.

As operações de crédito rural em média durante o período 1996-2004 no município de Campo Mourão foram de R\$ 389.113.972,91 e do município de Toledo no valor de R\$ 103.399.544,30. Em relação ao Estado Campo Mourão, em média, teve participação de 10,08% e Toledo 2,7%. Com base nos resultados apresentados conclui-se que há desigualdade na distribuição do crédito entre os dois municípios, tem na participação da Coamo o determinante principal para justificar tal diferença pela sua representatividade na área de crédito rural para atender seus associados.

⁴⁷ Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional 1991 – 1996 – 2000 (embutido nas informações da Fonte de consulta - IPEA)

Tabela 30 – Comparativo das Operações de Crédito Rural, nos anos de 1996 a 2004 – Preços Constantes de 2004

Ano	Municípios		Estado	Relação Município/Estado (%)	
	Campo Mourão	Toledo	Paraná	Campo Mourão	Toledo
1996	187.712.964,40	61.922.509,33	2.578.503.075,74	7,28	2,40
1997	568.860.522,03	165.131.546,50	4.204.562.881,90	13,53	3,93
1998	376.535.902,18	122.754.751,08	3.687.465.116,66	10,21	3,33
1999	378.466.166,36	74.350.847,97	3.381.268.073,77	11,19	2,20
2000	312.308.841,08	79.554.643,73	3.506.904.523,15	8,91	2,27
2001	416.687.268,77	123.328.120,66	4.007.571.103,68	10,40	3,08
2002	422.298.173,29	105.546.242,01	3.941.000.368,10	10,72	2,68
2003	386.030.260,07	101.641.314,45	4.406.018.499,69	8,76	2,31
2004	453.125.658,00	96.365.923,00	4.646.359.534,00	9,75	2,07

Fonte: Banco Central do Brasil/Instituto de Pesquisas Aplicadas

4.2.7 Transferências Constitucionais

No período de 1999-2006, as transferências constitucionais do Estado para os municípios apresentaram evolução dos repasses de competência estadual, referente ao município de Campo Mourão, aponta que o ICMS detém o maior volume de receita para o município, sendo o repasse de 2006 no valor de R\$ 10,4 milhões, aumento de 49,01% em relação a arrecadação de 1999, no mesmo sentido Toledo com o repasse de 24,2 milhões, aumento foi de 38,26%.

Em relação das Transferências Constitucionais do Estado, durante o período de 1999-2006, o ICMS em média, representou 73,84% para Campo Mourão e 81,7% para Toledo. Em termos de crescimento médio da arrecadação do ICMS, Campo Mourão foi de 6,39% e de Toledo 4,98%.

Ressalta-se que os repasses de ICMS de Toledo foram de 153,59% em média maiores que Campo Mourão, em todos os anos do período em análise os repasses para o município de Toledo foram superiores a Campo Mourão. O valor médio das transferências totais do Estado no período 1999-2006 foi de R\$ 11.257.531,05 para Campo Mourão e R\$ 25.719.618,31 para Toledo.

Tabela 31 – Transferência Constitucionais do Estado para os Municípios de Campo Mourão e Toledo, a Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006

Ano	Transferências do Estado para os Municípios (R\$) – Preços Constantes de 2006			
	Campo Mourão		Toledo	
	ICMS	Transferência Total ⁴⁸	ICMS	Transferência Total
1999	7.012.435,63	9.993.836,60	17.542.337,21	22.674.963,87
2000	8.250.558,65	11.453.889,10	20.608.881,63	25.928.485,38
2001	8.188.633,55	11.080.332,19	20.897.538,94	25.738.531,89
2002	7.536.105,33	10.353.872,78	19.928.370,83	24.844.316,87
2003	8.278.384,34	10.755.567,44	20.229.009,73	23.875.590,26
2004	7.727.209,06	10.473.556,02	20.862.167,46	24.913.153,67
2005	9.054.475,67	12.136.491,23	23.786.185,34	28.363.652,55
2006	10.449.243,00	13.812.703,00	24.253.914,00	29.418.252,00

Fonte: Secretaria de Estado das Finanças – SEFA

No período de 1999-2006, o município aumentou a sua arrecadação, em boa parte se deve aos fundos provenientes do Governo Federal, que representam, neste caso, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em média representa 55,84% dos repasses federais para o município de Campo Mourão e 52,92% para o município de Toledo em relação ao total das transferências do Governo Federal.

Num comparativo dos valores, o município de Toledo tem vantagens em todos os anos do período analisado. No ano de 2006 a relação do FPM com os repasses totais para o município de Campo Mourão foi de 57,88% e Toledo foi de 56,77% isso caracteriza o peso relativo dos municípios nas transferências federais. A maior participação do FPM, no município de Campo Mourão, em relação às transferências totais do Governo Federal, foi em 2001 com 58,52% e a menor foi de 49,72% em 2004; e no município de Toledo a maior participação foi de 56,77% em 2006 e a menor em 1999 com 47,28%.

No período 1999-2006, os valores reais do FPM tiveram significativas elevações das transferências federais. As transferências do FPM no período 2002-2003 foram negativas em 6,65% para Campo Mourão e a mais expressiva foi do período 2004-2005 com 46,67%. No município de Toledo as variações foram negativas de 3,62% no período 2002-2003 e a maior 2004-2005 de 20,38%.

O crescimento da receita dos municípios após a Constituição de 1988, ao contrário do que normalmente é divulgado, não se deve somente ao aumento das transferências federais e estaduais. Nas cidades como Campo Mourão e Toledo e principalmente as maiores, os resultados tendem a ser explicados pela

⁴⁸ Os repasses do Governo Estadual se referem ao ICMS, IPVA, Royalties e Fundo de Exportação.

modernização fazendária e, após a estabilização, pela melhoria dos sistemas de avaliação do valor das propriedades imobiliárias e pelo crescimento dos serviços à frente da indústria e do comércio.

Tabela 32 – Transferências Constitucionais Federais para Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006

Ano	Transferências Federal para os Municípios (R\$) – Preços Constantes de 2006			
	Campo Mourão		Toledo	
	FPM	Transferência Total ⁴⁹	FPM	Transferência Total
1999	7.496.351,66	13.115.488,32	8.634.981,93	18.264.388,01
2000	7.694.597,44	13.513.781,44	9.514.228,88	19.317.114,65
2001	8.233.681,04	14.069.413,30	10.385.338,47	19.914.044,45
2002	8.852.277,56	15.354.983,38	10.868.826,56	20.425.491,59
2003	8.263.326,39	16.023.718,25	10.475.723,67	20.070.849,13
2004	8.485.131,87	17.065.118,56	11.830.172,27	22.040.711,25
2005	12.444.915,07	21.797.678,53	14.241.683,28	25.477.795,38
2006	13.566.694,00	23.440.599,00	15.510.830,00	27.321.010,00

Fonte: Secretaria de Estado das Finanças – SEFA

As receitas municipais resultam basicamente das transferências do Estado e da União mais as Receitas Tributárias.

Para os repasses federais do município de Campo Mourão, considerando os valores deflacionados foram registrados crescimentos em todos os períodos analisados. O município de Toledo para os repasses federais, com valores deflacionados, mostrou comportamento abaixo do crescimento contabilizado em Campo Mourão, registrando queda 1,74 no período 2002-2003.

Para os repasses estaduais do município de Campo Mourão, considerando os valores deflacionados foram registradas variações positivas exceto quedas de nos períodos 2000-2001; 2001-2002 e 2003-2004 sacrificando alguns investimentos de cunho social e econômico. O município de Toledo para os repasses estaduais, com valores deflacionados, mostrou comportamento semelhante a Campo Mourão, registrando queda nos períodos 2000-2001; 2001-2002 e 2002-2003.

Para as receitas próprias do município de Campo Mourão, considerando os valores deflacionados foram registradas quedas nas variações nos períodos 1999-2000; 2001-2002; 2004-2005. O município de Toledo para as receitas próprias do município, com valores deflacionados, mostrou queda somente no período 2002-2003.

⁴⁹ Os repasses do Governo Federal se referem ao FPM, ITR, Lei Candir 87, CIDE, FEX e FUNDEF.

Na comparação do comportamento das receitas próprias com o somatório das principais fontes de arrecadação (transferências federal e estadual e receitas próprias) a participação da arrecadação própria, no período 1999-2006, no município de Campo Mourão foi em média 31,4% e em Toledo de 25,2%. Se considerada a receita própria de 1999 e 2006 observa-se uma queda de 4,77% no município de Campo Mourão e um aumento de 57,28% no município de Toledo.

A média das variações das receitas tributárias próprias durante o período 1999-2006 apresentou negativa 0,43% para Campo Mourão e positiva para Toledo com 6,99%, demonstrando a estagnação dessas receitas no município de Campo Mourão.

A maior parte arrecadação do município de Campo Mourão, durante o período de 1999-2006 foi proveniente do Governo Federal com média de 41,28% da receita das três principais fontes de arrecadação. A média das transferências estaduais foi de 27,67% e as receita próprias com 31,05%. Comportamento oposto foi do município de Toledo, para igual período, a maior parte dessas entradas foi das transferências estaduais com 40,62%, em seguida as transferências do Governo Federal com 34,12% e por último a arrecadação própria com 25,26%.

Comparando o desempenho de arrecadação dos municípios, constata-se que em média dos períodos em análise, o município de Toledo quando comparado com a arrecadação do município de Campo Mourão detinha 28,61% a mais de receitas proveniente das transferências do Governo Federal; 128,47% das receitas com origem do Estado e 26,57% sobre a receita tributária ou arrecadação própria municipal.

Em termos de valores financeiros reais um excedente médio na ordem de R\$ 22.624.725,99 (R\$ 63.314.179,96 – R\$ 40.689.453,97) o município de Toledo superou o município de Campo Mourão. No mesmo sentido para o ano de 2006 a diferença a favor de Toledo é de R\$ 27.289.251,00 (77.217.039,00 – 49.227.788,00).

Considerando o ano 2006 a arrecadação per capita proveniente da composição das transferências e da receita tributária, se comportou da seguinte maneira: a) nas transferências do Governo Federal, Campo Mourão foi de R\$ 284,63 e Toledo e R\$ 255,26; b) nas transferências do Governo Estadual, Campo Mourão foi de R\$ 167,72 e Toledo R\$ 274,85; c) nas receitas tributárias do município, Campo Mourão foi de R\$ 153,90 e Toledo R\$ 191,32 e d) no total das receitas, Campo Mourão foi de 606,26 e Toledo R\$ 721,43.

Tabela 33 – Principais Receitas dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Preços Constantes de 2006, Período de 1999-2006

Ano	Campo Mourão			Toledo		
	Federal	Estadual	Própria ⁵⁰	Federal	Estadual	Própria
1999	13.115.488,32	9.993.836,60	13.309.791,28	18.264.388,01	22.674.963,87	13.019.868,82
2000	13.513.781,44	11.453.889,10	12.113.461,11	19.317.114,65	25.928.485,38	14.385.168,10
2001	14.069.413,30	11.080.332,19	12.533.622,16	19.914.044,45	25.738.531,89	14.665.623,66
2002	15.354.983,38	10.353.872,78	11.843.012,08	20.425.491,59	24.844.316,87	16.579.246,25
2003	16.023.718,25	10.755.567,44	12.494.993,64	20.070.849,13	23.875.590,26	15.009.543,65
2004	17.065.118,56	10.473.556,02	13.772.631,89	22.040.711,25	24.913.153,67	16.214.536,60
2005	21.797.678,53	12.136.491,23	12.332.604,39	25.477.795,38	28.363.652,55	17.573.324,61
2006	23.440.599,00	13.812.703,00	12.674.486,00	27.321.010,00	29.418.252,00	20.477.777,00

Fonte: Secretaria de Estado das Finanças – SEFA

4.3 AGROPECUÁRIA

4.3.1 Estrutura Fundiária por Estabelecimentos

Em conformidade com os bancos de dados do IBGE/Sidra, o Paraná no ano de 1996 detinha 282.167 estabelecimentos, a mesorregião Centro Ocidental Paranaense com 30.941 estabelecimentos representando 10,97% do Estado e a mesorregião Oeste Paranaense com 40.014 estabelecimentos respondia por 28,22% do Estado. Enquanto isso Campo Mourão com 1.065 estabelecimentos era responsável por 0,38% e Toledo com 3.462 estabelecimentos respondia por 1,23% do Estado, porém para as respectivas microrregiões, Campo Mourão participava de 12,05% e Toledo com 15,67% dos estabelecimentos. Na quantidade de estabelecimentos explorados, os do município de Toledo superam aos de Campo Mourão em 2.397 unidades, isto representa 225% de estabelecimentos a mais.

A Tabela 33 mostra que o grupo de área entre menos e 1 a mais de 5 hectares que é de domínio dos mini-produtores, usados praticamente para agricultura de subsistência, apontava que 15,77% do total dos estabelecimentos em Campo Mourão e 12,94% no município de Toledo.

Em 1996, os estabelecimentos que tinham menos de 10 hectares controlavam 31,08% (Campo Mourão) e 26,81% (Toledo) do total de estabelecimentos; No outro extremo, dos estabelecimentos com 1.000 hectares e mais, em 1995, 0,47% (Campo Mourão) e 0,09% (Toledo) dos estabelecimentos detinham essa área,

⁵⁰ A Receita própria do município se refere ao IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhorias.

sendo que nesse, último grupo, cabe uma ressalva, pois a área ocupada pelos estabelecimentos não ultrapasse a classe de 2.000 a menos de 5.000.

Esses dados apresentados revelam a natureza da representatividade econômica desses municípios, qualidade da agropecuária praticada, predominância de proprietários, percentual considerável de estabelecimentos com até 10 hectares e um número reduzido de estabelecimentos com 500 hectares ou mais.

Tabela 34 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total e Condição Legal das Terras - 1996

Área total (hectares)	Campo Mourão				Toledo			
	Condição legal das terras				Condição legal das terras			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
Menos de 1	10	-	-	1	34	1	2	4
1 a menos de 2	15	1	-	12	40	8	2	-
2 a menos de 5	73	28	7	21	290	29	20	18
5 a menos de 10	109	31	7	16	397	34	32	17
10 a menos de 20	145	37	13	9	695	80	54	12
20 a menos de 50	175	44	7	6	819	140	149	13
50 a menos de 100	88	25	4	4	256	69	60	4
100 a menos de 200	57	17	1	2	70	22	13	3
200 a menos de 500	58	12	2	1	42	12	3	2
500 a menos de 1.000	17	2	3	-	9	1	2	1
1.000 a menos de 2.000	2	-	2	-	1	-	-	-
2.000 a menos de 5.000	1	-	-	-	2	-	-	-
5.000 a menos de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 a menos de 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
100.000 hectares e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	750	197	46	72	2.655	396	337	74

Fonte: IBGE/Sidra (306) - Nota: Estabelecimentos (1) área própria; (2) área arrendada; (3) área em parceria e (4) área ocupada).

4.3.2 Produção Agropecuária

Analisando os dados relacionados aos municípios de Campo Mourão e Toledo que se apresentam como potenciais produtores de grãos, notadamente, os produtos soja e milho. Nesse contexto, estarão sendo discutidos comparativamente da área total quantidade produzida (t) e produtividade (kg/ha.). A análise de tais culturas se faz importante por serem as mais significativas no Estado e no Brasil.

A área total do município de Toledo é cerca de 50% maior que a de Campo Mourão nos dois municípios, com exceção da safra 2005-2006 em que houve redução cerca de 40% da área da área total de Campo Mourão, para os demais períodos não houve grandes alterações de área de plantio. A produção agrícola de

Toledo que era de 728.550 (t) na safra 2002-2003, caiu para aproximadamente 500.000 (t) apesar de praticamente mantida a área destinada a produção.

Considerando as médias da área, produção e produtividade durante as quatro safras analisadas a área total do município de Toledo o milho ocupava 19,78% e a soja 33,53%, enquanto que Campo Mourão o milho ocupava apenas 2,33% e a soja 40,83%.

A soja é o principal produto em ambos os municípios, porém a área de plantio da soja em relação a área total indica Campo Mourão com maior proporcionalidade que o município de Toledo, este por sua vez, talvez pelas características da região e do próprio município de Toledo é identificado plantio de milho em área de aproximadamente 85% superior a Campo Mourão.

TABELA 35 – Comparativo da Produção Agrícola Total dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL				
Município	Safra	Área Total (ha)	Produção (Toneladas)	Produtividade (Kg/ha)
Campo Mourão	2002/2003	132.766	417.339	3.143
Toledo	2002/2003	203.544	728.550	3.579
Campo Mourão	2003/2004	132.067	361.658	2.738
Toledo	2003/2004	201.064	460.206	2.345
Campo Mourão	2004/2005	126.615	289.191	2.284
Toledo	2004/2005	202.244	539.560	2.701
Campo Mourão	2005/2006	76.376	211.123	2.764
Toledo	2005/2006	202.073	497.124	2.472

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB/ Departamento de Economia Rural – Deral

Tabela 36 – Comparativo da Produção Agrícola Milho dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MILHO (SAFRA NORMAL)				
Município	Safra	Área Total (ha)	Produção (Toneladas)	Produtividade (Kg/ha)
Campo Mourão	2002/2003	2.100	17.062	8.125
Toledo	2002/2003	4.000	34.800	8.700
Campo Mourão	2003/2004	1.900	15.438	8.125
Toledo	2003/2004	3.000	22.200	7.400
Campo Mourão	2004/2005	1.900	15.437	8.125
Toledo	2004/2005	3.000	24.000	8.000
Campo Mourão	2005/2006	5.000	35.950	7.190
Toledo	2005/2006	6.000	37.200	6.200

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB/ Departamento de Economia Rural – Deral

Tabela 37 – Comparativo da Produção Agrícola Milho dos Municípios de Campo Mourão e Toledo, Safras do período de 2002-2006

PRODUÇÃO AGRÍCOLA SOJA				
Município	Safra	Área Total (ha)	Produção (Toneladas)	Produtividade (Kg/ha)
Campo Mourão	2002/2003	48.000	151.680	3.160
Toledo	2002/2003	67.000	232.490	3.470
Campo Mourão	2003/2004	49.000	134.750	2.750
Toledo	2003/2004	68.600	164.640	2.400
Campo Mourão	2004/2005	48.500	110.580	2.280
Toledo	2004/2005	69.300	188.496	2.720
Campo Mourão	2005/2006	45.500	124.078	2.727
Toledo	2005/2006	66.300	147.843	2.230

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB/ Departamento de Economia Rural – Deral

A receita obtida na comercialização da soja e do milho relativa aos anos de 1990, 1996, 2000 e 2006 que pode ser visualizada em termos percentuais nas Tabela 37. Os rendimentos dos dois produtos nesses anos responderam em média por 77,27% no município de Campo Mourão e 82,45% em Toledo em relação a produção agrícola municipal.

Os resultados auferidos através dos dois produtos representam que, grande parte da receita do município está vinculada a produção desses produtos e o seu desencadeamento para outros setores econômicos mede a representação econômica no desenvolvimento econômico dos municípios objetos dessa análise.

Tabela 38 – Comparativo do Valor da Produção das Culturas do Milho e da Soja (%)

Ano	Campo Mourão		Toledo	
	Valor da produção (Percentual)		Valor da produção (Percentual)	
	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
1990	12,21	58,74	26,93	42,90
1996	18,00	57,01	17,57	66,27
2000	13,14	65,43	12,88	81,63
2006	17,30	67,24	21,91	59,72

Fonte: IBGE/SIDRA – Tabela 1612

A produção pecuária dos municípios de Campo Mourão e Toledo se caracterizam de forma diferente, enquanto Campo Mourão a bovinocultura predomina no município de Toledo a suinocultura e aves, pela ordem dominam os rebanhos.

O município de Toledo concentra o segundo maior rebanho de suínos do país e o primeiro do Paraná. A produção de aves corresponde a 39% do PIB agropecuário do Município, o que transforma o município como o maior produtor de

aves do Estado. O rebanho bovino é uma alternativa econômica que tem destaque na produção de gado leiteiro, onde a produção ocupa o quinto lugar do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO).

Uma outra vantagem na cidade de Toledo é a presença da Sadia como carro-chefe na produção derivada da pecuária, além da existência de cooperativa de leite, laticínio e etc.

Conforme Tabela 38, no ano de 2006 o rebanho suíno de Toledo totalizou 402.177 cabeças, aves 8.311.535. Com relação ao Estado e ainda durante o ano de 2006, o rebanho de suínos de Toledo correspondia a 8,97% e Campo Mourão 0,23%; o rebanho de bovino Toledo respondia por 0,54% e Campo Mourão 0,25%; e finalmente o rebanho de galináceo do município de Toledo era responsável por 4,58% e Campo Mourão por 0,02%.

Nos municípios de Campo Mourão e Toledo, a distribuição de animais não se dá de forma homogenia em função da própria característica vocacional regional, por isso a pecuária de Toledo é muito mais evoluída devido à intervenção comercial da Sadia e a tradição dos seus produtores, além da comercialização local e regional da matéria-prima oriunda dos rebanhos da pecuária.

Tabela 39 – Efetivo dos Principais Rebanhos no Paraná, Campo Mourão e Toledo, durante os anos de 1990, 1996, 2000 e 2006 (em cabeças)

Unidade da Federação e Municípios	Tipo de rebanho	Ano/Quantidade			
		1990	1996	2000	2006
Paraná	Bovino	8.616.783	9.879.889	9.645.866	9.764.545
	Suíno	3.561.765	4.065.636	4.224.838	4.486.035
	Galináceos	72.967.956	97.185.072	142.477.731	181.499.881
Campo Mourão	Bovino	44.900	32.720	30.976	24.320
	Suíno	7.600	5.000	8.023	10.100
	Galináceos	101.000	43.600	30.003	38.600
Toledo	Bovino	66.214	53.708	55.384	52.975
	Suíno	163.820	214.980	262.809	402.177
	Galináceos	9.353.893	5.748.834	7.554.150	8.311.535
Fonte: IBGE/Sidra (Tabela 73)					

4.3.3 Bens e Investimentos Agropecuários

Os números da Tabela 39 mostram que o crescimento real no município de Campo Mourão acelerou-se no período de 1970-1975, saltando 221,92% o valor dos bens agropecuários, reduzindo o ritmo de crescimento no período 1975-1980 para o crescimento de 24,34% e reaquecendo para uma variação de 65,08% no período de

1980-1985. Enquanto isso no município de Toledo para os mesmos períodos o crescimento foi, respectivamente, de 312,64%; 11,61% e 78,81%.

Segundo o Banco do Brasil (2005), o crédito de investimento agropecuário através das políticas agrícolas tem proporcionado aos produtores rurais condições que permitam o comprometimento do empréstimo para construção de infra-estruturas de produção agroindustrial, aquisição de animais, compra de maquinaria e equipamentos utilizados na atividade agropecuária (tratores, colheitadeiras, etc.); e construção de unidades de armazenamento e conservação de mercadorias.

Em relação aos investimentos realizados na agropecuária durante o período 1970-1996 nos municípios de Campo Mourão e Toledo. Os volumes praticados em Toledo têm sido expressivos quando comparados ao município de Campo Mourão, ou seja, no ano de 1970 a diferença chegou a 166,19%, reduzindo para 159,11% (1975); aumentando para 183,76% (1980); em 1985 ficando mais próximos com variação de 14,38% e finalmente a variação mais intensa, chegando a 286,37% no ano de 1996. Nesse último ano praticamente não houve investimentos significativos, se comparados com os anos anteriores, sendo que no período 1985-1996 houve redução nos investimentos de 92,09% no município de Campo Mourão e de 73,29% no município Toledo, dados extremamente preocupantes pelos níveis de investimentos nos anos anteriores, como por exemplo, no período de 1970-1975 o incremento dos investimentos em ambos os municípios ficou em torno de 180%.

Tabela 40 – Valor dos Bens e Investimentos Realizados na Agropecuária pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo, durante os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985 (R\$ de 2000)

Ano	Valor dos Bens Agropecuários		Investimentos na Agropecuária	
	Campo Mourão	Toledo	Campo Mourão	Toledo
1970	302.221	388.462	8.642	23.004
1975	972.923	1.602.950	24.336	63.082
1980	1.209.773	1.789.098	30.068	85.321
1985	1.997.128	3.199.160	58.988	67.473
1996	-	-	4.665	18.024

Fonte: IBGE/IPEA - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (IPEA)

4.3.4 Resultados Financeiros da Agropecuária

O Valor Bruto da Produção Agropecuária municipal (VBP) apurado para o período 1996-2006 (Tabela 40) aponta para o faturamento médio de R\$ 113 milhões (Campo Mourão) R\$ 638 milhões (Toledo), assim, Campo Mourão responde por

0,52% e Toledo por 2,97% de participação no Paraná cujo faturamento médio alcançou de R\$ 22,4 bilhões.

Em relação ao Estado, 0,58% foi a melhor participação de Campo Mourão em 1998 e 3,98% em Toledo no ano de 1996. A produção agropecuária mais relevante foi em 2003, R\$ 177 milhões em Campo Mourão e R\$ 796 milhões em Toledo.

Considerando a variação dos valores da produção agropecuária (Tabela 48) dos períodos entre 1996 a 2006, ficou constatada no município de Campo Mourão a queda do valores da produção agropecuária de 4,02% no período 1996-1997; 4,39% no 1999-2000; 10,18% no período 2003-2004; 45,16 no período 2004-2005. No município de Toledo as quedas do valor da produção agropecuária de 6,08% no período 1997-1998; 9,19% no período 1999-2000; 5,19% no período 2003-2004; 7,88% no período 2004-2005 e 11,47% no período 2005-2006.

No período de 2004-2005 o município de Campo Mourão conviveu com uma queda de 45,16% do valor da produção agropecuária no mesmo período o valor da produção agropecuária de Toledo diminuiu 7,88% causadas pelas adversidades climáticas adversidades climáticas que influenciou na redução da produção de grãos.

Tabela 41 – Resultados Financeiros na Produção Agropecuária pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo, no período 1996-2006

Ano	Produção Agropecuária (R\$) – Preços Constantes			Participação na Produção Agropecuária do Estado (%)	
	C. Mourão	Toledo	Paraná	C. Mourão	Toledo
1996	94.237.328,76	595.940.016,46	14.968.217.209,57	0,63	3,98
1997	90.448.169,79	600.366.910,96	16.213.221.441,04	0,56	3,70
1998	96.007.590,48	563.840.337,80	16.566.527.024,03	0,58	3,40
1999	100.938.995,00	601.226.402,89	18.212.135.786,13	0,55	3,30
2000	96.511.489,07	545.973.870,14	18.887.830.036,30	0,51	2,89
2001	121.033.195,64	608.145.690,08	21.286.524.992,75	0,57	2,86
2002	129.292.787,13	645.553.594,78	24.098.560.478,15	0,54	2,68
2003	177.575.461,74	796.051.461,83	32.138.473.029,05	0,55	2,48
2004	159.505.951,74	754.727.738,64	31.620.825.361,99	0,50	2,39
2005	87.465.585,91	695.253.414,58	26.747.498.765,58	0,33	2,60
2006	88.977.084,00	615.519.047,00	25.779.140.141,00	0,35	2,39

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda – Paraná (SEFA)

Os dados da Tabela 41 propõem a comparação da relação PIB e população com as variáveis Transferências do Governo Federal (T. Federal), Transferência Estadual (T. Estadual), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Impostos de

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Receita Tributária Municipal (R. Tributária), Valor Bruto da Produção (V.B.P.) e Valor Adicionado Fiscal (V.A.F.).

Os números mostram de forma geral um comportamento mais agressivo do município de Toledo em relação a Campo Mourão, onde destacam-se o V.B.P. e V.A.F. tanto em relação ao PIB como per capita, principalmente o V.B.P. que tem a participação de 37,6% do PIB municipal e R\$ 5.750,54 per capita/ano, além do V.A.F. que responde por 80,9% do PIB e R\$ 12,372,24 per capita/ano.

Por outro lado, Campo Mourão tem vantagem relativa, notadamente nas transferências federais que inclui o FPM, neste caso essa participação é de 1,95% do PIB contra 1,67% do município de Toledo. O que preocupa é a baixa arrecadação per capita no ICMS em que responde por R\$ 126,88 contra R\$ 226,60 que corresponde a 78,59% menor que o ICMS per capita de Toledo.

Tabela 42 – Relação PIB e População com Variáveis de Receitas, ano de 2006

Variáveis	Campo Mourão		Toledo	
	PIB (%) (preços constantes)	População (R\$) (per capita)	PIB (%) (preços constantes)	População (R\$) (per capita)
Transf. Federal	1,95	284,63	1,67	255,26
Transf. Estadual	1,15	167,72	1,80	274,85
FPM	1,13	164,74	0,95	144,92
ICMS	0,87	126,88	1,48	226,60
Rec. Tributária	1,05	153,90	1,25	191,32
V.B.P.	7,40	1.080,42	37,60	5.750,54
V.A. F.	45,07	6.579,47	80,90	12.372,35

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA), IPARDES/ IBGE (elaborada pelo autor)

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos durante o processo de pesquisas e buscas de informações a respeito das diferentes dinâmicas de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo. Procurou-se, inicialmente desenvolver uma leitura comparativa de dados julgados pertinentes a se alcançar respostas à pergunta central.

Com base na fundamentação teórica, na caracterização dos municípios e na base de dados, inicialmente esse estudo foi contemplado com as variáveis gerais (população, emprego, indicadores sociais e de desenvolvimento), completando com as variáveis econômicas e variáveis agropecuárias.

O levantamento e integração das informações por grupos de variáveis, nos capítulos anteriores, utilizando os critérios da Economia, permitiram sistematizar, quantificar, qualificar e hierarquizar os indicadores de cada um dos aspectos eleitos para diagnóstico de modo a identificar as diferenças de comportamento das dinâmicas de desenvolvimento econômico entre os dois municípios estudados. Desta forma, procedeu-se à análise dos dados cujos resultados permitiram sua posterior discussão.

5.1 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO (DADOS GERAIS)

Como visto nos dois capítulos que antecedem a esse, dados e informações sobre os municípios de Campo Mourão e Toledo conduzem a análise das diferenciadas dinâmicas de desenvolvimento econômico desses municípios durante o período proposto e de acordo com a disponibilidade das informações dos Institutos oficiais. Enquanto diversas atitudes de desenvolvimento econômico eram aplicadas, resultados também diferentes entre os setores econômicos mostravam os motivos das políticas de desenvolvimento diferentes entre um e outro município.

Utilizando-se do raciocínio exposto no capítulo anterior, cada um dos municípios escolhidos para realizar o estudo apresenta peculiaridades econômicas e sociais que as diferenciam um do outro. Essas características tão particulares, na realidade refletem o resultado de sua adaptação ao meio que lhes coube como

espaço do estágio de desenvolvimento que se encontram. Embora os dois municípios estejam situados em regiões próximas, os entornos geográficos, as formas de ocupação e distribuição demográfica são diferenciadas de acordo com o caráter histórico dos municípios de Campo Mourão e Toledo as dinâmicas de desenvolvimento praticadas individualmente.

5.1.1 A Variável População e os Impactos para o Desenvolvimento Econômico

Os estudos relacionados a densidade demográfica, a que se refere a Tabela 2, mostram que o município de Campo Mourão se apresenta com mais de espaço físico por habitante que a média paranaense e o município de Toledo. Esse espaço credencia ao município de Campo Mourão, desde que ofereça oportunidades econômica e social, a atrair novos habitantes para fazer frente a sua disponibilidade geográfica.

O crescimento populacional durante o período 1970-2006 foi muito favorável ao município de Toledo não só em relação a Campo Mourão como também sobre o Estado. Comparando a média de crescimento durante o período em análise, Campo Mourão praticamente ficou estagnado no município de Campo Mourão com menos de 1% - enquanto no município de Toledo e o Estado cresceu cerca de 5%.

A desigualdade entre os municípios pode ser inicialmente visualizada pelo comportamento populacional ao longo do tempo. Campo Mourão concentrou mais população na década de 1970 e a partir da década de 1980 o crescimento populacional do município de Toledo foi bem mais expressivo, e caso as políticas econômicas no município de Campo Mourão não tomem rumos mais expansionistas essas diferenças poderão ser mais acentuadas.

Os números populacionais descritos no capítulo 4 retratam uma ocupação maior de espaço em Toledo, que de acordo com Boudeville (1972) acaba se concretizando como região mais polarizadora, ou seja, quando essa região determina-se a partir de um pólo urbano-industrial influenciou a população circunvizinha a se estabelecer em sua área geográfica e com isso alcançou crescimento populacional superior ao município de Campo Mourão. O maior crescimento populacional de Toledo expressou-se em movimentação financeira no comércio e indústria em maior volume, conseqüentemente mais demandas foram absorvidas e o município se beneficiou com a circulação de moeda, aumento de

produção, oferta de emprego atração de investimentos entrada de mais pessoas para compor a economia local.

Os municípios em análise apresentam graus de urbanização acima da média estadual, Toledo como apresentava índices mais baixos nos anos 1970 o crescimento relativo foi maior, porém, o município de Campo Mourão tem uma população urbanizada de 5% superior a Toledo (IBGE/Censo 2000), que se comprova com os investimentos mais consistentes na agropecuária.

Isso caracteriza que, conforme Boudeville, (1973, apud Oliveira e et. al, 2007), os interesses comerciais das aglomerações em que as zonas rural e urbana mantêm um intercâmbio e interdependência constitui-se uma região em torno do capital regional, por isso, mesmo o menor grau de urbanização de Toledo, não foi suficiente para fazer frente aos resultados econômicos, principalmente pela competência diferenciada do setor agropecuário do município que foi capaz de manter o homem no campo.

Para Vázquez Barquero (1999) é fundamental que o poder público atue com ações organizadoras do processo, para impedir que aconteçam desequilíbrios entre os fatores econômicos, os componentes humanos, do meio ambiente, culturais, educacionais e outros envolvidos, visto que, esse crescente grau de urbanização pressupõe maiores investimentos em infra-estrutura, tais como, moradias habitacionais, água, luz, esgoto, asfalto, transporte e atendimento aos serviços públicos (educação, saúde, segurança).

Vázquez Barquero (1999) entende desenvolvimento endógeno como “um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local utilizando o potencial de desenvolvimento, que conduz a melhora de vida da população local”. Essa urbanização significa uma grande demanda por alimentos processados, por isso essa mudança estrutural para atender a população de Campo Mourão e Toledo mais a das suas respectivas microrregiões representam um mercado consumidor urbano de 50% da população total que necessitando de alimentos e outros produtos processados pela agroindústria.

Essa exigência de consumo aponta diretamente para a produção local através de pólo agroindustrial, impulsionados pelas empresas do ramo, como as cooperativas principalmente para o município de Campo Mourão. Ao passo que Toledo se encontra mais fortalecido nesse processo com a Sadia e outras cooperativas.

Para essa situação, Polèse (1999) e Barquero (2000-2002) orientam que a ação da teoria do desenvolvimento endógeno é de criar condições e suportes para enfrentar os desafios e problemas devido às mudanças no perfil produtivo para atender as demanda de emprego e criar novas frentes de produção e promover mudanças estruturais da economia.

A baixa concentração populacional no meio rural pode caracterizar, principalmente, como um alto padrão tecnológico de produção agrícola, com a utilização de máquinas e implementos - fator de substituição de mão-de-obra e aumento da produtividade. Campo Mourão e Toledo, em função da alta tecnologia e outros recursos de produção, a população rural diminuiu.

Nessa linha, Ray (1998) questiona que resta saber os caminhos a seguir para atingir os resultados, além da avaliação do grau de desenvolvimento, nesse caso, da capacidade tecnológica dos produtores a que se submete uma região com características desenvolvida ou menos desenvolvida.

A população de até 39 anos, correspondia a cerca de 80% do total da população desses dois municípios, entre os anos de 1970 e 2000. Por outro lado, as pessoas acima de 60 anos de idade, correspondiam cerca de 5% do total da população de Campo Mourão e Toledo. Esses dados sugerem a conclusão que os dois municípios são jovens em termos de população e de emancipação política⁵¹.

Como o desenvolvimento humano, segundo Ray (1998) não se limita aos conceitos da renda per capita como uma medida operacional, mas os cuidados, políticas públicas que possam dar condições de vida mais longa a população. Por isso, a preocupação com a *qualidade de vida da população* é prioridade nos municípios de Toledo e Campo Mourão que estão acima da média nacional. De acordo com o IBGE/Censo 2000, a longevidade Toledo é de 74,4 anos com índice de longevidade superior ao de Campo Mourão que é de 67,99.

Ainda, de acordo com a mesma fonte, a mortalidade infantil de Toledo é menor que a de Campo Mourão em 12,57 crianças a cada mil nascidos vivos. Esses indicadores indicam uma superioridade significativa de Toledo em relação a Campo Mourão nas questões de longevidade e mortalidade infantil que revelam como sendo como pontos fortes e atrativos para o desenvolvimento.

⁵¹ Tanto em relação aos mais jovens com para a população mais idosa o comportamento estatístico é tecnicamente igual, obedecendo as devida proporções de dimensões comparativas.

5.1.2 O Emprego no Contexto Municipal

A superioridade da População Economicamente Ativa do município de Toledo a partir dos anos 1980 credenciou o município de Toledo com elevado crescimento interno de sua economia. Ainda em relação à PEA os dois municípios, de acordo com os números apresentados se comportaram praticamente no mesmo sentido quanto à comparação com a população total, ressaltando os melhores indicadores no município de Toledo.

A proporção de dependentes por trabalhadores chega a aproximadamente é de um dependente para cada dois trabalhadores com uma pequena vantagem para o município de Toledo conforme aponta as Tabelas 8 e 11. Da população total efetivamente empregada é atribuída a responsabilidade pela sobrevivência de 52,08% em Campo Mourão e 49,87% em Toledo dos dependentes.

De acordo com Barquero, havia a necessidade da orientação para a ação da teoria do desenvolvimento endógeno criando suportes para enfrentar os desafios e problemas relacionados às mudanças de ordem produtiva, dentre aquelas relacionadas com a geração de emprego, de criação de novas frentes de produção e de mudanças estruturais da economia para enfrentar a demanda por trabalho.

As movimentações de empregos formais nos municípios de Campo Mourão e Toledo, foram bem parecidas e mostraram a importância desses municípios em comparação com suas respectivas microrregiões, em que detêm praticamente a metade dessas movimentações, embora no município de Campo Mourão os desligamentos de 11% a mais que o município de Toledo.

Toledo apresenta-se como maior empregador entre os setores de atividades e na movimentação de empregos no período de 2000-2006, quando observado o saldo das admissões menos desligamentos que foi favorável ao município de Toledo. Isso ratifica a afirmação de Vázquez Barquero (2001) quanto à utilização do potencial de desenvolvimento endógeno sendo estimulada pelo dinamismo da sociedade mesmo em momentos em que os governos se mostrem incapazes de administrar o emprego e a inovação, o nível de empregabilidade cresce como foi o caso do município de Toledo nesse período.

Isso quer demonstrar que com o aumento da quantidade de empregos diretos em determinado setor da economia, outros setores de atividade são estimulados a

aumentar a produção e gerar empregos adicionais, sendo, portanto identificada uma externalidade positiva.

A população ocupada urbana a partir dos anos 80 foi superior a população ocupada rural refletindo na dinâmica de desenvolvimento diferenciada de Toledo que mantém cerca 5% a mais que Campo Mourão de pessoas ocupadas, significando menor índice de desemprego.

Em ambos os municípios o predomínio dos estabelecimentos ligados ao comércio e serviços foi predominante durante o período de 1996-2006. O comércio e a indústria quantitativamente refletem as dinâmicas de desenvolvimento econômico, notadamente quando se constata mais equilíbrio na distribuição de riquezas entre os setores da economia. No segmento da agropecuária os dois municípios tinham comportamentos semelhantes no período 1996-2005, entretanto em 2006 o município de Toledo se destaca com 25,58% a mais que Campo Mourão.

5.1.3 Índices de Desenvolvimento para os Municípios

Para Ray (1998) apud Streeten (1994), os indicadores sociais refletem o nível de desenvolvimento da população, oferecendo melhores condições de sobrevivência pelos níveis de renda, saúde e educação e nesse particular o município de Toledo apresentou nos últimos censos, desempenho mais qualificado que o município de Campo Mourão, notadamente, no IDH-M 0,827 (Censo de 2000), que é um índice acima da média para a maioria dos países em processo de desenvolvimento. Os números alcançados pelo município de Toledo o credenciou em posições privilegiadas no ranking estadual e nacional, graças a sua dinâmica de desenvolvimento.

Diante disso, fica claro o melhor desempenho do município de Toledo e por outro lado, as políticas públicas para o município de Campo Mourão (IDH-M de 0,774) terão que ser mais agressivas para recuperação de procedimentos não tomados anteriormente e que possibilitou, de acordo com o Censo de 2000, o município de Toledo apresentar níveis de desenvolvimento humano em 6,85% superior ao IDH-M de Campo Mourão.

5.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As informações contidas nos capítulos anteriores direcionam análises das diferentes dinâmicas de desenvolvimento econômico dos municípios de Campo Mourão e Toledo. Enquanto diversas atitudes de desenvolvimento econômico eram aplicadas, resultados também diferentes entre os setores econômicos acabam mostrando os motivos na qual as políticas de desenvolvimento de um município é mais bem sucedida que a outra.

Com base na fundamentação teórica, na caracterização dos municípios e na base de dados, esse item tem o objetivo de analisar os resultados das variáveis econômicas (PIB, Valor Adicionado, Rendimentos, Transferências Constitucionais, Depósitos, Aplicações, Créditos Rurais e Exportações), para posteriormente, no próximo item completar o capítulo de resultados com as variáveis agropecuárias.

5.2.1 O Produto Interno Bruto e seus Reflexos Econômicos

Em relação ao PIB de 2006, de acordo com o IBGE, o município de Toledo está classificado em 12^a e Campo Mourão em 15^a colocação entre os 399 municípios do Estado do Paraná. O PIB de Campo Mourão corresponde a 73% do PIB de Toledo que comparando com a população de Campo Mourão do ano de 2006 representa 76% da população de Toledo, refletindo uma coerência nas proporcionalidades.

Considerando o ano de 2006, o PIB Toledo foi superior ao PIB de Campo Mourão em 36,15% com redução significativa se comparado com o ano de 1999 que o PIB a preços constantes Toledo era de 76,48% maior que Campo Mourão. No PIB per capita Toledo é superior em apenas 4,75%, diminuindo drasticamente em relação ao ano de 1999 quando Toledo tinha 43,5% maior que Campo Mourão significando a tendência de convergências no PIB per capita.

O Setor de Serviços passa a ser a principal fonte de riquezas para os municípios e na análise fica identificada a maior dependência do município de Campo Mourão nesse segmento, enquanto as riquezas são proporcionalmente melhores distribuídas no município de Toledo.

Segundo North (1955) a principal hipótese da teoria da base de exportação é que ela possui um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e *per capita* de uma região isso é refletido no indicador econômico que mede a participação dos setores no PIB dos municípios. Em Toledo os setores de serviços e indústria mostram tendências semelhantes em termos de resultados financeiros e o setor agropecuário tem participação significativa, enquanto o município de Campo Mourão apresenta uma diferença grande entre do setor de serviços para o segmento de indústria e o fraco desempenho da agropecuária.

Portanto, ainda segundo North (1955) o PIB como um agregado macroeconômico que expressa as riquezas do país passa a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso às regiões jovens que é o caso dos municípios analisados, e seu alcance são determinados através do efeito multiplicador que as exportações têm criado nas demais atividades não básicas.

5.2.2 Renda Per Capita e Transferências do Governo

A análise dos fatores determinantes do crescimento e desenvolvimento e da tendência de convergência ou não das rendas *per capita* entre regiões têm sido questões recorrentes do desenvolvimento regional no país, uma vez que a medida da promoção de investimentos para fomentar os níveis de produtividade e consequentemente o perfil de comercialização nos entornos: regional, nacional e internacional, as possibilidades de ganhos das empresas e trabalhadores estarão em estado de convergência e aquecendo os municípios envolvidos através de impostos, contribuições, geração de emprego e renda.

Em relação às discussões sobre desigualdades de renda entre os dois municípios e o processo de mensuração dessas desigualdades traz no seu bojo a tentativa de identificação de processos de convergência ou não entre as rendas *per capita*, seja a curto, médio ou longo prazo. Uma alternativa a este tipo de tendência é o modelo neoclássico, que prevê a convergência entre rendas *per capita*, desde que os parâmetros econômicos regionais sejam similares.

Nesse sentido a base de dados do IBGE/IPEA mostra que nos censos de 1991 e 2000 a renda per capita de Toledo estava em torno de 10% superior a Campo Mourão o que a curto e médio prazo torna-se difícil a convergência pelas próprias dinâmicas de desenvolvimento praticadas nesses municípios e que

principalmente, Campo Mourão teria que crescer a taxas bem superiores para minimizar esse intervalo, através de investimentos mais consistentes na agropecuária e a na agroindustrialização dos produtos primário e com isso reforçar as bases de exportação e estabelecer metas para o crescimento e desenvolvimento endógeno.

O índice de Gini de Campo Mourão e Toledo levam a concentração de renda e no primeiro foi verificado um aumento de 0,03 do Censo de 1991 para 2000 tornando ainda maior essa concentração uma vez que em igual período Toledo reduziu 0,02, nesse sentido prioriza-se a necessidade de esses municípios não se acomodarem, haja vista que as pequenas alterações nos índices sinalizam praticamente sua manutenção, por isso defende-se a adoção de novas políticas públicas que sejam capazes de promover choques de gestão.

Por outro lado, a eficiência da abordagem endógena, dentro do desenvolvimento regional, está diretamente relacionada com o fato de se priorizar o capital humano e as inovações tecnológicas, conforme foi visto nos capítulos anteriores.

Em relação a dependência municipal em termos de rendimentos, de acordo com os Censos de 1991 e 2000, o município de Toledo se apresenta menos dependente das transferências governamentais, apesar do bom desempenho do município de Campo Mourão, isto quer dizer que os rendimentos advindo do trabalho estão em escala bem superior as transferências do governo.

Smith relata que o desenvolvimento ocorrerá quando a quantidade de trabalhadores produtivos for maior que a de trabalhadores improdutivos (voltamos aqui à noção de desenvolvimento pessoal, em detrimento da caridade cristã, com conseqüente aumento da renda média da população, isso retrata os de municípios de Campo Mourão e Toledo em que cerca de 80% dos rendimentos são oriundos de trabalhadores que estão em atividade.

Schumpeter (1982) expõe que o desenvolvimento é resultado das inovações tecnológicas que traduzem modificações qualitativa e quantitativa das variáveis econômicas que como benefício trás aumento da taxa per capita de bens em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação a população. Haveria melhoria da qualidade dos produtos e serviços, assim como da renda dos indivíduos empregados.

5.2.3 Exportações pelos Municípios de Campo Mourão e Toledo

Na fundamentação teórica de North (1977), percebe-se que ele considera, em seu conceito, as exportações regionais como fator determinante do crescimento e do desenvolvimento de uma região, e também da sua interação o resto do mundo, por isso em relação especificamente ao mercado externo, como resultado das comercializações dos produtos beneficiados, resultarão na captação de divisas, que posteriormente poderão ser utilizadas na aquisição de tecnologia, máquinas, equipamentos e insumos necessários à ampliação ou melhoria do processo agroindustrial local.

Considerando as exportações para o mercado externo somente aquelas comercializadas dentro do território dos municípios de Campo Mourão e Toledo. Nessa linha, de acordo com o MDIC/Secex, o município de Campo Mourão⁵² no período 2003-2006 foi responsável 0,43% e Toledo por 0,2% das exportações paranaenses que chegou a US\$ 10,4 bilhões no ano de 2006, mostrando a baixa participação no mercado externo, apesar da importância desses municípios no cenário econômico paranaense.

As empresas Coamo e Sadia como as empresas mais importantes de seus respectivos municípios, em suas exportações totais apresentaram resultados significativos, porém a Sadia superou em percentuais elevados, visto que os seus produtos exportáveis são mais voltados a agroindustrialização, portanto valor agregado maior que a Coamo, esta por sua vez tem como carro-chefe a exportação da soja em grãos, tanto é que o complexo da soja é mais importante grupo na pauta estadual de exportação.

Segundo North (1977) a Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento. As atividades básicas vendem seus produtos em outras regiões, sendo, portanto, a força motriz da economia. As atividades complementares dão suporte às atividades básicas.

Isso pressupõe dizer que o processo de exportação é de grande valia tanto para o município como para as empresas pelas oportunidades de vislumbrar um

⁵² As exportações se referem ao município, inclusive a Coamo e a Sadia que são as maiores exportadoras de seus respectivos municípios.

aumento na produção para comercialização além fronteira tanto na própria entorno, como na região, no país e no mercado externo.

A Sadia como tem uma diversidade grande de produtos que são colocados além de suas fronteiras, tanto no mercado interno como externo tem apresentado índices significativos não só para a economia paranaense, mas tem-se colocado como um dos grandes exportadores do Brasil. A partir de 2004 passou a operar no mercado externo com comercializações acima de um bilhão de dólares que passa a ter um significado econômico impressionante no contexto de seus resultados financeiros, essa participação levou a um crescimento de 53,49% no período 2003-2004 e 32,06% no período de 2004-2005.

North (1977) relata que o fator primordial que determina o grau de integração entre regiões é a “capacidade de estabelecer bases exportadoras regionais”, decorrentes da exploração da Coamo e Sadia contribuíram de forma relevante para a ampliação e a diversificação das exportações paranaenses e para a consolidação suas vantagens comparativas.

Lembrando que a vantagem de resultados financeiros da Sadia se deve a sua estrutura produtiva, diversificação e a agroindustrialização dos produtos, notadamente oriundos da pecuária. A participação dessas empresas no cenário econômico internacional, além da importância local, regional e nacional credencia os municípios de Campo Mourão e Toledo a promoverem a entrada de novos investimentos nesses municípios, como forma de motivação para as empresas estabelecidas e entrantes.

5.2.4 VAF e sua Importância na Dinâmica de Desenvolvimento

As informações referentes ao VAF passam a ser um fator relevante para mostrar a diferenciação nas dinâmicas de desenvolvimento dos municípios por se retratar os resultados dos esforços nos investimentos produtivo do município, pois se trata de um poderoso parâmetro.

O Valor Adicionado Fiscal durante o período de 1996-2006 se comportou com pequenas oscilações para mais ou para menos, por isso, os municípios praticamente se mantiveram quanto a participação no Estado, ou seja, Campo Mourão com média de 0,6% e Toledo com 1,3%. Considerando o ano imediatamente anterior, no ano

de 2005 enquanto Campo Mourão perdia 0,07% de participação no Estado, Toledo aumentava sua participação em 0,21%.

Os resultados dos VAF mostram que a dinâmica de desenvolvimento, pelo lado financeiro é muito significativa e as diferenças são superiores quando comparado o PIB de Campo Mourão e Toledo. No período 1996-2006 as atividades do setor primário e secundário tiveram comportamentos semelhantes até o ano de 2004 e nos anos de 2005 e 2006 o setor secundário, que se consolida como a 2ª atividade econômica. O setor do comércio respondendo por mais de 50% do valor adicionado se consolida como a principal atividade econômica.

Nessa mesma linha de análise, Toledo toma um caminho diferente e os setores primário e secundário tem comportamentos semelhantes ao longo do período, exceto os anos de 2005 e 2006 em que a indústria, baseada, principalmente, nos processos agroindustriais que é tido como o carro chefe da economia de Toledo e o comércio em terceiro plano com menor participação entre os três setores da economia do local.

Observando-se os dados de Valor Adicionado Fiscal dos municípios de Toledo, verifica-se que está concentrado em dois setores: Indústria (44,6%) e Agropecuária (32,28%) somando 76,88% do total em 2006. Em relação ao município de Campo Mourão, verifica-se que está concentrado em dois setores: Serviços (51,13%) e Indústria (32,22%) somando 83,35% do total em 2006.

Na avaliação do VAF, um dos diferenciais na dinâmica de desenvolvimento entre os municípios é revelado pela melhor distribuição das riquezas entre os setores econômicos, notadamente por parte do município de Toledo, cujos números mostram, em média, no período 1996-2006 uma superioridade de 123,62% sobre o município de Campo Mourão, além disso, as os expressivos resultados obtidos nos setores da agropecuária e indústria de Toledo que lideraram os impulsos da superioridade de desenvolvimento.

Os resultados alcançados pelos municípios que buscam o desenvolvimento econômico, vêm de encontro com o pensamento de Raimar Richers (1970) cita de Buchann e Ellis quando se refere ao incentivo das possibilidades do aumento das rendas reais de regiões subdesenvolvidas que precisam investir na expectativa de provocar mudanças para aumentar a renda per capita da população, esse comportamento incidirá com mais consumo mais renda e arrecadação para o município.

5.2.5 Movimentações Financeiras no Contexto dos Municípios

Com relação às movimentações financeiras, procura-se verificar não só a influência do crédito e dos investimentos sobre o desenvolvimento, mas também sobre alguns indicadores de utilização dos serviços bancários. De acordo com a teoria econômica e com os resultados alcançados, o esperado seria que quanto maior o desenvolvimento financeiro local, maior o crescimento e menores as desigualdades de renda.

A análise do sistema bancário é interessante, porque em um cenário de crescimento sem desenvolvimento, os empréstimos bancários realizados aos produtores, por exemplo, nada mais são do que uma antecipação de receitas futuras, a produção per capita e os níveis de bem-estar são os mesmos de um ano para outro, Schumpeter (1982).

Supondo que mesmo com conhecimento mínimo sobre o mercado financeiro, a população representada por pessoas físicas e jurídicas de Campo Mourão nos anos de 1991, 1996 e 2000 de maneira geral, movimentou financeiramente em depósitos, aplicações e poupança em volume maior do que Toledo, conforme visto no capítulo anterior. As aplicações foram responsáveis por 79,63% (Campo Mourão) e 67,39% (Toledo) das movimentações financeiras.

No período 2000-2004 as operações de crédito rural do município de Campo Mourão representaram em média 9,71% e o município de Toledo 2,45% dessa linha de crédito no estado do Paraná, isso se leva em conta a grande influência da Coamo por ser uma cooperativa muito atuante no crédito rural, tanto de custeio como de investimento. Outro dado importante condiz com a participação comercial da Coamo em várias cidades do Paraná e de outros Estados da Federação, porém ocorre a centralização dos negócios em sua sede que é o município de Campo Mourão.

Qualquer aplicação, inclusive a de poupança, cobre perfeitamente as taxas de retornos propostas pelos financiamentos governamentais. Isto significa que o produtor não precisa, necessariamente, utilizar seus recursos próprios para realizar a produção.

Essa análise permitiu concluir que os juros cobrados pelos governos estadual e federal, em termos de mercado financeiro, estão subsidiando a atividade agropecuária e agroindustrial, pois, os recursos mantidos depositados em poupança,

a menor remuneração ao dinheiro, cobre perfeitamente o custeio da produção e, quase os de investimentos.

5.2.6 Transferências Constitucionais para os Municípios

As questões relacionadas às transferências de recursos públicos e a carência desses recursos, induzem os prefeitos a buscar e a implantar mecanismos que ampliam e fortaleçam as receitas do município, sendo que as possibilidades de sucesso desta busca aumenta a medida que se firmam parcerias de apoio político com outras prefeituras, órgãos de classe e representatividade em todos os níveis quando possível com a finalidade de potencializar projetos regionais e locais que mostrem as linhas de ações públicas de políticas de apoio ao desenvolvimento econômico dos municípios.

Como análise determinante e de mensuração sobre o ritmo de arrecadação proveniente das riquezas e dos investimentos efetuados ao longo do tempo, as transferências de recursos do Estado e da União, além da arrecadação tributária têm forte poder de mostrar o perfil econômico do município, uma vez que reflete exatamente a resposta do dinamismo do poder público, do empresariado e da sociedade como um todo.

North (1955) sustenta que as exportações das regiões com alta especialização local na produção de produtos agrícolas, seriam decisivas para o seu desenvolvimento, dadas a existência de um mercado (mundial) capitalista já estabelecido. Após esta fase, a especialização passaria a ser inter-regional, que abriria os caminhos para a industrialização e posterior surgimento das atividades terciárias.

5.2.7 Análise das Transferências Constitucionais para os Municípios

As transferências constitucionais de recursos para os municípios como fatores determinantes, se caracterizam, inicialmente, como desenvolvimento endógeno devido às atividades econômicas exercerem o papel de produção de bens e serviços localmente, porém como a comercialização de parte da produção é além fronteira esses bens e serviços passam por processo de exportação.

Das transferências do Estado, o ICMS foi o principal para os municípios de Campo Mourão e Toledo e nas transferências da União o FPM foi o mais relevante e ambas as arrecadações o município de Toledo exerce uma vantagem absoluta e relativa sobre município de Campo Mourão conforme demonstraram os números das transferências.

Nas transferências do ICMS, o município de Toledo arrecada em torno de 140% a mais que o município de Campo Mourão e se considerada as transferências totais essa superioridade de produção e serviços que gera esse tipo de arrecadação, chega a 120% o que demonstra o potencial desse município em relação às transferências do Estado.

No comparativo das transferências de FPM constata-se que Toledo é superior, em torno de 15%, porém em proporções bem inferiores quando da análise do ICMS que era de 140%. Nas transferências do Governo Federal da superioridade que chegou entre 40 a 50%, nos dois últimos anos cai para cerca de 20%.

5.2.8 Composição das Principais Arrecadações de Campo Mourão e Toledo

Na composição das principais receitas para os municípios de Campo Mourão e Toledo através das transferências (federal e estadual) e as receitas tributárias identificam-se comportamentos diferentes entre os dois municípios, enquanto Toledo recebe mais recursos do Estado, o município de Campo Mourão tem acesso a maior fatia de recursos do Governo Federal.

Na análise das três principais receitas municipais durante o período de 1999-2006, no município de Campo Mourão as transferências federais participaram de 40,86%; dos repasses estaduais 27,74% e das receitas tributárias 31,4% enquanto que no município de Toledo as transferências federais foram de 34,03%, os repasses estaduais 40,76% e as receitas tributárias 25,20%.

A receita tributária do município de Campo Mourão em 2006 foi de 1,05% do PIB a preços correntes do município e, a 14,24% do VBP agropecuária do município, paralelamente a receita tributária do município de Toledo foi de 1,25% do PIB a preços correntes e, a 3,33% do VBP agropecuária do município.

O que faz aumentar a receita tributária da prefeitura é o aumento da atividade econômica no município. Nesse sentido, o aumento do número de unidades

empresariais industriais e daquelas prestadoras de serviços é que determinarão o aumento da receita.

A participação das receitas tributárias desses dois municípios retrata a capacidade do desenvolvimento endógeno visto que é uma arrecadação própria do município e que representa um resultado das operações e contribuições praticamente da sociedade local.

5.3 VARIÁVEIS AGROPECUÁRIAS COMO FATORES DETERMINANTES

Cabe ressaltar a importância das atividades agropecuárias nos municípios de Campo Mourão e Toledo pelas características próprias conquistadas ao longo dos anos, são pertencentes a regiões com laços de dependência no setor primário, mas que ao passar dos tempos vão tomando rumos mais independentes, como é o caso de Campo Mourão, conforme mostraram estudos anteriores o desempenho fantástico do setor terciário e o setor secundário avançando gradativamente, mas que tem muito a progredir ainda.

Numa situação melhor, conforme tem mostrado os indicadores até agora analisados, o município de Toledo. Sua principal característica da estrutura produtiva está concentrada na produção agropecuária, tendo avançado na agroindustrialização, cujos segmentos vêm impulsionando a dinâmica econômica local e regional. Com isso, os fatos mostram que Toledo e a região Oeste passaram de uma economia essencialmente agrícola para a consolidação do agronegócio cooperativado e empreendedor.

Dessa forma, tanto um município como o outro, graças a estrutura produtiva e um cenário cooperativista que se incumbe de educar os produtores na busca da aliança competitiva e de sustentabilidade.

5.3.1 A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção agrícola dos dois municípios sofreu alterações ao longo das safras de 2002-2003 a 2005-2006, sendo que as áreas utilizadas pelo município de Toledo foram sempre maiores e praticamente se mantiveram fisicamente com a mesma quantidade de área, ao passo que a áreas plantio agrícola no município de Campo foram reduzindo de tal forma que da safra de 2002-2003 para 2005-2006 diminuiu 42,47% e em muitas delas ficaram ociosas e outras para a pecuária.

A soja historicamente vem sendo o carro-chefe da agricultura dos dois municípios, sendo mais explorada no município de Campo Mourão, enquanto que em Toledo o milho e a pecuária que compõem os principais produtos agropecuários são utilizados mais do que Campo Mourão.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o município de Toledo tem um diferencial muito grande em relação a Campo Mourão, que a capacidade empreendedora no setor agropecuário e na agroindustrialização, conforme foi mencionada anteriormente a participação do V.B.P. Matematicamente a participação da V.B.P. no Estado entre os dois municípios segue a mesma proporção.

Schumpeter (1982), não se preocupava com os salários e o nível da demanda; para ele enquanto houver empresários inovando em produtos e processos de produção, tudo devidamente financiado por empréstimos bancários, haverá desenvolvimento.

Esses indicadores favoráveis ao município de Toledo são frutos dos investimentos significativos por parte dos produtores em tecnologias, na qualificação humana que são cada vez mais necessárias. As junções dessas dinâmicas reproduzem no aumento da produtividade, na qualidade dos produtos e no aperfeiçoamento comercial por parte dos produtores refletindo nos valores mais significativos dos bens agropecuários.

5.4 SÍNTESE DA ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados desta dissertação mostram que a dinâmica de desenvolvimento de Toledo é diferenciada da dinâmica de desenvolvimento de Campo Mourão, pela estrutura produtiva voltada para o desenvolvimento endógeno, além da base de exportação com produtos agroindustrializados e com fortes tendências na produção de bens finais de valor agregado e com origem no setor primário.

Em contrapartida Campo Mourão apresenta-se com mais dificuldades por depositar a maior parte de suas riquezas no setor terciário e que tem elevado grau de dependência do setor primário, ficando a mercê das condições climáticas, fica na dependência maior de única empresa, mas ao mesmo tempo apresentam um bom desempenho nas questões financeiras, como crédito, aplicações e depósitos e tem dificuldades na produção de produtos com valor agregado, por isso, agroindustrialização precisa ser mais bem analisada e remodelada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi de identificar, através dos dados levantados, as principais diferenças na dinâmica de desenvolvimento entre os municípios de Campo Mourão e Toledo e baseado nas premissas necessárias para o estudo do desenvolvimento econômico, os dados qualitativos e quantitativos levantados permitiram atingir aos resultados da pesquisa e responder ao problema central.

A mesorregião Oeste Paranaense com suas três microrregiões ao longo dos anos tem se apresentada com níveis de desenvolvimento superior ao da região Centro Ocidental Paranaense e suas duas microrregiões, com claros reflexos nos indicadores sociais e econômicos regionais e locais,

A realidade de Campo Mourão e Toledo, é que ambos são fortes na produção de grãos, buscam a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, priorizam as vantagens comparativas em relação aos outros municípios para fortalecimento da economia local e geograficamente são privilegiados. A população é adequada às cidades de médio porte no geral em termos nacionais, porém esses dois municípios oferecem infra-estruturas capazes de absorver maior número de habitantes. E ambos são líderes regionais dentro de suas microrregiões.

Durante o processo de investigação dos dados secundários aliados as teorias de desenvolvimento, mostram as principais diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento entre os municípios de Campo Mourão e Toledo. Os resultados deste estudo são importantes e ajudam a complementar, a nosso ver, a discussão atual sobre os novos rumos das dinâmicas de desenvolvimento, notadamente do município de Campo Mourão. Ao longo dessas considerações finais algumas deficiências serão discutidas, tais como:

A estrutura produtiva de Toledo, tanto agropecuária como industrial e os avanços do setor terciário proporciona mais estabilidade econômica, além do dinamismo na participação efetiva da agroindustrialização. Ao passo que Campo Mourão tem uma estrutura produtiva bastante forte no setor terciário, mas está muito aquém do seu potencial na indústria e na agropecuária, além da agroindustrialização que precisa de arranco para sair do estado embrionário em que se encontra.

Com relação às políticas públicas empregadas nestes municípios, visando o desenvolvimento dos mesmos, pode-se destacar a instalação de Universidades, Faculdades, além dos incentivos estaduais via programas agroindustriais. Campo Mourão conta, por exemplo, com o “pólo de alimentos” que durante a realização desse trabalho praticamente não saiu do papel e a Coamo como empresa ligada à agropecuária e tem como carro-chefe o processo de industrialização na produção de margarina e óleo da soja com aproveitamento da matéria-prima oriunda, principalmente dos seus cooperados. O município de Toledo, por sua vez, se consolida na agroindustrialização, tendo como carro-chefe a Sadia com o processamento da pecuária industrializada além do aproveitamento das culturas de milho e soja que são destinadas para ração e óleo.

No município de Toledo sob o prisma dos números apresentados, as políticas governamentais específicas visando incentivar a produção e o emprego teve fortes impactos polarizadores representados pelo maior número de indústrias em relação ao município de Campo Mourão refletido nas diferenças do PIB e no Valor Adicionado do setor secundário.

A cidade polariza as atividades e oportunidades de trabalho, serviços e indústria. Com isso, atrai a população da circunvizinhança. (Boudeville, 1972), nesse fundamento verifica-se o retrocesso de Campo Mourão a partir do ano de 1970, este último registro de maior presença sobre Toledo, sendo que doravante os índices de *crescimento populacional* de Toledo e pelas oportunidades de desenvolvimento econômico atraiu mais moradores numa proporção inquestionável, enquanto Campo Mourão, durante 1970-2006 a variação de crescimentos populacionais apontou que o município de Toledo cresceu em mais de 1.000% e mais impressionante que no período de 1991-2006, essa diferença entre as variações foi de mais de 31.000%.

Ao estabelecer esse comparativo populacional e de acordo com a abordagem de Christaller (1933) “quanto maior for à população a ser abastecida e de mais longe vierem os clientes, maior importância terá o lugar central” a população é caracterizada com um dos principais fatores determinantes que colocou Toledo com um nível de desenvolvimento mais eficaz e que trouxe o progresso mais rapidamente, pela própria necessidade de alocar novos habitantes que são incorporados a população existente.

Como o município de Toledo oferece uma melhor qualidade de vida que o município de Campo Mourão, isso tem como tendência natural a redução de

despesas com saúde curativa, os elevados índices de desenvolvimento humano e o baixo índice de mortalidade infantil o que viabiliza o emprego de recursos para infra-estruturas que proporcione emprego, renda e aumente a capacidade produtiva.

O *mercado de trabalho*, a população economicamente ativa é outro fator de influência que distingue as dinâmicas de desenvolvimento, pois conforme Kloter (1994), “a redução populacional, a concentração de faixa etária, a *falta de emprego* devido, também ao avanço tecnológico e a gestão política são variáveis que afetam sobre maneira o desenvolvimento das localidades, tanto num caso como em outro o enfraquecimento das cidades são vitais”.

Nesse sentido Campo Mourão com uma população estagnada, os níveis de emprego não são condizentes com PEA do município, e ocorre o enfraquecimento da distribuição da renda, tanto é verídico que, por exemplo, no ano de 2006 essa diferença entre os admitidos e desligados foi negativa, o que não aconteceu com o município Toledo devido ao ritmo de crescimento e desenvolvimento mais acelerado resultado da diferença de renda que o emprego oferece acaba ditando os níveis de evolução do município.

O processo de agroindustrialização toledense tem promovido uma dinâmica regional e urbana de integração dos espaços polarizados. A agropecuária estabelece um ponto marcante para economia de Toledo que conforme visto nos capítulos anteriores é expressiva a diferença física e financeira em relação a Campo Mourão.

Observa-se por parte do município de Toledo que a dinâmica da agropecuária e na aplicação dos agregados do agronegócio é um fundamento diferencial no processo de desenvolvimento, cuja intensidade é maior no município de Toledo em relação a Campo Mourão.

A principal conclusão da mensuração da dimensão econômica dos serviços e suas implicações sobre o sistema econômico indicam que as atividades conjuntas da agropecuária e as indústrias e serviços de base agrícola apresentam fortes vínculos com os demais setores da economia. Em virtude disso, o desempenho do agronegócio, em Toledo com maior eficiência e Campo Mourão com necessidades de ajustes, mostra-se fundamental para o processo de desenvolvimento econômico desses municípios e, portanto, para o desenho de políticas econômicas em pró do desenvolvimento econômico local.

Na mesma tendência do PIB que é o produto ou valor adicionado gerado no território de um país ou região por residentes, o valor adicionado praticamente mantém as mesmas proporções de participação dos setores da economia⁵³. A participação de Toledo no Estado é de mais 100% em relação ao município de Campo Mourão, e nesse particular se mede, também, pelo poder econômico a dinâmica diferenciada dos municípios em relação ao desenvolvimento econômico local.

Segundo North (1955) a base de exportação é fundamental na determinação do nível de renda absoluta e *per capita* de uma região. Portanto, passam a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso às regiões jovens como é caso dos municípios de Campo Mourão e Toledo.

Nos processos de exportações com origens estritamente da produção local, ambos os municípios declinaram durante o período de 2003-2006, inclusive em termos de participação nas exportações do Estado.

A Sadia construiu uma capacidade de exportação de 150% superior a Coamo durante o período de 1999-2006, pois exporta uma variedade maior de produtos, o que já credencia o município de Toledo pela grandeza maior de sua empresa que tem larga responsabilidade no desenvolvimento econômico local. A Coamo por sua vez tem representado muito bem o município de Campo Mourão, porém com números mais modestos que a Sadia.

Considerando que a população de Toledo é de 30% superior a de Campo Mourão, e que na média das transferências constitucionais mais as receitas próprias, o município de Toledo arrecada em torno de 60% a mais que Campo Mourão, por isso, não deixa de ser um dos fatores relevantes para deduzir que a dinâmica de desenvolvimento de Toledo é mais eficaz.

Toledo com uma produção agrícola maior e mais equilibrada quantitativamente (toneladas), inclusive com a área total em termos de quantidade (hectares) e com pouquíssimas oscilações foi mais eficiente que o município de Campo Mourão, principalmente a gritante a diferença em relação aos resultados do Valor Bruto da Produção entre esses dois municípios.

⁵³ A renda gerada na produção, ou valor adicionado, é obtida por saldo entre o valor da produção e o consumo intermediário.

Até aqui foram citadas vantagens econômicas e sociais que mostram as diferenças na dinâmica de desenvolvimento favoráveis a Toledo em comparação com o município de Campo Mourão, isso sugere que para responder o problema mencionado nesse trabalho, vez por outra se fez necessárias comparações estatísticas para identificar que a dinâmica de desenvolvimento desses municípios.

Dessa forma, o que as informações teóricas e empíricas ao longo dessa dissertação evidenciaram foi que o crescimento populacional, PEA, indicadores sociais, desenvolvimento humano, níveis de emprego, indicadores econômicos (PIB, VAF, Transferências do Governo, renda, produção, investimentos, indústria e agroindustrialização, agropecuária, empresas Sadia e Coamo) como principais determinantes que respondem ao problema citado nesse trabalho e mostraram que os resultados alcançados pelo município de Toledo foram mais significativos e propiciaram níveis de desenvolvimento econômico e social bem mais acentuado que o de Campo Mourão.

Essa resposta é corroborada pela atuação mais dinâmica em termos de políticas públicas municipais, economia mais participativa da sociedade vista pelos resultados obtidos nas variáveis econômicas, além do processo de agroindustrialização mais adiantado, melhor distribuição das riquezas locais, produtividade e ganhos comparativos nos segmentos industrial e agropecuário.

O município de Campo Mourão tem algumas vantagens, como a densidade demográfica, urbanização, comércio e movimentações financeiras. Essas informações induzem a necessidade de mudanças que provoquem a maior diversificação da estrutura produtiva que realmente importa para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido o setor agropecuário precisa de políticas municipais mais consistentes para sacudir a economia e provocar investimentos substanciais na agroindustrialização como uma forma de agregar valor aos produtos primários locais e regionais, além de incentivos mais contundentes para atrair novas industriais e fortalecimento das existentes, levando-se em conta as potencialidades do município de produtor de soja, milho e culturas de inverno, o forte setor terciário, o melhor aproveitamento importante eixo rodoviário, as estruturas cooperativistas e etc.

Recomenda-se ao poder público de Campo Mourão, num plano de médio e longo prazo, reestruturar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que juntamente com parcerias pública e privada, promovam políticas de mudanças estruturais no município para

alavancar um processo de fortalecimento das bases de exportação e do desenvolvimento endógeno.

O município de Campo Mourão apesar das indústrias existentes necessita de uma atividade do ramo industrial que dê maior impacto nos cenários nacional e internacional.

Concluindo as diferenças de dinâmica foram realmente constatadas e de acordo com as informações contidas nessa dissertação, ratifica-se que as motivações para atrair novos habitantes através de emprego, renda e qualidade de vida, qualificação profissional; a industrialização em franca expansão; a agroindustrialização exemplar para o Estado e País e o estágio; a participação econômica e social da Sadia e o elevado nível da agropecuária foram resultados e fatores determinantes para mostrar a superioridade do município de Toledo em relação ao município de Campo Mourão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. (1998), Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Tradução: Braga, A.R.P. Fortaleza: BNB.

AMARAL FILHO, J. (2001), A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, jun 2001.

ASSMANN, H.; HINKELAMMERT, F. (1989), A Idolatria do Mercado: ensaio sobre a economia e a teologia. São Paulo: Vozes.

BRASIL, BANCO (2005), Informações de créditos de Investimentos.

BOISIER, S. (1989), Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional in Haddad, P. R. (Org.) Economia Regional: Teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB-ETENE pp. 589-694 (106).

_____. (1994), Los escenarios del desarrollo descentralizado en America Latina: *Serie Investigación*, Santiago de Chile, ILPES-CEPAL, junio.

_____. (1996), Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 13. Brasília, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

_____. (1998), Desarrollo descentrado y descentralizado em América Latina. Santiago de Chile: CEPAL.

_____. (1999), El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. Revista Brasileira de Estudos Urbano e Regional, A.1,nº 2. Recife, Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

_____. (2001) Desarrollo (local): De qué estamos hablando? In: Vasquez Barquero, Antonio e Madoery, Oscar (org). Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrollo Local. Rosario: Editorial Homo Sapien. Disponível em: www.cedet.edu.ar.

_____. (2001a), Desarrollo (local): De qué estamos Hablando?. In: MADOERY, O.; VÁZQUEZ, B. A.(ed) Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrollo Local. Editorial Homo Sapiens, Rosário.

_____., Desarrollo regional endógeno em Chile, Utopia o necesidad?. Ambiente y Desarrollo, vol. IX-2, CIPMA, Santiago de Chile, 2001b.

_____. Y Si el Desarrollo Fuese Uma Emergência Sistêmica?. Redes, Santa Cruz do Sul. v. 8, n. 1,p. 9-42, jan/abr.

_____. (2004), Territorial y descentralización, el desarrollo em el lugar y em lãs manos de la gente. Eure, Revista Latinoamericana sw Estúdios Urbanos Regionales, Vol.XXX, N. 90, pp Santiago, Pontifícia Universidad Católica de Chile. Disponível em www.redalyc.com.

BOUDEVILLE, Jacques R (1966), *apud* Ferreira, Carlos Maurício de C.1989. In: Haddad, Paulo Roberto (Org.). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/Etene. p. 52.

_____. (1972), Aménagement du territoire et polarization. Paris: Génin.

_____. (1973) *apud* OLIVEIRA, G.B. e LIMA E.S. (ORG.) Desenvolvimento em Foco. Ed. Anana Brume. SP et. al(2007), Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. (1973), Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Européia do Livro,

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMPO Mourão ganha indústrias de equipamentos de saúde. Disponível em: <<http://www.campomourao.pr.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2004.

CARLEIAL, L. M. F. .A questão regional no Brasil contemporâneo.. In: LAVINA, L. et al. (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 35-58.

COAMO, Agroindustrial Cooperativa. Banco de Dados. www.coamo.com.br Acessado em 10 de janeiro de 2009.

CUADRADO ROURA, Juan R. Planteamientos y teorías dominantes sobre el crecimiento regional em Europa em lãs ultimas cuatro décadas. Revista EURE, de Santiago, v. n. 63, p. 5-32, jun. 1995.

CHRISTALLER, W. 1933 *apud*, Silva, Tese Doutorado “Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em *cluster*”. 2004. USP – SP.

DALLA COSTA, Armando João. (2000), L’agroindustrie brésilienne contemporaine: innovations organisationnelles et transformations technologiques dans l’aviculture. Villeneuve d’Ascq : Presses Universitaires du Septentrion.

_____.et e tal, (2007), A Sadia e a internacionalização do agronegócio paranaense.

Fundação João Pinheiro – FJP. Censos Demográficos – Atlas. http://www.fjp.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=104. Acessado em 18 de novembro de 2008.

FURTADO, C. (1979), Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 7. ed. São Paulo: Nacional.

_____. (1990), O Subdesenvolvimento Revisitado - Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp – n. 1, p. 5-19, agosto 1990.

HIRSCHMAN, A. O. (1974) La estrategia desarrollo económico. México: Fondo de Cultura Económica.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos, Sidra de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em 15 de janeiro 2009. Acesso 20 de janeiro de 2009.

INSTITUTO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL (ILPES). Manual de desarrollo local. Santiago, 20 oct. 1998.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS: Base de Dados. www.ipea.gov.br - IPEA. Acesso 26 de janeiro de 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Curitiba. Disponível: www.ipardes.gov.br Acesso de 25 janeiro 2009.

IPEADATA: Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>. Acessado: em 15 de janeiro de 2009.

LUCAS, Robert. (1988), On the mechanics of economic development. Journal of Monetary Economics, v.22, p.3-42, 1988.r

KOTLER, P. Haider, Donald H.; Rein, I. (1994), Marketing Público – São Paulo: Makron Books, 1994, 391p.

MANUAL DE DESARROLLO LOCAL (1998), Instituto Latinoamericano Y Del Caribe De Planificación Económica Y Social – Ilpes, Cepal, Santiago – Chile.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. (1987), Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 3. ed.

MARX, K. (1996), O Capital: crítica da economia política. 14. ed. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR- Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5> – Acessado em 01 de fevereiro de 2009.

MOORE, Wilbert E. (1968), O impacto da indústria – modernização de sociedades tradicionais. Ed. Zahar, RJ. p. 16.

NORTH, Douglas C. (1955), "Location Theory and Regional Economic Growth", in Journal of Political Economy.

_____. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (org.), *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

_____. (1995) *apud* Benitez R.M 1998. Economia Regional – O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza V.29, n.2, p. 143-157.

OIT/ONU - A Organização Internacional do Trabalho/Organização das Nações Unidas 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. OCEPAR. Disponível em: <http://www.ocepar.org.br/ocepar/> Acesso em 01 de fevereiro de 2009.
PIORE, M.F.; SABEL, C.F. (1984) *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.

PERROUX, F. (1967), *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

POLÈSE, M. (1998), *Economia Regional e Urbana: a lógica espacial das transformações econômicas*. Lisboa, APDR.

_____. (1999), *From Regional Development to Local Development: On the Life, Death and Rebirth (?)*. *Regional Science as Policy Relevant Science*, v XXII, n. 3.

PORTER, M.E. (1989), *Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior*. 23ª Ed. São Paulo: Campus.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Disponível em: <http://www.campomourao.pr.gov.br>. Acesso em 10/12/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO. www.toledo.pr.gov.br. Acesso em janeiro de 2009.

RAY, D. (1998), *apud* STREETEN, Paul (1994): *Development Economics*, Princeton, New Jersey : Princeton University Press

RAY, D. (1998), *Development Economics*, Princeton, New Jersey : Princeton University Press.

REVISTA EXPRESSÃO – Anuário Exportação, Ed. Expressão, 2003.

RICHES, Raimar — *Desenvolvimento: um Desafio Social* – RAE - Revista de Administração de Empresas – FGV – v.10, n.2, p. 41-69, julho 1970.

ROLIM, C. F. C. *Introdução ao Desenvolvimento Regional e Local*. Módulo II.

_____. (1982), Espaço e região: um retorno aos conceitos originais. Anais do IX Encontro Nacional de Economia. Águas de São Pedro: ANPEC, 1982.

_____. (1999) Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de Economia Regional e Urbana. Rio de Janeiro: CMDE, UFPR. Texto para Discussão nº. 5.

_____. (2000) É possível a existência de Sistemas Regionais de Inovação em Países Subdesenvolvidos? 6th. Regional Science association International World Congress. Lugano, Suíça.

_____. Texto 3 (2007), As Bases do Desenvolvimento Regional, Curitiba, 2007.

ROSTOW, W. W. (1974), Etapas do Desenvolvimento Econômico: um Manifesto Não-Comunista, Rio de Janeiro: Zahar.

Sadia. Banco de Dados. <http://www.sadia.com.br/br/empresa/imprensa13-2.asp>. http://www.sadia.com.br/br/empresa/historico_40.asp. Acessado em 25 de janeiro de 2009.

SAMPAIO, A.V. (2005), O mercado de trabalho no Estado do Paraná entre 1992 e 2003 (artigo). UFPR.

SCHWARTZMAN, J. A. (1975), A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: Ipea/Iplan.

SCHUMPETER, J. (1982), Teoria do Desenvolvimento Econômico: São Paulo: Abril Cultural.

SEAB Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Informações agrícolas <http://www.seab.pr.gov.br/>. Acessado em 18 de janeiro de 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (PARANÁ). SEFA. Disponível em <http://www.gestaodinehiropublico.pr.gov.br/Gestao/repasses/> Acesso em 28 de janeiro de 2009.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. STN. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp. Acesso em 28 de janeiro de 2009.

SEN, Amartya (2000) Desenvolvimento como liberdade – São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. Toledo e sua história. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SIMIONATO, Edina Conceição. (1996), "Campo Mourão: Sua Gente... Sua Historia". Campo Mourão: Kromoset artes gráficas Ltda.

SMITH, A. (1983), *Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural. 2v.

_____. (1989), *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martin Claret.

_____. (1988), *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 250p.

SOUZA, M.R.P (2004), *Fatores Determinantes das Regiões – Um Processo de Mensuração* - Tese de Doutorado. UFSC.

SOUZA, N. de J. (2005), *Desenvolvimento Econômico*. 5^aed. São Paulo: Atlas.

VEIGA, Pedro. (1999), "Campo Mourão centro do Progresso". Maringá: Bertoni.

VÁZQUES BARQUERO, (1999), *Desarrollo, redes e innovación: Lecciones sobre desarrollo endógeno* — Madrid: Ediciones Pirámide, S. A. 268p.

_____. (2000), *Desarrollo Endógeno y Globalización*. Eure, n. 79. Santiago de Chile, p 63.

_____. (2001), Antonio e Madoery, Oscar (org). *Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrollo Local*. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001. Disponível em: www.cedet.edu.ar.

_____. (2002), *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS,

WILLERS, E.M. e RINALDI. R.N. (2008), *Planejamento urbano e valorização imobiliária: o caso do município de Toledo-PR*. (artigo) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

APÊNDICE 1 - METODOLOGIA

Neste capítulo está sendo abordada a metodologia que definiu a analisar as diferentes ***dinâmicas de desenvolvimento econômico entre os municípios de Campo Mourão e Toledo***, para tanto, a base da fundamentação teórica descrita e da Caracterização das mesorregiões e municípios e a análise dos dados selecionados junto aos principais Institutos de Pesquisas do Brasil, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico - IPARDES, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, IPEADATA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná – SEFA, da Confederação Nacional dos Municípios – CNM e das Prefeituras Municipais de Campo Mourão e Toledo, foram oportunas para os resultados desse trabalho.

Para realização dos objetivos, como metodologia também foi escolhida uma ampla revisão bibliográfica, buscando autores que aprofundem estes estudos relacionados ao desenvolvimento econômico e particularmente ao desenvolvimento econômico regional de forma mais sistemática.

Este estudo propõe uma pesquisa quantitativa dos dados oficiais dos Institutos, Órgãos do Governo Estadual e Federal e das Prefeituras. Para tanto, foi feito uso do método dedutivo. Dado o método escolhido para análise, as atividades a serem desempenhadas foram realizadas em duas etapas:

Na primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico, concebido por meio de consultas a livros, artigos, reportagens entre outros, que permitiu o estudo de conceitos sobre o desenvolvimento econômico com um todo, o desenvolvimento regional, local, justificando as situações distintas de desenvolvimento econômico quando comparados os municípios de Campo Mourão e Toledo, baseados em dados oficiais das fontes acima mencionadas. Além da caracterização das mesorregiões e dos municípios que permitiram fazer um levantamento histórico, econômico e social desses municípios e de textos associados à participação do setor público na economia do município.

Na segunda etapa o trabalho consistiu com a estatística descritiva para analisar as variáveis gerais (população, emprego, indicadores sociais e índices de desenvolvimento), as variáveis econômicas (PIB, contas públicas municipais, rendimentos, crédito, aplicações, depósitos) e variáveis agropecuárias (produção, pecuária, investimentos e valor dos bens agropecuários) e dar embasamento para as considerações finais. Ressalta-se aqui que o objetivo básico da estatística descritiva é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo que se tenha uma visão global da variação desses valores. A estatística descritiva organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (MARTINS e DONAIRE, 1988).

As fontes de dados utilizadas no trabalho são de natureza secundária. As fontes de dados primárias dizem respeito às pesquisas nos Institutos e Órgãos do Governo, com o objetivo de entender e interpretar a natureza dos dados levantados. As fontes de dados secundárias baseiam em livros e outros materiais bibliográficos sobre desenvolvimento econômico. Na primeira etapa foi desenvolvida com dados secundários e na etapa seguinte foram desenvolvidos os dados primários, ambas as etapas subsidiam os resultados e as considerações finais do presente trabalho.

ABRANGENCIA DA PESQUISA

A proposta dessa dissertação foi eleger como objetivo geral *analisar as diferenças nas dinâmicas de desenvolvimento dos municípios de Campo Mourão e Toledo durante o período de 1996 a 2006*, apresentando como área de abrangência o município de Campo Mourão, localizado na região Centro Ocidental Paranaense e o município de Toledo na região Oeste Paranaense.

A motivação para escolher esse município se deu em função da conveniência e do interesse do pesquisador, que desenvolve atividades de cunho regional a mais de 28 anos, durante esse período, observou e acompanhou as questões regional e local, com trabalho de extensão em economia solidária no município de Corumbataí do Sul e aproximadamente vinte anos de atividades na Coamo. Outras razões podem ser apontadas para a escolha da área de estudo: o interesse pelo tema que desperta para a consciência desenvolvimento regional e contribuição a região e ao estado do Paraná. a possibilidade de contribuir com

futuros estudiosos do assunto e a certeza de alcançar novas descobertas pessoais e profissionais.

LIMITAÇÕES E ABRANGENCIA DA PESQUISA

Considerando a natureza desse trabalho, não se tem a intenção de utilizar os resultados obtidos para promover a generalização ou considerar que as relações entre as variáveis selecionadas para este estudo, apresentem as mesmas características em outros municípios.

Esta pesquisa consiste em um estudo em dois municípios distintos, cuja área de abrangência, escolhida para investigação é o Município de Campo Mourão, localizado na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, e o município de Toledo, localizado na Mesorregião Oeste Paranaense que possuem características territoriais, ambientais, socioeconômicas e institucionais próprias. Essas características influenciam diretamente no objeto de estudo, ou seja, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento local, dificultando a generalização dos resultados obtidos, apesar de possíveis semelhanças em alguns municípios.

Outras limitações encontradas na elaboração da dissertação são referentes à disposição os dados cronológicos, os quais não são encontrados por iguais períodos em todas as fontes pesquisadas. Dessa forma, não foi possível encontrar uma série cronológica igual para todos os dados. No entanto, a não periodicidade destes não comprometeu os resultados da pesquisa.

Apesar das limitações presentes, a relevância da pesquisa está clara já que a análise de um instrumento de incentivo fiscal, aplicado à questão de desenvolvimento na agroindustrialização, muito contribuirá para as práticas dos municípios investigados, em especial para o município de Campo Mourão e servirá de parâmetros para outros municípios. Além disso, contribuirá para o alcance de propósitos acadêmicos dos estudiosos da sustentabilidade, no processo de gestão municipal.

INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Fases da Pesquisa

- a) A escolha do tema, a revisão da literatura que fundamentou os conceitos das variáveis que estão direta e indiretamente vinculadas ao tema, a

problematização, a formulação dos objetivos gerais e específicos, a motivação e do cronograma de pesquisa.

- b) Execução da pesquisa: a partir do planejamento, ocorreu a construção da pesquisa com base na coleta de dados, referências bibliográficas, seleção e organização das informações e análise dos resultados.

Procedimentos de Coleta dos Dados

A coleta de dados seguiu os instrumentos previstos teoricamente: revisão da bibliografia, seleção e análise dos mesmos, e compilação de dados correspondentes as diferentes dinâmicas de desenvolvimento econômico dos municípios analisados.

Para o desenvolvimento da fundamentação teórica recorreu-se à pesquisa bibliográfica que se desenvolveram a partir de material já elaborado composto por livros, artigos científicos e publicações que envolvem as variáveis constantes no objetivo geral da pesquisa.

Procedimento de Análise dos Dados

A análise dos dados foi predominantemente descritivo-qualitativa, baseada na revisão da literatura existente, em que se consideraram os elementos teóricos reconhecidos, sobre o tema.

Obtiveram-se os dados por meio de informações oficiais dos Institutos oficiais e de órgãos do governo federal e estadual. A análise dos dados coletados considerou os objetivos específicos a que se propôs a pesquisa.

A evolução dos índices de desenvolvimento econômico nos períodos disponibilizados, que retrata o comportamento dos municípios em relação ao estágio de desenvolvimento em que encontravam, permitiu a apresentação dos municípios que alcançaram o melhor ou o pior desempenho desses índices.

A apresentação das diferentes dinâmicas de desenvolvimento econômico, entre dois municípios e duas regiões com características distintas: Mesorregião Centro Ocidental e Região Oeste Paranaense permitiram a análise do perfil de desenvolvimento nos dois municípios objetos desse trabalho.

Esses instrumentos são responsáveis por traduzir em ações concretas os objetivos de desenvolvimento dos municípios instituídos e proporcionar a possibilidade de trabalhar os pontos vulneráveis, bem como aperfeiçoar aqueles pontos que de certa forma já apresentam bom desempenho econômico.

APÊNDICE 2 - PLANILHAS PARA CONVERSÃO DE PREÇOS CORRENTES PARA PREÇOS CORRENTES

Período	Variável Preços Correntes Campo Mourão	INPC (%)	INPC (índice)	Fator INPC	Valor Deflacionado		
					Em R\$ de 2006	Em R\$ de 1999	Variação Produção
1996	170.906.441	9,12	1,0912	1,0000	331.432.991,22	170.906.441,00	-
1997	199.555.185	4,34	1,0434	1,0434	370.893.728,69	191.254.729,73	11,91%
1998	198.950.449	2,49	1,0249	1,0694	360.786.188,86	186.042.684,74	-2,73%
1999	228.708.153	8,43	1,0843	1,1595	382.505.046,54	197.242.211,55	6,02%
2000	226.671.279	5,27	1,0527	1,2206	360.120.127,24	185.699.224,00	-5,85%
2001	346.469.358	9,44	1,0944	1,3359	502.967.179,61	259.359.607,77	39,67%
2002	415.604.967	14,74	1,1474	1,5328	525.824.356,64	271.146.119,32	4,54%
2003	508.313.018	10,38	1,1038	1,6919	582.640.691,44	300.443.979,91	10,81%
2004	588.777.247	6,13	1,0613	1,7956	635.890.642,97	327.902.802,48	9,14%
2005	527.194.825	5,05	1,0505	1,8863	542.008.999,58	279.491.877,88	-14,76%
2006	541.845.750	2,81	1,0281	1,9393	541.845.750,00	279.407.696,75	-0,03%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos índices

Período	PIB Preços Correntes Campo Mourão	INPC (%)	INPC (índice)	Fator INPC	Valor Deflacionado		
					Em R\$ de 2006	Em R\$ de 1999	Variação Produção
1999	468.975	8,43	1,0843	1,0000	784.341,54	468.975,00	-
2000	444.592	5,27	1,0527	1,0527	706.337,95	422.334,95	-9,95
2001	538.871	9,44	1,0944	1,1521	782.275,32	467.739,56	10,75
2002	856.953	14,74	1,1474	1,3219	1.084.218,90	648.278,25	38,60
2003	998.662	10,38	1,1038	1,4591	1.144.690,57	684.435,59	5,58
2004	1.068.600	6,13	1,0613	1,5485	1.154.108,36	690.066,69	0,82
2005	1.066.621	5,05	1,0505	1,6267	1.096.593,05	655.677,03	-4,98
2006	1.202.269	2,81	1,0281	1,6725	1.202.269,00	718.862,99	9,64

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos índices